



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES III
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANTONIO WERLEY CORDEIRO SOARES

**UMA CARTILHA SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL:
TRABALHANDO A TEMÁTICA COM OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO**

FORTALEZA
2025

ANTONIO WERLEY CORDEIRO SOARES

UMA CARTILHA SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL:
TRABALHANDO A TEMÁTICA COM OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Sociologia em Rede Nacional –
PROFSOCIO ministrado na Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Sociologia.
Área de concentração: Ensino de Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Jerônimo
Correia Lima.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S652c

Soares, Antonio Werley Cordeiro.

Uma Cartilha sobre Pobreza e Desigualdade Social : trabalhando a temática com os estudantes do ensino médio / Antonio Werley Cordeiro Soares. – 2025.
151 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Alexandre Jerônimo Correia Lima.

1. Educação. 2. Pobreza. 3. Desigualdade Social. 4. Material Didático. I. Título.

CDD 301

ANTONIO WERLEY CORDEIRO SOARES

UMA CARTILHA SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL:
TRABALHANDO A TEMÁTICA COM OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Sociologia em Rede Nacional –
PROFSOCIO ministrado na Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de mestre em Sociologia.
Área de concentração: Ensino em Sociologia.

Aprovada em: 25/08/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Jerônimo Correia Lima (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Natanael de Alencar Santos
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

A Deus.

À minha família, à minha amada Gracillya e ao
meu pequeno Heitor.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à minha família, em especial a Gracillya Costa Silva, minha companheira, e ao meu pequeno raio de luz diário, Heitor Silva Soares, que são razões para continuar sempre em frente com grande amor e paixão.

Aos meus pais, Leide Maria Cordeiro da Silva Soares e Sebastião Soares Filho que são minhas referências e minhas inspirações de luta, integridade e honestidade. Dedico todas as minhas conquistas a vocês.

À minha irmã, Julia Evelin Cordeiro Soares, que mesmo estando longe, quero que saiba o quanto sou grato pela ajuda com os meus pais, minha família e o meu filho Heitor.

Ao meu Tio, Roberto Antônio Cordeiro, que sempre foi uma grande fonte de inspiração e um grande incentivador da minha carreira profissional e acadêmica.

Aos professores Renata Chaves, Natanael Alencar, Ruy Câmara Filho e Francisco José Mendes que foram os grandes incentivadores para eu continuar os meus estudos na universidade, sempre tentando buscar alcançar voos maiores.

À minha turma do Profsocio, pela companhia nas tardes e noites de quinta e sexta das aulas do mestrado, além de suas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

A todos os professores do Profsocio que contribuíram em suas aulas com grandes discussões e debates sobre os mais diversos assuntos docentes e, em especial, ao Prof. Dr. Alexandre Jerônimo Correia Lima, pela excelente orientação e pela paciência e calma nos momentos de dúvidas e incertezas, e à Professora. Dr Danyelle Nilin Gonçalves, pelas excelentes aulas nas disciplinas do mestrado profissional; foram momentos muito enriquecedores para a minha formação acadêmica e profissional.

A todos os professores da escola Estado de Alagoas, que são companheiros da luta diária na formação dos discentes da Barra do Ceará.

À Professora Karla Kélvia Medeiros pelo excelente trabalho de revisão ortográfica e gramatical realizado neste trabalho.

A todos os membros do núcleo gestor da escola Estado de Alagoas, José William Matias, Marília Marinho e Glaucia Fernandes que foram bastante compressivos nos meus momentos de ausência para participar das aulas e dos eventos do mestrado profissional.

Aos meus queridos alunos e ex-alunos da escola Estado de Alagoas, pois foi pensando neles que tentei elaborar este trabalho com carinho e dedicação, mesmo nos momentos de mais dificuldades e de trabalho duro.

À Instituição CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Aos professores participantes da banca examinadora Danyelle Nilin Gonçalves e Natanael Alencar pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

A triagem meritocrática nos ensinou que nosso sucesso é resultado de nossas próprias ações; portanto, corroeu nosso senso de gratidão. Agora estamos no meio do turbilhão raivosos que esse desembaraçar produziu. Para renovar a dignidade do trabalho, precisamos recuperar os laços sociais que a era do mérito desfez (SANDEL, 2024, p.312).

RESUMO

Este trabalho realizado durante o mestrado profissional em Sociologia (ProfSocio) na Universidade Federal do Ceará, com financiamento da Capes, possui como proposta elaborar um material didático no formato de cartilha. Este recurso pedagógico tem como objetivo auxiliar os estudantes do ensino médio no desenvolvimento de um olhar sociológico sobre a temática da pobreza e da desigualdade social. Durante o processo de criação da cartilha, busco trazer alguns dos principais autores acerca da temática da pobreza e das desigualdades e suas contribuições para o conhecimento sociológico. Sempre que possível, tento explicar os conceitos e definições sobre as temáticas com exemplos nas mídias e nos meios de comunicação. Busco também fazer uma breve recapitulação na História brasileira, tentando identificar os momentos de grandes injustiças e desigualdades na formação da nossa nação, com destaque para os grupos mais vulneráveis - a população negra - e as suas dificuldades após abolição da escravidão. Um ponto chave de discussão da cartilha será o Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe muitas mudanças políticas, econômicas e sociais para as populações menos abastadas e a possibilidade de ver um novo Brasil, assim como a eleição do primeiro operário de origem pobre, que trouxe mudanças significativas a partir de suas políticas públicas, com destaque ao Bolsa Família. Além do conteúdo teórico-conceitual, histórico e dados estatísticos sobre o tema, constam no material sugestões de filmes e livros que trazem a temática desenvolvida nesta cartilha para auxiliar os professores e estudantes que usarem este material em suas aulas, nas oficinas e nas suas atividades pedagógicas. A leitura dos conceitos e definições sociológicas compartilhadas nesse material didático proporciona uma nova interpretação dos temas sociológicos, assim como pode ser um instrumento para a mudança de percepções e o fomento a transformações significativas na realidade dos estudantes, ao trabalhar para o processo de desnaturalização e de reconhecimento da pobreza e desigualdade social no cotidiano desses atores sociais.

Palavras-chave: Educação; Material Didático; Pobreza; Desigualdade Social.

ABSTRACT

This work, developed during the Professional Master's Program in Sociology (ProfSocio) at the Federal University of Ceará, with funding from Capes, aims to produce educational material in the format of a booklet. This pedagogical resource is intended to support high school students in developing a sociological perspective on the issues of poverty and social inequality. Throughout the process of creating the booklet, I seek to present some of the main authors who have studied poverty and inequality, highlighting their contributions to sociological knowledge. Whenever possible, I attempt to explain the concepts and definitions related to these themes through examples drawn from media and communication outlets. I also aim to provide a brief overview of Brazilian history, identifying moments of profound injustice and inequality in the formation of the nation, with particular emphasis on the struggles faced by the most vulnerable groups—especially the Black population—following the abolition of slavery. A key point of discussion in the booklet concerns Brazil after the promulgation of the 1988 Federal Constitution, which introduced significant political, economic, and social changes for disadvantaged populations, and opened the possibility of envisioning a new Brazil. This trajectory also includes the election of the country's first working-class president from a poor background, who implemented policies that produced significant social change, most notably the Bolsa Família program. In addition to theoretical-conceptual content, historical perspectives, and statistical data, the material also provides suggestions for films and books that address the themes discussed in the booklet. These resources are intended to assist teachers and students in classroom activities, workshops, and other pedagogical practices. By engaging with the sociological concepts and definitions presented in this didactic material, readers are encouraged to reinterpret sociological themes, fostering new perspectives and potentially contributing to meaningful transformations in students' realities. This work seeks to promote the processes of denaturalizing and critically recognizing poverty and social inequality as integral aspects of the everyday experiences of these social actors.

Keywords: Education; Didactic Material; Poverty; Social Inequality.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Professores utilizando o material didático em sala de aula.....	77
Figura 2 – Professor e alunos no auditório da escola - primeira parte.....	78
Figura 3 – Professor e alunos no auditório da escola - segunda parte.....	78
Figura 4 – Professor usando material didático.....	79
Figura 5 – Alunos acompanham a aula.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução de Índice de Gini por Trimestre, 2013 - 2024	46
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de crescimento anual de variáveis selecionadas para a economia brasileiras em quatros subperíodos.....	43
Tabela 2 – Programas de transferências de renda condicionada em implantação na América Latina.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPF	Imposto de Renda de Pessoa Física
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência, Família e Combate à Fome
ONG	Organização Não Governamental
OXFAM	Oxford Committe for Famine Relief (Comite de Oxford para Alivio da Fome)
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PP	Partido Progressista
PROFSOCIO	Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1.	CAPÍTULO 1: A POBREZA E A DESIGUALDADE COMO FENÔMENOS SOCIAIS.....	22
1.1	A Pobreza: Um Conceito Multidimensional.....	23
1.2	As Desigualdades Sociais: O Abismo entre Ricos e Pobres.....	26
1.3	O Capital Cultural e a Sociedade Meritocrática.....	30
2.	CAPÍTULO 2: PANORAMA DAS DESIGUALDADES DO BRASIL: RETROCESSOS E AVANÇOS SOCIAIS.....	36
2.1	Formação do Brasil e a Exclusão do Negro na Sociedade Brasileira.....	36
2.2	Getúlio Vargas e os Primeiros Avanços Sociais no Brasil.....	38
2.3	A Constituição Cidadã e o Milagrinho Econômico do Governo Lula.....	40
2.4	A Pandemia de COVID-19 e a Situação do Brasil na Atualidade.....	45
3.	CAPÍTULO 3: AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEIOS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL.....	49
3.1	Renda Mínima e Renda Básica Universal.....	49
3.2	O Fome Zero e o Mapa da Fome	51
3.3	O Programa Bolsa Família.....	53
3.4	O Programa Pé-de-Meia.....	56
3.5	Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil.....	57
4.	CAPÍTULO 4: ELABORAÇÃO E ESTRUTURA DA CARTILHA E SEUS POSSÍVEIS USOS EM SALA DE AULA.....	59
4.1	Estrutura da Cartilha.....	59
4.2	Possíveis Usos da Cartilha em Sala de Aula.....	63
4.3	Depoimentos dos Estudantes.....	65
4.4	Imagens da Aplicação da Cartilha na Escola.....	68
	CONCLUSÃO	71
	REFERÊNCIAS	74
	APÊNDICE A – UMA CARTILHA SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL: TRABALHANDO A TEMÁTICA COM OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	77

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, elaborado durante o mestrado profissional em Sociologia (ProfSocio) na Universidade Federal do Ceará, tem como objetivo principal elaborar um material didático no formato de cartilha que possibilite aos estudantes fundamentar discussões teóricas e metodológicas sobre a pobreza e a desigualdade social, além de apresentar um panorama histórico de avanços e retrocessos sociais no Brasil e conhecer políticas públicas responsáveis por combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no país. Os conteúdos discutidos na cartilha serão expostos nesta dissertação e trabalhados em sala de aula nas disciplinas de Ciências Humanas, principalmente na disciplina de Sociologia. O enfoque central deste trabalho será a construção de um material pedagógico que possibilite a fundação de saberes e conhecimentos sobre a temática descrita acima pelos estudantes das escolas públicas do Estado do Ceará.

O principal motivo para a escolha dessa temática vem da minha experiência como docente em escolas localizadas na periferia da cidade de Fortaleza. Sou professor efetivo da rede pública estadual desde 2012; lecionei em várias escolas públicas da periferia de Fortaleza, principalmente nos bairros mais populosos da capital, o Grande Pirambu e a Barra do Ceará. Esses locais de trabalho foram verdadeiras escolas de aprendizado para a minha prática docente, e observei a situação precária de pobreza e de desigualdade social em que vive a maioria dos estudantes das escolas públicas localizadas na periferia da capital. Eles convivem com o medo e a insegurança que permeiam essas regiões e sofrem quase diariamente com o tráfico de drogas e os altos índices de criminalidade. Contudo, foi nessas escolas que encontrei esperança e motivação para lutar pelos indivíduos marginalizados e excluídos da sociedade.

No início da minha trajetória docente, tive a oportunidade de lecionar Sociologia e, junto aos estudantes, desenvolvi debates e discussões sobre questões sociais que demandaram uma abordagem aprofundada dos conceitos sociológicos. Comprometido com a educação sociológica dos alunos e buscando um trabalho mais bem embasado teoricamente, procurei uma formação acadêmica específica na área. Realizei, ainda no início da minha carreira docente, uma especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

Meu interesse pela temática emergiu quando participei de um curso de extensão na Universidade Federal do Ceará, organizado pelo Departamento de Ciências Sociais, sobre Educação, Pobreza e Desigualdade Social. A especialização foi extremamente esclarecedora, pois proporcionou a mim uma formação continuada em Ciências Humanas e Sociais. O curso, constituído em grande parte na modalidade de educação à distância, representou um grande

desafio para a minha formação acadêmica e profissional. Ao iniciar as aulas, percebi que, mesmo sem a presença na sala de aula convencional, as discussões, os fóruns e as atividades acadêmicas superaram todas as minhas expectativas e contribuíram de forma significativa para minha formação curricular. Os professores/tutores, juntamente com os colegas de curso, desempenharam um papel essencial no desenvolvimento das atividades.

Já como aluno do Mestrado Profissional em Sociologia (PROFSOCIO), uma das frases mais marcantes que ouvi nas primeiras aulas foi mencionada pela professora Dra. Danyelle Nilin Gonçalves. A frase, retirada do livro de Pierre Bourdieu, afirmava: “A escola permanece uma das instituições principais de manutenção de privilégios” (BOURDIEU, 2015, p. 246). Nos primeiros anos como docente, acreditava que seria possível atuar como um agente de transformação na vida de muitos alunos, mas a realidade escolar que vivi e continuo vivenciando atualmente confirma a relevância dessa frase de Bourdieu. Por isso, faz-se necessário, neste estudo sobre Pobreza e Desigualdade Social, adentrar nos debates e discussões acerca das teorias sociológicas de Pierre Bourdieu, que mostram a escola como um dos principais ambientes de reprodução das desigualdades sociais.

“O universo dos estabelecimentos escolar e das populações correspondes constitui, de fato, um continuum, do qual a percepção comum apreende apenas dois extremos: por um lado, os estabelecimentos improvisados, cuja multiplicação fez-se, de maneira precipitada, nas periferias desafortunadas para o acolher a população de alunos cada vez mais numerosos e mais desprovidos do ponto de vista cultural e que deixaram de ter alguma coisa a ver com o liceu, tal como este perpetuou até os anos 1950; por outro lado, os estabelecimentos altamente preservados, onde os alunos oriundos de “boas famílias” podem seguir, ainda hoje, uma trajetória escolar que não é radicalmente diferente daquela que foi seguida pelos pais ou avós.” (BOURDIEU, 2015, p. 245)

Observa-se no trecho acima que o autor expõe as condições materiais dos estudantes oriundos das classes subalternas nas escolas francesas da década de 50 do século XX, mas é possível fazer um paralelo com as escolas brasileiras, especialmente as das periferias das grandes cidades. A maior parte dos estudantes das camadas populares está em escolas desta região, muitas vezes sem grandes expectativas de continuar suas trajetórias escolares e acadêmicas. No decorrer do texto de Bourdieu, identificam-se mecanismos de diferenciação de oportunidades e capital cultural entre os alunos “bem-nascidos” e aqueles provenientes de famílias mais humildes. As melhores escolas e universidades são acessíveis aos alunos de famílias ricas e mais abastadas, enquanto as escolas e universidades de qualidade inferior são destinadas aos estudantes de famílias pobres e menos favorecidas. A ideia de “democratização” das escolas e universidades é apenas aparente, sendo restrita a poucos indivíduos.

A partir da minha trajetória acadêmica e profissional, acredito ser possível elaborar

um material didático que mostre aos estudantes do ensino médio uma reflexão sobre os principais conceitos e definições da temática da pobreza e das desigualdades sociais, sua relação com a sociedade capitalista no Brasil e no mundo, suas características específicas em relação à realidade socio-histórica brasileira e, sobretudo, a importância das políticas públicas para o combate às discrepâncias sociais. Destaco, nesse sentido, a relevância de programas de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família, como forma de erradicação da pobreza e de redução das desigualdades.

Em síntese, o objetivo central desse material é promover uma educação voltada para o entendimento da situação de discrepâncias sociais no mundo e principalmente no Brasil, buscando trabalhar o processo de desnaturalização das percepções sobre pobreza e desigualdade social com os estudantes das escolas públicas do estado do Ceará.

A escolha para a elaboração de um material didático no formato de uma cartilha deu-se por causa de três grandes motivos: 1) o primeiro deles, a necessidade de criação de um material de apoio para os professores de Ciências Humanas e, principalmente, para os professores da disciplina de Sociologia. Isto, por experiência própria, foi uma grande problemática enfrentada por mim logo nos primeiros anos de magistério, em que não encontrei um material com o qual pudesse estender os conteúdos e conceitos trabalhados no livro didático, já que, ainda no início da década de 10 dos anos 2000, eram muito escassos e estavam em processo de consolidação. 2) O segundo motivo vem da possibilidade de utilização de material com uma linguagem mais simples e coloquial, principalmente para o público para que foi pensado, os estudantes do ensino médio das escolas públicas do Estado do Ceará, sendo muito mais atrativo para ele. Por fim, o 3) terceiro motivo vem da cartilha ser uma forma de produção que possibilita ao autor ter uma maior liberdade e autonomia na confecção de tópicos e textos pedagógicos, podendo utilizar imagens, fotografias, letras de músicas e notícias de sites e periódicos, mas sempre tendo o cuidado de trazer os referenciais teóricos e metodológicos do que for utilizado no processo de produção desse material.

Todo o material da cartilha foi elaborado no site Canvas, que é uma ferramenta para projetos dos mais diversos tipos, como a criação de sites, postagens em redes sociais e auxílio para a formatação de trabalhos escolares e acadêmicos. Essa ferramenta auxiliou bastante no processo de construção e criação do material didático por ter um layout de fácil compreensão e os seus recursos digitais serem bem didáticos. Todo este processo de edição mostrou-se uma tarefa continuamente árdua, visto que sempre vinha à mente a necessidade de mudança em alguma parte do trabalho. Com o auxílio do meu orientador, professor Doutor Alexandre Jerônimo Correia Lima, dos colegas da turma do Profsocio, dos professores, de alunos e ex-

alunos da escola Estado de Alagoas e, até mesmo da minha companheira Gracillya Costa Silva e o do meu pequeno Heitor, houve a transformação do processo de construção e criação da cartilha em algo mais leve e simples de ser realizado. No mais, ao longo dessa dissertação, mostrarei as informações pertinentes e importantes de tudo isso.

Mas o que encontraremos de importante na cartilha? Conheceremos as discussões de alguns dos principais autores acerca da temática da pobreza e das desigualdades e suas principais contribuições para o conhecimento sociológico. Devido ao formato mais compacto desta publicação, tentei explicar os conceitos e as definições sobre as temáticas, sempre que possível, com exemplos nas mídias e nos meios de comunicação. Além disso, faremos também uma recapitulação da História brasileira através de um breve panorama dos retrocessos e avanços sociais, destacando os momentos de grandes injustiças e desigualdades na formação da nossa nação e dos grupos mais vulneráveis - a população negra - e as suas dificuldades após abolição da escravidão, e algumas melhorias sociais provenientes da era Vargas e da promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe muitas mudanças políticas, econômicas e sociais para as populações menos abastadas e possibilitaram a chegada do primeiro presidente de origem pobre ao poder, fato que levou os mais excluídos a enxergarem um novo Brasil. Em outra parte da cartilha, conheceremos as importantes mudanças sociais a partir de políticas públicas, com destaque aos programas “Fome Zero”, “Bolsa Família” e “Pé-de-Meia”. No final do material, encontraremos, de forma bem didática, sugestões de filmes e livros que trazem a temática desenvolvida neste trabalho para auxiliar os professores e estudantes que o usarem em suas atividades pedagógicas. Ao longo dessa dissertação, serão trabalhados dados, informações e exemplos relativos às condições de pobreza e desigualdades sociais vivenciadas cotidianamente pelos estudantes, os quais foram encontrados em sites de notícias, nas mídias sociais e em periódicos de grande circulação do país.

A cartilha, por ser um material didático que se propõe a estar presente nas escolas públicas do Estado do Ceará, precisa ser coerente com o currículo escolar. Logo, precisamos entender um pouco mais sobre ele, já que estamos vivenciando-o nos últimos anos nas escolas públicas do nosso estado e do Brasil.

A definição e a significação do currículo escolar trazem um elemento-chave em nossa temática; ele não é um artefato social neutro das disputas ideológicas e de conflitos nas relações de poder, mas sim um objeto, que passa por constantes mudanças no decorrer dos tempos e dos espaços, por se tratar de um dispositivo social que produz identidades sociais diversas.

O currículo é um objeto de extrema importância nas relações de desenvolvimento

do ensino e da aprendizagem, mas precisamos entender a sua definição. No livro “*Currículo, Cultura e Sociedade*”, organizado por Antônio Flavio Moreira e Tomaz Tadeu e Silva de 2002, encontramos um excelente capítulo escrito por estes autores em que eles debatem e discutem essa definição de currículo, mostrando a escola como um dos ambientes de produção e de reprodução das desigualdades sociais.

O currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal -- ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA E SILVA, 2002, p.7-8).

A partir desta definição de currículo, veremos a existência de muitas disputas e batalhas que os atores sociais do campo da educação e da escola travam quase que diariamente para garantirem o mínimo de dignidade e de responsabilidade para os estudantes das escolas brasileiras, principalmente as públicas das periferias das grandes cidades, locais onde encontramos os indivíduos mais pobres e os maiores índices de pobreza e desigualdade social.

Ainda no texto de Moreira e Silva (2002), vemos a afirmação de que “O currículo é uma área contestada, é uma arena política” (MOREIRA E SILVA, 2002, p.21). Dentro da Sociologia do currículo, os autores realizaram um mapeamento desse objeto em torno de três grandes eixos centrais: ideologia, cultura e poder. Para discussão do eixo da ideologia, os autores utilizaram o ensaio de Althusser (1983) “*A Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado*”, que argumenta que a educação constituiria um dos principais dispositivos de controle das classes dominantes sobre as populações mais pobres, ou seja: para Althusser, a escola seria um espaço de transmissão da ideologia dominante compreendida apenas pelas classes mais abastadas, e os mais pobres estavam destinados às posições sociais de inferioridade. Outro eixo de discussão é a cultura; os autores partem da perspectiva de uma cultura como campo contestado e ativo, tal qual um terreno em que se enfrentam diferentes e conflitantes concepções da vida social, e o currículo precisa ser um terreno de produção e de política cultural em constantes disputas simbólicas. O currículo é um objeto que precisa passar por um intenso processo de criação e recriação, contestação e transgressão. Por fim, o último eixo de discussão é o poder. Segundo os autores, esse poder se manifesta através de linhas divisórias que separam os diferentes grupos sociais em termos de classe, etnia, gênero etc.; contudo, o currículo é a expressão das relações de poder entre os grupos dominantes e, para derrubar essas forças que envolvem o poder, faz-se necessário conceber um currículo como um campo de construção e

de produção de significações e sentidos, buscando uma transformação das relações de poder na educação e na escola.

Miguel Arroyo, que buscou repensar o ensino médio no início do século XX nas suas obras *Ofício de mestre: imagens e autoimagens* (2000) e *Currículo, território em disputa* (2013), expôs a necessidade de tentar colocar em prática uma ressignificação da ideia de pobreza e desigualdade social nos professores e estudantes do Ensino Médio. Veremos no autor uma premência de transformação da educação no Brasil, principalmente no ensino médio, muitos anos antes da reforma do Novo Ensino Médio (assunto que discutiremos mais adiante). Arroyo (2013) discute que o núcleo de transformação do ensino médio está na reinvenção dos currículos, da concepção e da prática da educação a partir das perspectivas dos professores e alunos. O conhecimento sociológico deve ser um campo dinâmico e aberto a infinitas possibilidades e perspectivas de educação dos discentes das escolas, mas o currículo escolar é um território de disputas, não podendo ser estático. Continuando o debate sobre o currículo do ensino médio, Arroyo (2013) abre o debate acerca de novas identidades docentes e do novo protagonismo juvenil. Novas diretrizes curriculares nacionais precisam reconhecer estudantes e professores como sujeitos históricos e de direitos, protagonistas nas suas diversidades e singularidades, pois os conteúdos curriculares estáticos limitam a criatividade docente e as condições precárias de viver de tantos adolescentes. Precisamos buscar outros educandos, outros projetos educativos, reconhecer a diversidade, a heterogeneidade, a pluralidade e as diferenças entre os discentes; assim, elaborar currículos e materiais didáticos tendo como referência de sentido o reconhecimento desses jovens populares que hoje chegam à educação básica torna-se mais complexo e desafiador.

A necessidade de repensar a educação e, principalmente, o ensino médio, sempre foi uma preocupação de Arroyo, que entende a importância de discussões teóricas e metodológicas sobre o currículo, já que ele traz um olhar voltado para as escolas periféricas, mostrando a existência de um mal-estar nelas que é preocupante para o desenvolvimento das relações de ensino-aprendizagem e das relações entre os discentes e os docentes. A pobreza e as desigualdades sociais, mesmo com os recentes avanços políticos e econômicos na educação, ainda estão muito presentes no cotidiano dos estudantes. Por isso, as escolas precisam ser modificadas pelos seus atores, tais como gestores, professores, funcionários e alunos. A escrita de Arroyo traz um debate pedagógico, histórico, político e social sobre as realidades existentes nas escolas públicas das grandes cidades, e, na visão do autor, faz-se necessário um maior protagonismo dos discente dessas escolas, para além das condições mercadológicas e economicistas. Precisamos conhecer, assumir e acompanhar de perto toda a infância,

adolescência e juventude nos seus percursos reais, desmistificando a escola como apenas um depósito de saberes e de conhecimentos científicos, ou lugar de reprodução de pobreza e desigualdades sociais, para notá-lo como um lugar de socialização e bem-estar dos seus atores, principalmente os estudantes, que são os mais empobrecidos.

Portanto, a partir do entendimento da necessidade de trabalhar a temática da Pobreza e da Desigualdade Social, o material foi pensado inicialmente para ser utilizado nas aulas regulares dos professores de Sociologia. Porém, durante o processo de elaboração do material e da dissertação, viu-se a possibilidade de professores de outras disciplinas, principalmente dos professores de ciências humanas que estivessem trabalhando a temática em sala de aula, ou em outros momentos pedagógicos, como foi o caso da primeira aplicação da cartilha, também a usassem, o que será explicado nos capítulos mais à frente.

CAPÍTULO 1: A POBREZA E A DESIGUALDADE COMO FENÔMENOS SOCIAIS

Para iniciar a discussão sobre a pobreza e a desigualdades sociais no Brasil Contemporâneo, precisamos entender como um país tão cheio de belezas naturais, rico em recursos minerais, com uma população extremamente afetuosa e trabalhadora e com uma grande abundância de atividades econômicas pode ser ao mesmo tempo tão rico em alguns aspectos e tão pobre em outros.

Nas minhas aulas de sociologia sobre esta temática, sempre questiono os estudantes com a seguinte indagação: “*O Brasil é um país rico ou pobre?*” Logo após essa questão, muitos estudantes afirmam que o Brasil é rico, mas convive com a pobreza; outros relatam que o Brasil é pobre, mas existem pessoas muitas ricas no país. E um terceiro grupo de estudantes relata que o grande problema do Brasil é a desigualdade. Ainda trazendo questionamentos sobre alguns postos-chave sobre a temática, pergunto aos estudantes: “*o que é ser uma pessoa rica?*” Mais uma vez, surgem muitas respostas para este questionamento, porém, em síntese, as mais faladas pelos estudantes são que pessoas ricas têm muito dinheiro, ou são pessoas que são muito poderosas, ou são pessoas que trabalham muito e conseguem acumular muita riqueza. Ainda na temática sobre os ricos, pergunto aos estudantes se “*eles conhecem alguém muito rico*”, e a resposta é unânime: ninguém conhece pessoalmente alguém muito rico, mas citam que o patrão de seus pais, ou o político que veio pedir voto próximo da eleição, ou até mesmo o “dono” do time de futebol para o qual eles torcem, devem ser pessoas com essa característica. Nesse momento da aula, peço para os estudantes realizarem uma reflexão sobre “*como seria a imagem de uma pessoa muito rica?*” e, mais vez, a resposta que eles me trazem é unânime: homem, branco, provavelmente heterossexual e morador dos bairros localizados na área nobre das cidades. A partir desses questionamentos iniciais, podemos observar que a grande maioria dos estudantes utiliza o senso comum para definir quem são as pessoas ricas no país. Muitos estudantes acreditam que rico é alguém que possui um padrão de vida muito longe das realidades vividas por eles.

A partir dessas discussões, vamos buscar entender na cartilha os fundamentos teóricos e conceituais da pobreza e desigualdade social que estão presentes na primeira seção dela com o título de “*Pobreza e Desigualdades Sociais*”. Os principais referenciais teóricos utilizados nesta primeira parte do trabalho são os autores Amartya Sen(2018), Gabriela Schneider(2021), Adela Cortina(2020), Pierre Bourdieu(2015), Jesse Souza(2022), Marcelo Medeiros(2023), Pedro Henrique Nery(2024), Michael Sandel(2024) e François Dubet(2024), e suas principais contribuições para a temática a ser trabalhada em todo o material em estudo.

1.1 – A Pobreza: Um Conceito Multidimensional

Iniciando a discussão sobre a temática, conhecemos o economista e filósofo indiano Amartya Sen, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1998; ele é autor de diversas obras sobre o desenvolvimento e as liberdades individuais diante da pobreza e das desigualdades sociais no mundo. Veremos então a importância de uma das principais ideias desse autor para a nossa temática: a questão do desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades concretas dos indivíduos.

Nas palavras do autor: “O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2017, p. 15). Portanto, a pobreza é um dos maiores entraves para o desenvolvimento do indivíduo, sendo sinônimo de aprisionamento em uma realidade caracterizada pela ausência dos meios básicos para a sua subsistência. Essa privação de liberdade econômica tem como principal consequência a privação da liberdade social. A falta de uma renda básica para as famílias mais pobres acaba minando a possibilidade de saída da constante espiral da pobreza.

Todavia, antes de seguirmos em frente, precisamos entender a noção de pobreza absoluta. Muitos autores destacam que ela está relacionada à privação de acesso aos meios para a sobrevivência do indivíduo, ou seja, “as condições básicas que devem ser cumpridas para sustentar uma existência física saudável” (GIDDENS, 2012, p. 344). Uma pessoa em situação de pobreza absoluta é aquele indivíduo que não encontra meios reais para a sua sobrevivência e a dos seus dependentes (filhos, sobrinhos e netos). Importante ponto de destaque relacionado à noção de pobreza absoluta é a sua variação no tempo e no espaço. Segundo Schneider et al, 2021, em seu artigo *Educação, Pobreza e Desigualdade Social: Discussões, proposições metodológicas para a pesquisa*, de 2021, observamos que “a questão a se saber é se é possível definir com precisão quais seriam as condições básicas necessárias para a subsistência de humanos em qualquer contexto temporal e espacial” (SCHNEIDER et al, 2021, p. 355). Percebemos, assim, nas palavras da autora, a dificuldade de determinar com precisão o conceito de pobreza absoluta.

Ainda segundo os autores, “as instituições sociais operam recortes que são capazes de dizer onde começa e onde acaba a pobreza.” (Schneider et al, 2021, p. 355) A partir desses recortes é que são elaboradas as políticas públicas de combate à pobreza, sempre levando em

conta que “uma definição de pobreza, qualquer que seja, está fundada em valores subjetivos, sejam eles morais, éticos, políticos, religiosos ou outros.” (Schneider et al, 2021, p. 355).

Podemos afirmar que a insuficiência de renda é apenas uma das múltiplas dimensões da pobreza, e o estabelecimento de uma linha da pobreza ou da extrema pobreza tem apenas um efeito de comprovação da ausência dos meios necessários para a subsistência das pessoas mais vulneráveis, mesmo que muitas vezes os valores estejam distantes das necessidades dos indivíduos.

A pobreza real enfrentada pelos grupos mais vulneráveis pode ser mais profunda do que aparenta, devido às dificuldades que esses indivíduos têm em participar da vida comunitária, colocando-os em situação de exclusão social. Tal exclusão leva-os para um não lugar na tessitura social, aquele que não tem nada a oferecer na sociedade de troca em que vivemos, tornando-se invisíveis e estigmatizados pelos outros, sem condições de dignidade, respeito e autonomia.

Ainda pensando nessa questão da exclusão social e o não lugar das populações mais vulneráveis, podemos conhecer o termo aporofobia, criado pela autora Adela Cortina em sua obra *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*, de 2020, que significa rejeição, aversão, temor ou desprezo aos pobres. Em sua obra sobre essa fobia, a autora discute a necessidade de criação desse termo, por entender a importância de se reconhecer e buscar as causas das fobias e preconceitos contra os indivíduos e grupos mais vulneráveis da sociedade. Para Cortina (2020), ao nomear a rejeição aos pobres, podemos torná-la mais visível e passível de passarmos a investigar as causas e as problemáticas das práticas que levam a este tipo de rejeição. Outro ponto que podemos destacar está relacionado às práticas aporofóbicas, que recaem muito mais sobre grupos de imigrantes e refugiados que nem sempre são bem-vindos em todos os países; inclusive, isso faz com que vejamos cada vez mais fortemente grupos de conservadores e políticos de extrema direita ganhando espaço na mídia e na sociedade por se oporem à imigração. O combate a essas práticas se faz construindo instituições baseadas na igualdade de valor das pessoas e na criação de uma educação baseada no respeito e na dignidade de todos os indivíduos. No Brasil, uma das principais figuras de combate às práticas aporofóbicas é o padre católico Júlio Lancelotti, através de ações em defesa dos mais pobres. Ele é um apoiador de políticas públicas que sejam responsáveis pelo combate à pobreza e contrário a práticas de discriminação e preconceito em relação aos grupos sociais mais vulneráveis. Um importante passo na defesa de espaços sociais que prezem pelo bem-estar dos indivíduos e evitem um meio espacial e social hostis foi a Lei 14.489 de 2022, segundo a Agência Senado (2022), que proíbe a chamada "arquitetura hostil", a qual emprega estruturas,

equipamentos e materiais com o objetivo de afastar as pessoas, sejam moradores de rua, jovens ou idosos, por exemplo, de praças, viadutos, calçadas e jardins. Ela é chamada de "Lei Padre Júlio Lancellotti", em homenagem a ele e à causa pela qual luta.

Retornando para Sen (2017), sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, de 2017, pontua os tipos de liberdade que ficam cada vez mais distantes dos indivíduos mergulhados na pobreza: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Cada um desses direitos e oportunidades contribui para o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo em relação aos seus anseios políticos, econômicos, sociais e culturais. Um ponto importante destacado pelo autor é que “as liberdades instrumentais se ligam umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral” (SEN, 2017, p. 23). Ou seja, as diferentes formas de liberdade se interconectam e desempenham um papel fundamental no processo de emancipação do indivíduo. Com condições sociais justas e emancipadoras, as pessoas podem ser responsáveis pelo próprio meio de subsistência, rompendo, assim, o ciclo vicioso da pobreza e da desigualdade social.

A pobreza é um conceito multidimensional que, no senso comum, acaba sendo definida apenas como a ausência de renda básica para os indivíduos ou suas famílias, ou seja, a falta de dinheiro. A partir dessa concepção, parece que a simples transferência de renda para os mais pobres seria suficiente para reduzir ou erradicar a pobreza. Contudo, como destaca Sen, “a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda” (SEN, 2017, p. 104). Mesmo que a baixa renda seja um fator determinante para a condição de pobreza, devemos compreender que a privação das capacidades individuais é um elemento central para sua definição.

Sen (2017) enfatiza que a relação entre renda e capacidade pode ser afetada por diversos fatores:

- **Idade:** pessoas mais velhas necessitam de mais cuidados médicos do que os mais jovens, o que gera maiores gastos com saúde. Já os jovens em idade escolar exigem investimentos em educação, o que também impacta a renda familiar.
- **Sexo:** as mulheres possuem uma carga de trabalho mais intensa do que os homens, pois muitas delas acumulam uma dupla jornada, dividindo-se entre a carreira profissional e os cuidados com os filhos, o marido e a casa.
- **Localização:** as pessoas mais pobres vivem, muitas vezes, em condições de moradia precárias, frequentemente em áreas de risco de inundações ou dominadas pelo crime organizado, ao contrário das classes mais abastadas.

- **Condições epidemiológicas:** indivíduos em situação de pobreza enfrentam maiores dificuldades na prevenção e no tratamento de doenças.

A concepção de pobreza, segundo Sen (2017), está muito mais ligada à privação das capacidades dos indivíduos. No entanto, não podemos ignorar que a pobreza também está intimamente ligada à ausência de renda. O autor pontua que “as maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada” (SEN, 2017). Em outras palavras, o aumento das capacidades individuais também amplia as possibilidades de obtenção de uma renda melhor. Dessa forma, o acesso a bens públicos essenciais, como saúde, segurança e educação, pode ser um caminho para que os indivíduos mais empobrecidos transformem sua baixa renda em novas oportunidades.

1.2 – As Desigualdades Sociais: o Abismo Entre Ricos e Pobres

A proposta de abordar temas como educação, pobreza e desigualdade busca incentivar os estudantes a refletirem criticamente e a proporem soluções transformadoras para repensar o (novo) ensino médio, a escola e a própria sociedade. A leitura de conceitos e definições sociológicas, integrada à elaboração da cartilha sobre a temática, visa promover uma releitura desses temas entre estudantes e professores, funcionando como um instrumento de mudança nas percepções desses atores do (novo) ensino médio.

De forma bem resumida, os livros didáticos trazem a definição de desigualdade social a partir da distribuição desigual de recursos, oportunidades e benefícios entre pessoas ou grupos dentro de uma sociedade, resultando em disparidades significativas de renda e de acesso a serviços básicos de saúde, educação, segurança, dentre outros, podendo afetar o bem-estar e o desenvolvimento humano. Mas, antes de adentrar nesta discussão sobre as desigualdades na cartilha, optei por trabalhar um filme muito interessante e que tem uma relação muito próxima com a temática deste trabalho. Trata-se da obra “Que Horas Ela Volta?”, dirigido por Anna Muylaert. Ele retrata a vivência da pernambucana Val (Regina Casé), que teve que se mudar para São Paulo para trabalhar como empregada doméstica na casa dos pais de Fabiano (Michel Joelsas). A história do filme se desenrola a partir do momento em que a filha de Val, Jéssica (Camilla Mardila), precisa prestar vestibular em São Paulo e passa a morar junto com a mãe na casa de seus patrões. Assim, qual a relação do filme “Que Horas Ela Volta?” com a temática da Desigualdade Social?

O filme lança uma série de reflexões acerca das condições de trabalho de muitas

empregadas domésticas no Brasil que “são quase da família”. Muitas delas passam a morar nas casas dos patrões, cuidando de suas vidas e de seus filhos. Essa realidade é muito comum no nosso país, mas o filme mostra que Val, a protagonista da história, teve que deixar o seu lar e a sua família para tentar um mínimo de sobrevivência em outro lugar, distante de seus amigos e parentes. Além disso, a obra mostra que, para os patrões, Val é apenas uma serviçal da casa, não podendo usufruir das mesmas condições que “a família”. A realidade de muitos trabalhadores domésticos foi retratada de forma brilhante na obra de Muylaert, mostrando a grande desigualdade vivenciada por esses trabalhadores que, mesmo convivendo bem próximos de seus patrões, possuindo fortes laços de afetividade e de cumplicidade, são, na visão dos chefes da família empregadora, apenas prestadores de serviço que muitas vezes ganham pouco e não possuem direitos trabalhistas.

Ainda fazendo uma relação com a produção audiovisual, podemos falar sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 72 (PEC), de 2 de abril de 2013, que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. A chamada PEC das Domésticas foi um marco na defesa dos direitos dessas trabalhadoras que passaram a ter seus direitos garantidos por lei.

O processo de votação da PEC foi quase unânime entre os parlamentares, com exceção de alguns, como foi o caso do então deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que mais tarde se tornaria presidente da república. Na época, Bolsonaro acreditava que muitas trabalhadoras acabariam migrando para a informalidade, já que muitos patrões não teriam condições de pagar os seus salários mais os encargos trabalhistas.

Segundo o Instituto Doméstica Legal (2024), a PEC desempenhou um importante papel na defesa dos direitos e na promoção da dignidade dos trabalhadores domésticos, além de sensibilizar a sociedade e as autoridades sobre a importância de valorizar o trabalho doméstico.

A partir desses apontamentos, podemos voltar para a aula com o seguinte questionamento para os estudantes: “*o que é ser uma pessoa pobre?*”. Surgem diversas respostas e, mais uma vez resumindo, as mais faladas pelos estudantes “são pessoas que não têm condições de comprar comida”; outra resposta muito falada por eles são “as pessoas que vivem na rua pedindo esmolas”, ou são pessoas que, mesmo possuindo moradia e comida na mesa, vivem de forma muito precária, e assim foi da mesma forma quando perguntei anteriormente se eles conheciam alguém muito rico. Perguntei se eles conhecem alguém muito pobre, e a maioria dos estudantes respondeu que conheciam na figura de uma pessoa que morava na rua da deles, ou de um vizinho que sempre pedia ajuda para comprar comida ou para alguma

necessidade. Nesse ponto da aula, peço para que os estudantes façam um exercício de reflexão: “você, aluno da escola Estado de Alagoas, está mais próximo das pessoas ricas ou das pessoas pobres?”. Os estudantes rapidamente afirmam que estão mais próximos das pessoas pobres, já que a população pobre no Brasil é maioria, e, nesse momento da aula, apenas com esses questionamentos, muitos alunos passam a entender que o Brasil é um país cuja maioria da população é pobre, mas que também existe a presença pequena de uma parcela da população que é muita rica.

Para facilitar o entendimento desta questão sobre a população rica e a população pobre no Brasil, trago um dado muito importante, que é “a porção recebida por 0,1% [dos mais ricos] foi equivalente à dos 50% mais pobres” (MEDEIROS, p-20, 2023). A partir desse dado, os estudantes conseguem entender que, além das questões entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres, o nosso país é uma nação muito desigual. A fim de esclarecer mais o raciocínio para os estudantes, podemos inclusive mostrar a quantidade de pessoas dentro desse 0,1% dos mais ricos. “A regra no nosso país tem sido que 200 mil pessoas mais ricas ficaram com a mesma renda que os 100 milhões mais pobres”. (NERY, p-20, 2024). Fazendo uma reflexão em conjunto com os estudantes, peço que eles imaginem a população dos três maiores bairros da cidade de Fortaleza (Jangurussu, Barra do Ceará e Granja Lisboa)¹; somando a população desses bairros, já se ultrapassa a quantidade dos 0,1% mais ricos do Brasil, e são pessoas que possuem uma renda maior que a metade mais pobre da população brasileira. O que o eu quero que os estudantes aprendam e compreendam nessas aulas sobre a desigualdade econômica no Brasil, é esta existência de uma grande disparidade entre as pessoas mais ricas e as pessoas mais pobres que caracteriza a nossa desigualdade econômica.

Outro ponto que podemos destacar nas aulas de Sociologia sobre a temática da desigualdade, após os questionamentos feitos acima, é a seguinte pergunta: “o Brasil é um país muito desigual?”. Para tentar responder essa pergunta, podemos citar o sociólogo Marcelo Medeiros, autor do livro *Os ricos e os pobres: O Brasil e a desigualdade*, de 2024. O autor traz em importante destaque em sua obra que “o Brasil se caracteriza por uma grande massa de pessoas de renda baixa que difere de um grupo pequeno de pessoas bem mais ricas que as demais” (MEDEIROS, P-19, 2023). Parece-se tentar explicar o óbvio a partir desta constatação, contudo, precisamos entender que no Brasil e no mundo o tema da desigualdade é muito complexo, e muitas vezes alguns dados e ponderações fazem-se necessários. O autor introduz

¹Segundo o jornal o povo a partir dos dados do Censo Demográfico de 2022, O bairro mais populoso da cidade de Fortaleza é o bairro Jangurussu (70651 habitantes) que ultrapassou a Barra do Ceará (63477 habitantes) e fechando a lista dos três bairros mais populosos temos a Granja Lisboa (63420 habitantes).

um dado muito importante sobre essa questão: “cerca de um quinto dos adultos do Brasil não possui renda monetária alguma” (MEDEIROS, p-19, 2023), mas, o que isso significa para entendermos a desigualdade? Uma parcela significativa de indivíduos não recebe nenhum tipo de proventos ou capital financeiro; surge desta constatação um ponto que precisa de uma explicação melhor. Quem são esses indivíduos e como eles mantêm a sua subsistência? O autor explica que esta renda refere-se ao ganho de renda da pessoa, o que é diferente de renda por pessoas (renda familiar per capita).

Por exemplo, uma família brasileira composta por quatro membros - uma avó de 73 anos que sempre trabalhou de maneira informal (sem carteira assinada e sem contribuição para previdência pública), uma mãe de 44 anos que trabalha em dois empregos diferentes e ganha dois salário mínimos, um filho de 18 anos que está no último ano do ensino médio e não entrou no mercado de trabalho e uma filha de 5 anos que ainda está na educação infantil – nesse cenário acima descrito, apenas um indivíduo possui renda (dois salários mínimos, em torno três mil reais). Já a renda familiar per capita de cada indivíduo sai em torno de 800 reais por mês, o que se torna um valor bem acima do necessário para o recebimento do Bolsa Família. Podemos constatar desse exemplo, logo, que muitos brasileiros dependem de outros para ajudar na sua subsistência. Para Medeiros, “numa população de pouco mais de 160 milhões de pessoas com mais de dezoito anos em 2022, esse grupo equivale a quase 30 milhões de adultos” (MEDEIROS, p-20, 2023); são brasileiros que realizam geralmente o trabalho de cuidado das famílias e que não recebem formalmente nenhum tipo de pagamento por esses trabalhos.

Segundo o autor, as mulheres são maioria neste grupo, que também é composto por estudantes, desempregados e pessoas idosas. A partir desta comprovação, podemos compreender a existência das outras formas de renda para além do emprego formal chamado de carteira assinada. Medeiros explica que “É possível ordenar as pessoas por diferentes tipos de renda: a renda dos adultos, a renda do trabalho, a renda do capita, a renda familiar total” (MEDEIROS, p-20, 2023) e, a partir desta observação, torna-se muito complexo categorizar a distribuição de renda no Brasil, pois ela leva em consideração todos os indivíduos. Como mostra o autor, “definimos a pobreza a partir das rendas familiares, e não rendas individuais. Repetindo, não existe uma desigualdade, mas várias desigualdades. Cada distribuição mostra um ângulo da sociedade.” (MEDEIROS, p-20, 2023).

Para explicar melhor essa questão, podemos observar que em muitas famílias ricas formadas por quatro ou cinco membros adultos, apenas um indivíduo trabalha como presidente ou diretor de uma grande empresa multinacional, ou vive comprando e vendendo ações dos mercados financeiros, enquanto os outros indivíduos desta família vivem da renda desse único

membro, mas isso não significa que são pessoas pobres, muito pelo contrário, por estarem em uma família com muitas posses e muitas rendas, são consideradas pessoas ricas.

Outro autor que traz muitas contribuições para o debate acerca das desigualdades no Brasil é o professor e economista Pedro Henrique Nery. Sua obra *Extremos: Um mapa para entender as desigualdades no Brasil*, de 2024, mostra uma importante visão sobre a temática a partir das análises dos lugares mais extremos do país, fazendo comparações entre lugares com grande desenvolvimento econômico e social com lugares com condições de vida extremamente pobres e precárias (lugares mais e menos desenvolvidos, bairros em que se vive mais ou se vive menos, unidade da federação mais rica e mais pobre, e cidade com mais aposentados e cidade onde mais se recebeu o auxílio emergencial). Em um dos mais importantes pontos destacados pelo autor, “Nossos ricos ombreiam com ricos americanos, chineses ou franceses. E nossos miseráveis pareiam com pobres congoleses, indianos ou uzbeques” (NERY, p-17. 2024); essa observação feita por ele nos mostra que, no Brasil, a concentração de renda no topo é igual ou até mesmo superior à que há em países desenvolvidos. Outra autora, Laura Carvalho, traz um dado muito interessante para ser analisado neste trabalho: “o 1% mais rico no Brasil possui rendimento maior do que o 1% na França, por exemplo, e a renda média dos 90% mais pobres no Brasil equivale à dos 20% mais pobres na França.” (CARVALHO, p, 40, 2018). Podemos, assim, constatar que no Brasil a desigualdade econômica gera um grupo muito pequeno de pessoas muito ricas e um grupo de pessoas muito pobres aumentando consideravelmente as diferenças entre as classes dominantes e classes dominadas.

1.3 – O Capital Cultural e a Sociedade Meritocrática

Voltando para a definição de desigualdade social, podemos citar o sociólogo Jessé Souza, em cuja obra *Brasil dos Humilhados: Uma denúncia da ideologia elitista*, de 2022, apresenta uma definição mais ampla ao nos mostrar que a luta social por recursos em uma realidade de escassez é definida pelas diferentes possibilidades de acesso ao capital econômico e cultural. (SOUZA, 2022). Segundo Jessé Souza, para entender as dinâmicas sociais modernas que permeiam a nossa sociedade, precisamos antes de tudo compreender o que significa a teoria dos capitais de Pierre Bourdieu. Mas, por que esses capitais, principalmente o capital cultural, estão intimamente relacionados com a temática da desigualdade social? O conceito de capital cultural foi desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Esse conceito abrange fatores como a escolaridade e a profissão dos familiares, o local de moradia, as características demográficas do grupo familiar e o tipo de estabelecimento escolar frequentado na infância,

entre outros. Nas palavras de Bourdieu:

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistemas de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar". Esses elementos são essenciais para compreender as diferentes formas de leitura, escrita e interpretação que cada estudante desenvolve em relação ao meio em que vive (BOURDIEU, 2015, p.46).

Conforme definido por Bourdieu (2015), o Capital Cultural é transmitido de geração em geração, mesmo que os pais não tenham o desejo ou a intenção de repassá-lo para seus filhos e netos. Por isso, é comum que as melhores escolas e universidades estejam muito mais acessíveis aos alunos de famílias ricas e mais abastadas, enquanto as escolas e universidades de qualidade inferior são destinadas aos estudantes de famílias pobres e menos favorecidas. Dessa forma, se uma família tem uma origem mais empobrecida, o indivíduo parte em desvantagem no universo cultural, diferentemente daquele de origem mais abastada, que já possui o privilégio de nascer em um "berço de ouro" e possuir os meios necessários para ingressar nos melhores meios escolares e acadêmicos. Essa constatação pode parecer óbvia, mas ainda é muito comum, no meio escolar, a crença de que o filho da dona Cícera, merendeira da escola, tem as mesmas condições educacionais e culturais que o filho do bilionário Elon Musk para ingressar em uma universidade ou trabalhar em grandes empresas de tecnologia. A ideia de redução das desigualdades a partir da “democratização” das escolas e universidades é apenas aparente, sendo restrita a poucos indivíduos, criando na sociedade capitalista um fosso de desigualdade para as populações mais vulneráveis. A distinção social em nossa sociedade é, segundo Souza, permeada por uma “violência simbólica”² somando que encobre, distorce e permite a legitimação da dominação social no capitalismo que se dá do mesmo modo nas sociedades avançadas e periféricas (SOUZA, 2022, p.164). A partir dessa ideia, podemos entender que as grandes diferenças entre as classes sociais é uma das principais características do capitalismo e da globalização, criando um processo de exclusão cada vez maior entre os diferentes grupos sociais.

Outro sociólogo francês que discute a transmissão do capital cultural entre as gerações é Bernard Lahire. Em sua obra *Sucesso Escolar nos Meios Populares: As Razões do*

² Segundo Bourdieu (2003) a violência simbólica é “violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (Bourdieu, 2003, p. 7-8). O autor mostra que essa forma de violência advém de um vínculo de subjugação-submissão e acaba resultando em uma dominação de grupos ou de indivíduos que se tornam inclusive cúmplice devido o estado natural da sua vivência em sociedade desigual. Em outras palavras a violência simbólica cria na sociedade grupos sociais que são induzindo a se posicionarem na sociedade produzindo e reproduzindo normas, tradições e padrões do discurso das classes dominantes.

Improvável (1997), ele realiza uma série de entrevistas e pesquisas para elaborar diferentes perfis socio-educacionais de crianças no início da idade escolar na França, analisando as questões do fracasso e do sucesso escolar. Nas entrevistas, o autor demonstra que o fracasso está frequentemente relacionado à ausência de uma cultura escolar nas famílias, muitas delas compostas por imigrantes de origem africana e asiática, que enfrentam dificuldades, inclusive, com o idioma francês. Já o sucesso escolar está vinculado à existência de uma cultura familiar de leitura e à participação em atividades culturais.

No entanto, Lahire argumenta que esse capital cultural não é transmitido de forma automática, mas sim como resultado de uma série de fatores que contribuem para a sua disseminação. Entre esses fatores, destacam-se a maior presença dos pais na vida escolar do estudante, um maior tempo dedicado à leitura (seja de livros, jornais ou revistas), a participação em atividades culturais em conjunto com a família e a realização de atividades extracurriculares durante as férias escolares. Para Lahire, o sucesso escolar dos estudantes não depende apenas da frequência na escola, mas de um conjunto de habilidades adquiridas nos diversos ambientes em que o indivíduo convive, como a escola, a igreja, a casa dos parentes e sua própria residência.

Jessé Souza, ainda citando Bourdieu, mostra que a ideologia da meritocracia “esconde sistematicamente ‘produção social’ dos desempenhos diferenciais entre os indivíduos, tornando possível que o desempenho diferencial ‘apareça’ como diferença de talentos individuais e inaptos” (SOUZA, 2022, p.165). Observa-se no capitalismo excludente que o fracasso e a falta de oportunidade são inerentes ao modelo de sociedade que vivenciamos.

A partir dessa discussão acerca da sociedade meritocrática, podemos realizar alguns questionamentos sobre a questão do mérito, que é amplamente debatida nos meios de comunicação, nas redes sociais e, principalmente, nas escolas públicas e privadas do Brasil e do mundo: “*o que significa mérito?*”; “*estariamos vivendo em uma nova sociedade meritocrática?*”; “*qual é a relação entre pobreza, desigualdade e essa nova sociedade?*”. Iniciando com estes questionamentos, vamos tentar responder a essas questões ao longo deste tópico.

Um dos principais autores da atualidade a discutir essa temática é o filósofo político e sociólogo Michael Sandel. No livro *A Tirania do Mérito: O Que Aconteceu com o Bem Comum?*, de 2024, o autor promove uma intensa reflexão sobre a sociedade contemporânea, trazendo o conceito de sociedade meritocrática e diferenciando-o das sociedades desiguais. Nas palavras de Sandel: “Em uma sociedade desigual, aqueles que alcançam o topo querem acreditar que seu sucesso tem justificativa moral” (SANDEL, 2024, p. 22). Já em “uma sociedade da meritocracia, isso significa que os vencedores devem acreditar que conquistaram o sucesso

através do próprio talento e esforços” (SANDEL, 2024, p. 22). Diante disso, precisamos nos perguntar se a solução para a nossa política conflituosa está em seguir mais fielmente o princípio do mérito ou em buscar um bem comum além da classificação e da competição.

Em outro momento de sua obra, Sandel (2024) analisa as mudanças estruturais da sociedade contemporânea, especialmente nos Estados Unidos. Ele aponta que a nova ordem econômica se baseia na inovação, na flexibilidade, no empreendedorismo e na constante necessidade de aprender novas habilidades. Nesse contexto, a classe trabalhadora vem perdendo espaço para as inovações tecnológicas, resultando na redução de seu status econômico e social nas últimas décadas. Ou seja, o fracasso político na inserção dessa classe no novo modelo de trabalho gera um sentimento crescente de frustração e ressentimento, alimentando o discurso populista de extrema direita nos Estados Unidos, no Brasil e em diversas partes do mundo.

Segundo Sandel (2024), a globalização fortaleceu dois aspectos centrais no discurso populista: o modo tecnocrático de conceber o bem público e o modo meritocrático de definir ganhadores e perdedores. No modo tecnocrático: a política é guiada pela fé no mercado, na crença de que os mecanismos de mercado são os principais instrumentos para alcançar o bem público. Essa visão da globalização, favorável aos mercados, gerou um aumento da desigualdade e desvalorizou identidades nacionais e individuais. Como consequência, fortaleceu-se uma tendência à criação de identidades cosmopolitas, ao livre fluxo de capitais e ao comércio irrestrito, acentuando ainda mais as desigualdades sociais. Já no modo meritocrático: fundamenta-se na ideia de que, independentemente do ponto de partida, qualquer indivíduo pode ascender socialmente, desde que se esforce o suficiente. Esse conceito reforça a chamada igualdade de oportunidades, resumida na retórica de que “pessoas que trabalham duro e que seguem as regras são capazes de ascender até onde seu talento levar” (SANDEL, 2024, p. 30). Esse discurso, entretanto, não se aplica apenas aos Estados Unidos, mas também a países como o Brasil. Nos últimos anos, o aumento das desigualdades tem dificultado a ascensão social das camadas mais pobres, aprofundando o abismo social entre aqueles que estão no topo e os que permanecem na base, consolidando vantagens para os mais ricos e seus descendentes.

A crença de que trabalho árduo e talento individual garantem sucesso não se sustenta diante da realidade. Sandel argumenta que “a distância entre ricos e pobres deve lidar diretamente com as desigualdades de poder e riqueza, em vez de satisfazer apenas com o projeto de ajudar pessoas a subir escadas cujos degraus se distanciam cada vez mais” (SANDEL, 2024, p. 37). Em outras palavras, o discurso meritocrático legitima desigualdades ao estabelecer uma separação entre aqueles que, supostamente, ascendem socialmente por mérito próprio (os

vencedores) e aqueles que não conseguem ascender (os perdedores). A ênfase excessiva no discurso meritocrático gera um efeito corrosivo e destrutivo na forma como interpretamos tanto o sucesso quanto o fracasso. Sandel observa que “a noção de que o sistema recompensa o talento e o empenho incentivam vencedores a considerar seu sucesso como resultado de suas próprias ações, uma medida da sua virtude – e a desprezar pessoas menos afortunadas do que eles” (SANDEL, 2024, p. 38). Aos vencedores, todas as glórias e triunfos; aos perdedores, a vergonha e o ressentimento por não conseguirem chegar lá. Outra questão-chave apresentada pelo autor em relação à crença meritocrática está na ideia de que o destino de cada indivíduo está em suas próprias mãos, ou seja, "você consegue se tentar". Esta ideia, aparentemente simples e inocente, é, na verdade, uma faca de dois gumes: por um lado, é inspiradora; por outro, cruel. Ela leva o indivíduo derrotado a acreditar que seu fracasso é resultado exclusivamente de suas próprias ações, como se simplesmente não tivesse talento para o sucesso.

Nesse cenário, aos vencedores são concedidos triunfos e, enquanto os perdedores são levados a sentir vergonha e ressentimento. Outro ponto crucial destacado por Sandel (2024) é a crença de que cada indivíduo tem total controle sobre o seu destino: basta tentar o suficiente para alcançar o sucesso. Embora essa ideia pareça motivadora, ela possui um lado cruel, pois leva aqueles que fracassam a acreditarem que sua derrota é inteiramente culpa sua, fruto de sua falta de talento ou esforço. Esse raciocínio alimenta a desvalorização de profissionais sem diploma universitário e de trabalhadores de setores operacionais, corroendo sua autoestima e sua posição na sociedade.

A crença na meritocracia está muito presente na realidade brasileira, especialmente na educação. Na escola onde estou lecionando, é comum ouvir nos corredores e salas de aula essa crença sendo reproduzida. Professores e alunos frequentemente reforçam a ideia de que os melhores alunos (vencedores) são aqueles que conseguem acesso à universidade pública, enquanto os demais (perdedores) acabam trabalhando em mercadinhos e padarias do bairro. Acredita-se que o sucesso e o bem-estar de uma pessoa dependem exclusivamente de seu acesso à universidade pública.

Por fim, podemos destacar uma discussão sobre a sociedade aristocrática e a meritocrática, amplamente presente na obra de Sandel (2024). Na sociedade aristocrática, a renda e a riqueza são determinadas pelo acaso do nascimento e transmitidas de uma geração para outra, ou seja, os indivíduos são privilegiados desde o nascimento até a morte. Já na sociedade meritocrática, a renda e a riqueza são frutos do esforço e do talento dos indivíduos. A existência da possibilidade de ascensão social faz com que essa sociedade pareça mais justa e igualitária do que a aristocrática. A partir dessa discussão, podemos compreender que as

pessoas se preocupam não apenas com a quantidade de dinheiro que possuem, mas também com o significado de sua riqueza ou pobreza para a sua posição social e autoestima. Uma sociedade que permite a ascensão social e a valoriza impõe um julgamento severo àqueles que não conseguem alcançá-la.

O autor promove uma intensa reflexão sobre a sociedade contemporânea, trazendo o conceito de sociedade meritocrática e mostrando o discurso meritocrático legítima desigualdades. Nesse contexto, a classe trabalhadora vem perdendo cada vez mais espaço para as inovações tecnológicas, resultando na redução de seu capital social e simbólico nas últimas décadas. Ou seja, o fracasso político na inserção da classe trabalhadora ao novo modelo de sociedade gerada pela meritocracia está criando um sentimento crescente de frustração e ressentimento, o que alimenta cada vez os discursos populistas das extremas direitas nos Estados Unidos, no Brasil e em diversas partes do mundo.

Outro autor muito importante nessa discussão sobre a temática é François Dubet. Em sua obra *O tempo das paixões tristes*, de 2019, ele argumenta que vivemos em sociedades multiculturais, com múltiplas identidades, o que dá lugar a profundos sentimentos de crise e conflitos que já não são mais conflitos de classe. “Neste novo sistema, as ‘pequenas’ desigualdades parecem bem mais pertinentes do que as ‘grandes’ (DUBET, 2022, p.13). Ou seja, em nossa sociedade, estamos cada vez mais fechados em nossas próprias lutas e problemas individuais. Dubet nos mostra que a desigualdades múltiplas acentuam a heterogeneidade das situações (DUBET, 2022, p.37). Somos mais ou menos iguais ou desiguais de acordo com o nosso trabalho, claro, mas também de acordo com o nosso sexo, sexualidade, saúde, idade, local de residência, origens e etc.

O grande desafio da sociedade contemporânea é compreender as angústias, aflições e as indignações, e também resistir às suas vertigens e, com isso, precisamos ao mesmo tempo lutar contra as discriminações e resistir à ascensão de discursos populistas que levam aos extremismos e aos ressentimentos.

CAPÍTULO 2: PANORAMA DAS DESIGUALDADES DO BRASIL: RETROCESSOS E AVANÇOS SOCIAIS

Um grande marco histórico-social no Brasil foi a promulgação da Constituição Federal de 1988; houve uma ampliação de direitos e a construção de movimentos de participação popular. Isso fez com que ela fosse comumente conhecida como "Constituição Cidadã". A partir dela, grupos anteriormente marginalizados da sociedade brasileira passaram, aos poucos, a ter mais vozes ativas na elaboração de políticas públicas. Contudo, somente no início do século XXI, com a ascensão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), observou-se uma ampliação da participação política de diferentes atores sociais, que passaram a defender suas próprias bandeiras de luta e manifestações diversas em prol da democracia. Houve uma redefinição do papel do Estado brasileiro, com uma expansão de políticas públicas voltadas para a integração política, social, racial e de gênero em contextos variados e nunca antes observados na história do país.

Antes de analisar as principais contribuições políticas e sociais no Brasil para as populações mais vulneráveis, é necessário entender que as desigualdades sociais no Brasil vêm do seu legado do passado colonial. Devemos levar em conta a triste herança da escravidão, período que pendurou mais de 300 anos e que ao chegar formalmente ao fim, não foi seguida de qualquer tipo de política de reparação ou de inclusão dos negros libertos (que veremos mais adiante). Além disso, características coloniais como as grandes posses latifundiárias, a alta tributação de impostos e o desequilíbrio da estrutura social também estão na raiz do aumento das desigualdades brasileiras.

A partir dessas discussões, vamos buscar realizar na cartilha um breve histórico dos avanços sociais no Brasil após o processo de independência até os nossos dias atuais, e que estão presentes na segunda seção da cartilha com o título de “Panorama das Desigualdades no Brasil”. Os principais referenciais teóricos usados nesta segunda parte do trabalho são os autores José Murilo de Carvalho(2024), Mario Theodoro(2008), Silvio Almeida(2019), Florestan Fernandes(2023), Boris Fausto(2006) e Laura Carvalho(2018), e suas principais contribuições para a temática a ser trabalhada em toda a cartilha; também nesta segunda parte estão dados sobre a realidade brasileira fornecidos pela OXFAM Brasil(2024) e pelo Censo do IBGE de 2022.

2.1 – A Formação do Brasil e a Exclusão do Negro na Sociedade Brasileira

Segundo José Murilo de Carvalho, em sua obra *Cidadania no Brasil: O longo caminho*, de 2024, a formação do Estado brasileiro após a independência (1822) é caracterizada por “uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado Absolutista” (CARVALHO, 2024, p-26). O legado deixado pelos portugueses nesse momento da história brasileira é marcado por grandes desigualdades.

Segundo Carvalho, “A independência não introduziu mudança radical no panorama” (CARVALHO, 2024, p-33). Ou seja, mesmo após a mudança de governo, a situação da população brasileira não encontrou mudanças significativas.

Avançando mais um pouco na História brasileira, vamos tentar entender a situação de trabalho da população mais vulnerável - a população escrava negra - próximo da abolição da escravatura em 1888 pela assinatura da Lei Áurea.

Segundo Mario Theodoro (2015), a formação do mercado de trabalho brasileiro foi extremamente excludente para a população escrava negra em decorrência de

“Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência”. (THEODORO, 2015, p, 15).

Com esses mecanismos de exclusão, uma grande massa de trabalhadores negros se viu às margens da formação econômica brasileira, o que “findaram por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem no país até os dias atuais.” (THEODORO, 2015, p, 15). Podemos observar que os grandes problemas relacionados à pobreza e às desigualdades no Brasil têm uma raiz histórica muito forte.

Theodoro ainda nos mostra que acontece “no final do século XIX, o início de um processo de aglomeração da pobreza e da exclusão nas cidades, resultante da chegada em profusão de contingentes de ex-escravos” (THEODORO, 2015, p, 29). Desta forma, o fim da abolição para a população negra não representou o término das opressões e das humilhações que essa população sofreu ao longo de mais de 300 anos de escravidão, mas sim um longo processo de exclusão e marginalização dessa população, o que o autor irá chamar de não-lugar do trabalho negro, que será gradualmente substituído pelo imigrante de origem europeia. Como mostra Alfredo Bosi, “Não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas esse passaria a vivê-lo como um estigma na cor da sua pele” (BOSI, 1992, p. 272), sem a possibilidade real de uma grande mudança na sua condição social. Mesmo com um grande contingente de trabalhadores livres e libertos após a abolição, o Estado brasileiro, juntamente com os grandes

proprietários de terra, decidiram optar pela utilização do trabalho de imigrantes europeus.

Isto representou uma tentativa das elites políticas e econômicas brasileiras da época de transformação do Brasil a partir do embranquecimento da população, acreditando nas teorias raciais de desenvolvimento nacional a partir da exclusão do negro e da implantação do branco europeu. Segundo Theodoro, “A imigração era entendida como etapa imprescindível do processo de afirmação da nação e dos nacionais” (THEODORO, 2015, p. 39). A elite política e econômica brasileira foi uma das maiores responsáveis pelo aumento da pobreza e das desigualdades no país. Como vimos anteriormente, a inserção dos negros no mercado de trabalho após a abolição foi permeada por uma política de exclusão social que tinha (e ainda tem) o racismo como elemento central de segregação, racismo esse que faz parte do cotidiano das populações mais vulneráveis e que se torna estrutural na nossa sociedade contemporânea.

Silvio de Almeida, autor da obra *Racismo Estrutural*, de 2019, mostra que “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (ALMEIDA, 2019, p. 33). Em outras palavras, o racismo vai além de atitudes e comportamentos individuais preconceituosos, mas engloba um conjunto de práticas sociais e políticas que excluem a população negra dos espaços políticos, econômicos e sociais. Outro autor que podemos citar, que aponta importantes contribuições para a temática, é Florestan Fernandes. Em sua obra *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1971, destaca que abolição da escravidão em 1888 no Brasil foi incompleta, pois o Estado brasileiro e seus agentes públicos não quiseram assumir a responsabilidade de integrar o negro na sociedade em condições de igualdade com os outros grupos sociais, contribuindo, dessa forma, para a sua marginalização e exclusão social.

2.2 – Getúlio Vargas e os Primeiros Avanços Sociais no Brasil

Avançando um pouco na História do Brasil, vamos para um momento que, segundo José Murilo de Carvalho (2024), será um grande divisor de águas para as mudanças sociais no Brasil: a ascensão de Getúlio Vargas ao poder com a revolução (ou golpe) de 1930 e suas políticas públicas ligadas às classes mais populares. Desde primeiros momentos no poder, Vargas criou mecanismos sociais que foram importantíssimos no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais no Brasil.

Logo, são alguns exemplos de medidas colocadas em práticas por seu governo: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos primeiros anos no poder; no

avançar do seu governo, veremos a elaboração de uma vasta legislação trabalhista e de previdência, que será fortalecida com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, sendo instrumento de defesa da classe trabalhadora até os dias de hoje.

Nesse momento da História do Brasil, veremos a tentativa de Vargas de elaborar uma política nacional que tinha como principal pauta a defesa das classes trabalhadoras. Mas, por que a Consolidação das Leis Trabalhistas foi tão importante na defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros? Porque, segundo as autoras Heloisa Starling e Lilia Schwarcz, em sua obra *Brasil: uma biografia*, de 2015, garantiu os principais avanços sociais para a classe trabalhadora, com o estabelecimento de leis de proteção ao trabalhador, a criação da carteira de trabalho, a organização da jornada de oito horas diárias, a criação da lei de férias, a regulamentação do trabalho da mulher e de menores de idade e os direitos a pensões e a aposentadorias. Todos esses avanços são importante marcos na história da classe trabalhadora, que vem de uma histórico de lutas e conquistas desde o início do século XX, e o governo de Vargas foi um grande articulador dessas conquistas. Já no campo educacional, Vargas buscou elaborar reformas educacionais que garantissem uma educação básica como um direito de todos e como parte essencial da uma sociedade industrial e igualitária, principalmente em um país de grande maioria de analfabetos.

Dentre as principais reformas promovidas por Vargas durante o seu governo, podemos destacar duas reformas: A reforma Francisco Campos, de 1931, e as Reformas Capanema, de 1942. A primeira delas, a reforma Francisco Campos, tem esse nome por causa do ministro que foi responsável pela implantação da reforma. Segundo Simone Meucci (2015), as principais mudanças são a reformulação do ensino secundário e superior no Brasil e uma regulação do Estado na esfera educativa. Outro ponto importante, conforme a autora, foi a normatização da cultura escolar do ensino secundário brasileiro, estabelecendo procedimentos administrativos e didático-pedagógicos homogêneos para todos os ginásios do território nacional. Já a reforma Capanema, também de acordo Meucci (2015), foi responsável pela instituição do ensino secundário em duas etapas: o clássico e o científico, e também foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Vargas durante a ditadura do Estado Novo. Ambas as reformas promovidas por ele buscaram uma maior integração nacional e a centralização das decisões na esfera federal, marcando o seu caráter autoritário e antidemocrático. Já no campo político, vale destacar que Vargas, a partir da implantação do Estado Novo, passou a controlar cada vez mais a massa de trabalhadores, principalmente através da acentuada propaganda favorável às ações do governo nos meios de comunicação da época, o cinema e o rádio, que passaram a ser as principais formas de controle social das classes

trabalhadoras, caracterizando esse momento histórico como de autoritarismo, repressão e censura.

Ainda durante a Era Vargas, podemos destacar um momento de incentivo e apoio às questões educacionais no país, já que, em março de 1933, surge o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que tinha como principais nomes Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Segundo Boris Fausto (2006), o grupo buscou realizar profundas transformações na educação do país. O manifesto da Escola Nova buscava adoção de uma escola única, pública, gratuita, aberta a meninos e a meninas, onde todos teriam uma educação igual e comum.

Fausto (2006) ainda destaca que “Os pioneiros defendiam a ampla autonomia técnica, administrativa e econômica do sistema escolar para livrá-lo das pressões de interesses transitórios.” (FAUSTO, 2006, p. 340). Para o grupo, havia a necessidade de uma educação que fosse para além de uma política de governo, que se transformasse em uma política do Estado brasileiro.

Outro ponto importante dos defendidos pelos pioneiros é que “a necessidade de adaptação das escolas às características regionais impunha a realização de um plano educativo que não fosse uniforme para todo o país, embora a partir de um currículo mínimo comum.” (FAUSTO, 2006, p. 340), ponto esse que será bastante defendido anos mais tarde com as discussões de implementação da atual Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Por fim, dentre os pioneiros da Escola Nova, segundo Boris (2006), apenas Lourenço Filho manteve-se ao lado de Vargas nos anos posteriores, enquanto os outros foram marginalizados e até mesmo perseguidos, principalmente Anísio Teixeira.

2.3 – A Constituição Cidadã e o Milagrinho Econômico do Governo Lula

Chega-se então na História mais recente do Brasil após a promulgação da Constituição de 1988 que, segundo Carvalho, é “a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã” (Carvalho, 2024, p-203). A elaboração da constituição foi um marco histórico no país, pois ela serviu como uma bússola para a transformação de uma nação que passou 21 anos sob um regime militar autoritário e ditatorial para uma nova nação livre e democrática. A constituição de 1988 foi responsável pela construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa, trazendo para a população brasileira novos direitos e novas obrigações para o poder público. Será a partir dela que poderemos ver um novo horizonte de mudanças políticas, econômicas e sociais. Porém, mesmo

com a promulgação de um texto constitucional altamente inclusivo e agregador para as populações mais vulneráveis, a grande mudança política, econômica e social do Brasil recente aconteceu com a vitória eleitoral do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Nordestino do interior de Pernambuco, começou a trabalhar desde cedo para sustentar a sua família. Trabalhou muitos anos como operário em uma indústria metalúrgica até se tornar um grande líder sindical. Nos inícios dos anos 1980, ainda sob o regime militar, mas já em processo de abertura política lenta e gradual, fundou o Partido dos Trabalhadores (PT), um dos maiores partidos políticos da atualidade. Depois de muito batalhar para chegar à presidência do país e perder três eleições consecutivas, finalmente venceu a eleição de 2002, tornando-se o primeiro presidente brasileiro de origem pobre.

Um dos grandes momentos de desenvolvimento econômico no Brasil acontecem no início dos anos 2000 sob o governo Lula, que foi o milagrinho econômico brasileiro, expressão elaborada pelo economista Edmar Bacha citado por Laura Carvalho em seu livro *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*, de 2018. O termo é uma referência direta ao chamado Milagre Econômico³ da década de 1970, ocorrido durante o regime militar brasileiro. O milagrinho ocorreu no início do século XXI, entre o final do governo de Fernando Henrique Cardoso e o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 1999 a 2005. Assim como o milagre econômico da década de 1970, esse foi um período de rápido crescimento da economia brasileira. No entanto, diferentemente do anterior, no milagrinho houve melhorias nas questões sociais.

Nas palavras de Carvalho: “As políticas redistributivas e os investimentos públicos em infraestrutura física e social também foram fundamentais nesse processo” (CARVALHO, 2018, p. 10). O crescimento econômico desse período veio acompanhado de um maior cuidado com as políticas públicas de redistribuição para as parcelas mais empobrecidas da população, o que não ocorreu no milagre econômico da década de 1970.

Um ponto destacado pela autora é a influência do cenário internacional no crescimento da economia nacional. Carvalho pontua que “o cenário externo favorável fez toda a diferença nesse desempenho, assim como o cenário externo desfavorável faria toda a diferença no que aconteceu depois. Mas a sorte não basta para explicar o tipo e a qualidade do crescimento que tivemos” (CARVALHO, 2018, p. 10).

³ O Milagre econômico brasileiro foi um período da história brasileira de rápido crescimento econômico do produto interno bruto (PIB), chegando a patamar superior a 10% do PIB entre os anos de 1968 e 1973. Contudo segundo o historiador José Murilo de Carvalho, o rápido crescimento da economia não beneficiou a população de maneira geral, causando ao final do período um aumento na desigualdade social no país.

Para além da sorte, o crescimento brasileiro foi pautado em uma reorientação da política econômica, que passou a se preocupar com a população mais vulnerável e, gradualmente, também com as camadas médias da sociedade brasileira. Ou seja, foi um crescimento econômico lento e gradual. A autora destaca que a aliança entre crescimento econômico e gestão da questão social foi um grande avanço para a estabilidade econômica do período, possibilitando ao Brasil criar políticas de redistribuição de renda, reduzir a inflação e valorizar o salário-mínimo.

Ainda no texto sobre o *milagrinho* brasileiro, a autora mostra que:

“A história que os dados contam é bem diferente. O crescimento mais alto de 2004 foi puxado sobretudo pela expansão de 14,5% nas exportações do país, que dificilmente poderia ser atribuída à política econômica interna. No ano seguinte, o crescimento já foi bem mais modesto. A expansão da economia em 2005 foi de 3,2%, ainda liderada pelas exportações, que cresceram 9,6% no ano. Os investimentos, que haviam crescido 8,5% em 2004, cresceram apenas 2%.”. (CARVALHO, 2018, p. 12)

Os dados da economia brasileira mostram que o crescimento econômico do país esteve relacionado ao aumento das exportações. As nações estrangeiras passaram a consumir mais produtos brasileiros, especialmente os agrícolas.

No entanto, o que explica diretamente a melhoria na distribuição de renda no Brasil? A autora aponta dois pilares fundamentais: “maior acesso ao crédito e maiores investimentos públicos em infraestrutura física e social” (CARVALHO, 2018, p. 14), que foram fatores determinantes para a melhora dos índices econômicos do país. Carvalho ainda pontua que:

“O acesso maior ao crédito, combinado à redução de desigualdades e crescimento do emprego, reforçou o dinamismo do consumo das famílias e do mercado interno durante o período do Milagrinho. O endividamento só passou a ser motivo de preocupação a partir da desaceleração da própria economia. A renda menor, a perda de empregos e as altas taxas de juros acabaram levando ao aumento do comprometimento da renda das famílias com pagamento de juros e amortizações da dívida, agravando a crise econômica na década seguinte”. (CARVALHO, 2018, p. 14).

Um ponto de vista importante acerca da concessão de crédito à população brasileira, foi o aumento significativo do consumo das famílias, abrangendo desde produtos alimentícios até viagens e bens duráveis, como automóveis e imóveis. Esse crescimento do consumo contribuiu para a melhora do desempenho da economia.

Nesse contexto, a autora destaca os chamados pilares do crescimento econômico do milagrinho econômico: “distribuição de renda, expansão do crédito e investimentos públicos

aliados ao aumento dos preços das commodities brasileiras” (CARVALHO, 2018, p. 24).

Tabela 1 - Taxa de crescimento anual de variáveis selecionadas para a economia brasileira em quatro subperíodos

	1999- 2002	2003- 2005	2006- 2010	2011- 2014	2015- 2016
Salário mínimo (% ao ano, em termos reais)	1,8	6,8	5,9	3,0	1,2
Preço das commodities – FMI (% ano)	10,3	19,1	10,5	-7,0	-6,5
Investimentos federais (% ao ano em termos reais)	-2,0	-4,7	27,6	1,0	-28,4
PIB (% ao ano, em termos reais)	2,3	3,4	4,5	2,3	-3,5
Consumo das famílias (% ao ano, em termos reais)	1,6	2,6	5,8	3,5	-3,8
Investimentos totais (% ao ano em termos reais)	-1,2	2,0	9,1	2,2	-12,1
Exportações (% ao ano em termos reais)	8,5	11,7	2,5	1,6	4,3
Inflação – IPCA (% ao ano)	8,8	7,5	4,7	6,2	8,5

Fonte: Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico (CARVALHO, p. 9, 2018).

Ao analisarmos a Tabela 1, retirada da obra de Laura Carvalho, observamos oito variáveis diretamente relacionadas à economia: salário mínimo, preços das commodities, investimentos federais, PIB, consumo das famílias, investimento total, exportações e inflação. A partir do início do século XXI (período do milagrinho), nota-se um aumento significativo do salário mínimo, que obteve reajustes acima da inflação, a qual permaneceu sob controle durante o período analisado.

Os preços das commodities e as exportações apresentaram um crescimento expressivo entre 1999-2002 e 2003-2005, resultando na valorização da moeda brasileira (o real) frente aos mercados internacionais e à moeda norte-americana (o dólar). No entanto, essas variáveis sofreram um decréscimo a partir de 2006, como consequência da crise de 2008-2009. Segundo Carvalho, essa crise “chega ao Brasil com efeitos similares aos que atingiram outros países emergentes: contração do crédito, queda no preço das commodities e, com a forte saída de capitais estrangeiros, desvalorização do real em relação ao dólar” (CARVALHO, 2018, p.

27).

Outro ponto de destaque no gráfico é o crescimento dos investimentos totais (tanto públicos quanto privados) e federais, que receberam um forte aporte financeiro entre 2003-2005, atingindo seu auge no subperíodo seguinte (2006-2010), antes de começarem a declinar. Esse declínio ocorreu como consequência direta das variáveis mencionadas anteriormente.

Por fim, duas importantes variáveis destacadas no gráfico são o PIB (Produto Interno Bruto) e o consumo das famílias, que, assim como o aumento do salário mínimo, apresentaram um crescimento expressivo entre os períodos de 1999-2002 e 2006-2010, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Um ponto destacado por Laura Carvalho em sua obra é o enfrentamento da crise econômica mundial de 2008-2009 no Brasil. Durante uma entrevista ao jornal O Globo, em 2008, o então presidente Lula afirmou: “Lá (nos EUA), ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquiar”. Na época, o presidente acreditava que as políticas econômicas brasileiras, aliadas aos investimentos sociais, seriam suficientes para que o Brasil enfrentasse a crise mundial sem sofrer grandes impactos negativos.

No entanto, segundo Laura Carvalho (2018), o Brasil conseguiu superar essa crise devido a três fatores principais: “A força do mercado interno, o ciclo de investimentos privados e a menor vulnerabilidade externa tornaram a economia mais resistente a um choque que, em outros tempos, teria tido impacto muito mais profundo e duradouro” (CARVALHO, 2018, p. 28).

Duas medidas destacadas pela autora no período pós-crise foram fundamentais para atenuar seus efeitos negativos no país. A primeira foi a criação de duas novas faixas de tributação no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), com alíquotas menores para a chamada classe média baixa, reduzindo a carga tributária das famílias mais pobres e funcionando como uma minirreforma tributária.

A segunda medida foi o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, em março de 2009. Como destaca Carvalho (2018): “O programa, que foi ampliado nos anos seguintes, financia a construção de moradias populares, subsidia a entrada e as taxas de juros cobradas de famílias de baixa renda no crédito imobiliário” (CARVALHO, 2018, p. 28). Esse programa se consolidou como uma grande política pública habitacional para as camadas populares e médias. Essas medidas tiveram impactos positivos não apenas na economia, mas também no campo político, contribuindo para o fortalecimento do capital político do Partido dos Trabalhadores e para a eleição da sucessora de Lula nas eleições presidenciais de 2010.

2.4 – A Pandemia de COVID-19 e a Situação do Brasil na Atualidade

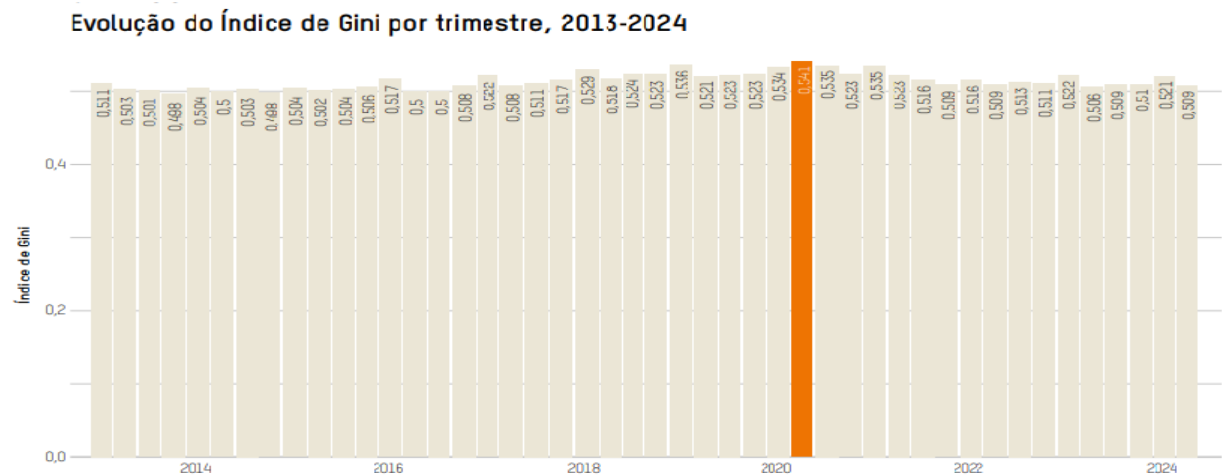
Uma questão importante nas aulas de Sociologia é a tentativa de entender e também de desenvolver com os estudantes a percepção de onde eles estão na distribuição de renda do país. Busco trabalhar nesse momento a percepção de riqueza entre os 0,1% mais ricos, 1% mais ricos, 10% mais ricos e 20% mais ricos no país. Como vimos anteriormente, os mais ricos (0,1%) são em torno de 200 mil pessoas. Agora, precisamos entender qual é a renda dessas pessoas e, mais à frente, vamos entender também quais as formas com que esse grupo de indivíduos obtém as suas rendas. Segundo Nery, “Uma renda de 5 mil mensais coloca um brasileiro entre os 20% mais ricos” (NERY, p-20. 2024). Na última faixa que estamos analisando, a média de renda deve ser em torno da 5 mil reais, a qual é a que muitas profissões com ensino superior pagam. Na faixa dos 10% mais ricos, temos quem ganha cerca de 8 mil reais: “com 8 mil reais, mais ou menos, o teto máximo das aposentadorias do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), um indivíduo estaria entre os 10% mais ricos”. (NERY, p-20. 2024). Já na faixa dos 1% dos mais ricos, que é um grupo bem pequeno, temos quem ganha próximo de 40 mil reais: “com cerca de 40 mil reais ao mês, um indivíduo estaria no 1% mais ricos”. E, finalmente, a faixa dos 0,1% dos mais ricos aparece: “o sarrafo para entrar no clube do 0,1 é mais alto: 150 mil reais mensais. Essa talvez por ser chamada de “linha da extrema riqueza” (NERY, p-20. 2024). Um ponto importante a ser destacado nesse último dos 0,1% dos mais ricos, é a extrema desigualdade que transpassa esses indivíduos, em que existem pessoas que ganham muito mais que 1 milhão ao mês.

Já no outro lado, na pobreza, “para sair do quinto mais pobre dos brasileiros, isto é, dos 20% mais pobres, basta ter uma renda mensal de novecentos reais. Pelo menos 40 milhões de brasileiros estariam vivendo com menos que isso” (NERY, p-21. 2024). Ou seja, uma parcela significativa dos brasileiros (20%), segundo o autor, está vivendo abaixo do valor do salário mínimo. Quem ganha um salário-mínimo no Brasil (cerca de 1500 reais) estaria em quem lugar na divisão? Segundo o autor, “alguém ganhando um salário-mínimo estaria melhor do que 46% da população, que ganha menos do que isso” (NERY, p-21. 2024). Esses dados muitas vezes complexos ajudam a entender um pouco como está a situação do Brasil em relação à desigualdade econômica e podem nos ajudar a discutir e a debater as principais medidas de combate à pobreza e de redução das desigualdades sociais no Brasil.

Um questionamento inicial que precisamos levar em consideração é: “*as desigualdades estão aumentando ou reduzindo no país?*”. Quando faço esse questionamento

nas aulas de Sociologia, muitos estudantes afirmam que as desigualdades estão cada vez maiores no Brasil. Então, nesse momento da aula, mostro para eles algumas informações importantes: que nos últimos anos, a partir do índice de Gini, a desigualdade está em processo de queda.

Gráfico 1 – Evolução do índice de Gini por trimestre, 2013-2024



Mas “*qual é a importância do índice de Gini na percepção dos estudantes acerca da redução das desigualdades?*”, pode-se perguntar. O índice de Gini é um indicador econômico que analisa a distribuição de renda em uma região. Com este indicador, é possível determinar a desigualdade social e a concentração de renda em diferentes níveis, além de estabelecer comparativos entre eles. Segundo o IPEA (2025), o índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. E como calcular esses valores? O cálculo do índice de Gini é realizado com base na área de concentração formada a partir do gráfico da curva de Lorenz, que expressa a relação entre a renda e a população analisada. A área é formada a partir da linha de igualdade perfeita, uma linha de 45°, e a linha que constitui a curva de Lorenz. Os eixos x e y do gráfico representam, respectivamente, a proporção acumulada de população e a proporção de renda acumulada.

Assim, quanto mais próximo de 1, maiores são as desigualdades naquela região ou país, e quanto mais próximo de 0, menos desigual. Segundo o relatório da OXFAM Brasil, “Um retrato das desigualdades brasileiras: 10 anos de desafios e perspectivas”, o país ocupa uma posição crítica em relação às desigualdades. “Em 2023, O Brasil foi classificado como o oitavo

país com maior desigualdade no mundo, com um índice Gini de 0,52. Na América do Sul, a desigualdade brasileira foi superada apenas pela Colômbia” (OXFAM BRASIL. 2024. p-29). Mesmo com essa posição desfavorável em relação às outras nações, o Brasil avançou muito no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais. Ainda citando o relatório da OXFAM Brasil, podemos observar que “antes do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a média do índice era de 0,504. No período subsequente ao impeachment, essa média subiu para 0,52, indicando um aumento de 3% na desigualdade” (OXFAM BRASIL. 2024. p-29). Ou seja, analisando o processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff do ponto de vista do índice de Gini, percebemos que ele foi prejudicial para a redução das desigualdades. Mas, os governos posteriores ao processo de afastamento da presidenta eleita foram eficazes na redução das desigualdades? No relatório veremos que “durante o governo Temer, índice médio foi de 0,515 e, sob o governo Bolsonaro, o Gini alcançou 0,523. No governo Lula 3, iniciado em janeiro de 2022, o índice foi de 0,513” (OXFAM BRASIL. 2024. p-29). Um ponto importante neste relatório é a tendência de queda do Gini durante os governos Lula e Dilma, mas, a partir do impeachment, ocorre um aumento das desigualdades, que entra em declínio com a adoção de políticas públicas favoráveis à população mais pobre, como o Auxílio Emergencial durante a pandemia de COVID-19 em meados de 2020 e o Auxílio Brasil em 2021.

Por fim, nessa seção da cartilha, mostro que o Censo Demográfico 2022 registrou 12.348 Favelas e Comunidades Urbanas no Brasil, onde residiam 16.390.815 pessoas, o que representa cerca de 8,1% da população do país. Comparando com os dados do Censo anterior (2010), em que foram identificadas 6.329 Favelas e Comunidades Urbanas e onde residiam 11.425.644 pessoas, ou 6,0% da população do país naquele ano, observamos um aumento significativo de pessoas vivendo em favelas e um aumento de 2,1 % da população do país morando em condições precárias.

A maioria dessas residências não têm o básico para a subsistência dos indivíduos, vivendo muitas vezes longe dos grandes centros urbanos e à margem das cidades. Muitas residências não possuem água encanada, o esgoto é a céu aberto e não há saneamento básico. Também apresentam os postos de saúde sem condições de atender as necessidades básicas de assistência médica da população, que fica horas e horas em filas de espera. Outra grande problemática das favelas é a falta de segurança pública; muitas delas são dominadas pelo tráfico de drogas ou pelas milícias. E ainda não podemos esquecer que muitas dessas comunidades possuem uma quantidade insuficiente de escolas para atender as necessidades educacionais das populações mais vulneráveis. Isso aparece conforme dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, em que há um mapa do Brasil com os municípios e o número de favelas

e comunidades urbanas que eles possuem; elas aparecem principalmente nas grandes cidades, nas regiões litorâneas.

Observamos, a partir dos dados acima, a existência de um número considerável de indivíduos vivendo nas favelas no país. Ainda segundo Censo Demográfico 2022 as três maiores favelas em números de moradores do Brasil são Rocinha na cidade do Rio de Janeiro com 72.021 habitantes. Sol Nascente em Brasília com 70.908 e Paraisópolis na cidade de São Paulo com 58527 habitantes.

CAPÍTULO 3: AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEIOS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

Podemos entender o conceito de políticas públicas como um conjunto de ações planejadas e implementadas pelo Estado com o objetivo de atender às necessidades da sociedade, garantir direitos e promover o bem-estar coletivo. Essas ações podem envolver diferentes áreas, como saúde, educação, segurança, habitação e meio ambiente. Neste trabalho, iremos compreender o aspecto econômico das políticas públicas. Do ponto de vista econômico, as políticas públicas representam escolhas do governo sobre como administrar e investir o dinheiro público. Isso envolve a definição de prioridades. Assim, cada política pública reflete uma decisão política que tem impactos diretos na economia e, conseqüentemente, na vida da população.

No decorrer deste capítulo, veremos exemplos de programas sociais que buscam a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades, tais como Fome Zero, Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil e Pé-de-Meia. Esses programas são alguns dos exemplos apresentados nesta cartilha de políticas públicas com forte impacto na questão econômica.

Entender as políticas públicas, com destaque para a questão econômica, significa compreender que elas não são apenas decisões administrativas, mas escolhas estratégicas que envolvem a distribuição de recursos, a definição de prioridades e impactos diretos na economia. Quando bem planejadas e executadas, as políticas públicas contribuem para o crescimento econômico, a redução das desigualdades sociais e a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, como veremos nas próximas páginas desta cartilha.

Neste capítulo, iremos também discutir a necessidade de criação de uma renda mínima para as populações mais vulneráveis, mas também a urgência de uma renda básica universal que atenda a todos os brasileiros, independentemente das suas condições de vida. Veremos que a adoção de políticas públicas de combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais, em especial o Programa Bolsa Família, foi responsável pela melhoria de vida de muitos brasileiros que passavam diariamente por condições precárias de sobrevivência. Iremos conhecer o processo de saída do Brasil do Mapa da Fome, através do Fome Zero e a valorização do Programa Bolsa Família; iremos também destacar as principais políticas públicas recentes do Brasil, como: o Programa Pé-de-Meia, o Auxílio Brasil e o Auxílio Emergencial.

Iniciando por essas discussões, vamos buscar conhecer na cartilha algumas dessas políticas públicas que estão presentes na sua terceira seção, com o título de *Políticas Públicas*

no combate à Pobreza e as Desigualdades Sociais. Os principais referenciais teóricos usados nessa terceira parte do trabalho são os autores Eduardo Suplicy(2013), Walquíria Leão Rego(2014), Alessandro Pinzani(2014) e Pedro Henrique Nery(2024), e suas principais contribuições para a temática; também nessa terceira parte da cartilha, estão dados e informações sobre as políticas públicas brasileiras tiradas da Organização das Nações Unidas (ONU), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério da Educação (MEC).

3.1 Renda Mínima e Renda Básica Universal

O Papa Francisco, falecido recentemente em 21 de abril de 2025, como o principal líder da Igreja Católica e um grande líder progressista, sempre defendeu em seus sermões e discursos os indivíduos mais vulneráveis; uma das principais propostas por ele defendida era o estabelecimento de uma renda básica universal para todos os indivíduos. De acordo com Nery, “Seus objetivos seriam permitir que as pessoas possam rejeitar condições de trabalhos aviltantes, eliminar estigmas e facilitar mudanças no trabalho em um momento de transformações tecnológicas” (Nery. 2024, p-252).

A proposta de criação dessa renda básica universal não é uma novidade para os grupos mais progressistas da sociedade, e no Brasil essa ideia vem desde o estabelecimento da Constituição Federal de 1988, tendo como um dos seus principais defensores aqui o então senador Eduardo Suplicy, que foi o responsável pela criação do projeto de lei 2561/1992, o qual instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). Segundo a lei, o programa iria beneficiar com o imposto de renda negativo todas as pessoas residentes no Brasil maiores de 25 anos com rendimentos brutos mensais de 45 mil cruzeiros (moeda corrente da época da criação da lei). Conforme relata Eduardo Suplicy em sua obra *Renda de cidadania: a saída é pela porta*, de 2013, observamos as dificuldades de criação da lei com a seguinte fala:

“Nem sempre foi fácil convencer, sobretudo os economistas do PT, bem como outros companheiros do partido, que a garantia de renda mínima era uma proposição que se compatibilizava inteiramente com os objetivos de maior igualdade e erradicação da pobreza defendidos pelo partido. As resistências também foram grandes, ainda que não diretamente explicitadas, tanto no âmbito do Executivo como do Legislativo, no meio intelectual e na imprensa. Ao mesmo tempo, felizmente, foram crescendo as opiniões abertamente favoráveis e economistas e pensadores dos mais diversos setores”. (SUP LIC Y, p. 175 e 176, 2013)

A proposta de criação da lei enfrentou resistências e contraposições dentro do próprio partido de Suplicy, que sempre defendeu os objetivos da legenda de redução das

desigualdades e combate à pobreza. Entretanto, seu projeto de lei recebeu, como vimos no seu texto acima, opiniões favoráveis à sua implantação. Em outro momento de seu texto, Suplicy destaca que a criação da PGRM traria uma maior vantagem para os trabalhadores, já que “a renda mínima daria aos trabalhadores maior poder de barganha, na medida em que poderia recusar alguma oferta de trabalho que porventura considerassem ultrajante ou próximo de condições de escravidão” (SUP LIC Y, p.176, 2013). Um dos principais objetivos da renda mínima para as populações mais pobres seria a possibilidade de os trabalhadores lutarem por condições dignas de trabalho.

Outro ponto destacado por Suplicy no seu texto, é a importância do PGRM para a criação e o desenvolvimento de diversos outros programas de transferência de renda que contribuíram para trazer melhores condições de vida para uma parcela significativa dos brasileiros:

“Há que salientar que o governo federal passou a aplicar diversos programas de transferência de renda que guardam relação com o PGRM. Desde prestações continuadas, como as aposentadorias aos trabalhadores rurais, às contribuições aos portadores de grave deficiência e aos idosos pertencentes às famílias com rendimentos abaixo de um quarto de salário-mínimo, ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — PETI, gerido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, com valores um pouco maiores do que o PGRM do MEC, ao Bolsa Alimentação, que beneficia as famílias com crianças de seis meses a seis anos e 11 meses com benefícios semelhantes ao PGRM do MEC, só que administrado pelo Ministério da Saúde, ao Bolsa Renda, administrado pelo Ministério da Integração Regional, com um desenho ligeiramente diferentes”. (SUP LIC Y, p. 187, 2013)

O aumento da renda e a criação e desenvolvimento de diversos novos programas de transferência de renda serviriam, naquele momento, para a redução das desigualdades e o combate à pobreza, além de ser um importante meio para as pessoas desenvolverem uma maior autonomia nas suas escolhas diárias. Um ponto muito defendido na elaboração da lei da PGRM por Suplicy é que “O pagamento em dinheiro propicia muito maior eficiência, grau de liberdade, menor possibilidade de desvios e economia de tempo para as pessoas. Daí não haver dúvida de que confere às pessoas muito maior grau de cidadania”. (SUP LIC Y, p.191, 2013). Ou seja, atrelando-se à possibilidade de ganho ou melhoria na renda dos indivíduos, podemos perceber também uma maior autonomia deles, como já discutido no primeiro capítulo deste trabalho.

Ainda buscando a criação de uma lei mais abrangente, no sentido de atender as necessidades mais básicas dos indivíduos, Suplicy lança um projeto de lei em 2001 para a criação de Renda Básica Universal, que será transformada na Lei 10835/2004. Ela instituiu a renda básica de cidadania, que seria mais abrangente que a da lei anterior (que criou a PGRM), e dá o direito de todos os brasileiros residentes no país (sem mais nenhuma exceção), além de estrangeiros residentes há mais de 5 anos, de receberem anualmente um benefício monetário.

Para Suplicy, essa lei é um grande avanço no sentido de que “abre o caminho para uma integração mais forte do sistema assistencial existente, e em direção a uma integração mais forte com o sistema de previdência social e com o sistema tributário” (SUPLICY, p.447, 2013). Contudo, após sancionada a lei, os valores do benefício, as etapas de implantação e as origens dos recursos não foram discutidos, e a lei acabou virando letra morta.

3.2 Fome Zero e o Mapa da Fome

Indo na direção da erradicação da fome e do combate à pobreza, uma das primeiras medidas tomadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando assumiu a presidência da República em 2003, foi o lançamento do programa Fome Zero, que tinha como principal objetivo retirar o Brasil do Mapa da Fome.

Mas, antes de falarmos do Fome Zero, precisamos entender o que é o Mapa da Fome e como são definidas as regiões ou países incluídos nele.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2025), o Mapa da Fome é um indicador global para alimentação e agricultura (FAO), que identifica regiões ou países onde mais de 2,5% da população sofre com subalimentação grave. Em outras palavras, as nações presentes nesse mapa têm uma parcela significativa da população sem acesso regular a alimentos saudáveis e seguros, o que compromete uma boa qualidade de vida.

A ONU também utiliza o indicador Prevalência de Subnutrição (*Prevalence of Undernourishment – PoU*, em inglês) para a construção do Mapa da Fome. Esse indicador busca identificar o percentual da população em risco de subnutrição. Mas se o índice ultrapassar 2,5% da população do país, ele passa a integrar o Mapa da Fome.

Outro questionamento importante é: como a ONU calcula se os países estão abaixo ou acima desse índice de 2,5% de insegurança alimentar?

O indicador de Prevalência de Subnutrição (PoU) é calculado, segundo a ONU (2025), a partir de três variáveis: A quantidade de alimentos disponíveis no país (produção interna, importação e exportação de alimentos). O consumo de alimentos pela população, considerando a capacidade de compra a partir da renda. A quantidade adequada de calorias por dia, definida para um “indivíduo médio” da população do país.

Segundo a ONU (2025), cerca de 2,3 bilhões de pessoas — o equivalente a 28,9% da população mundial — enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave, número que permanece inalterado desde 2020. Ainda segundo a ONU (2025), é feita uma estimativa da quantidade total de alimentos disponíveis em cada país; em seguida, calcula-se como esses

alimentos são distribuídos entre a população, considerando que a distribuição é desigual, já que as camadas mais pobres têm menos condições financeiras do que as classes mais abastadas. Por fim, estima-se a porcentagem de indivíduos que não têm acesso às calorias necessárias para uma vida saudável. Se esse percentual ultrapassar 2,5%, o país é incluído no Mapa da Fome.

No Brasil, no início do primeiro mandato do presidente Lula, segundo o IBGE, cerca de 32,6% das cidades brasileiras tinham mais de 50% da população vivendo na pobreza em 2003. No Nordeste, esse índice chegava a 77,1%, enquanto no Sul era de apenas 0,9% (Brasil, 2025b). Por isso, o lançamento do Fome Zero foi uma medida fundamental para a saída do Brasil do Mapa da Fome no início dos anos 2000, além de ser decisivo no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais. Além disso, o programa Fome Zero serviu de base para a implantação do Bolsa Família nos anos seguintes.

Infelizmente, o país voltou a figurar no Mapa da Fome no triênio 2019–2021, após ter saído pela primeira vez em 2014. Contudo, mais recentemente, com políticas públicas voltadas à proteção dos mais vulneráveis, o Brasil conseguiu novamente sair do Mapa da Fome. O fato foi comemorado pelo presidente Lula em uma publicação em sua rede social X (antigo Twitter), com a seguinte mensagem: “Minhas amigas e meus amigos. É com grande orgulho e imensa alegria que informo: O Brasil está fora do Mapa da Fome, mais uma vez” (SILVA, X, 2025). Essa mensagem mostra que, mesmo diante das constantes críticas que recebe nos meios de comunicação e nas redes sociais, a defesa dos mais vulneráveis continua sendo uma forte política do atual presidente, voltada à erradicação da fome, ao combate à pobreza e à redução das desigualdades sociais, como veremos mais adiante.

3.3 O Programa Bolsa Família

Os programas de transferência de renda têm sido desenvolvidos em diversos países do mundo, e são importantes mecanismos de combate à pobreza extrema e na redução das desigualdades sociais. Logo abaixo em destaque, trouxe uma tabela com os principais programas de transferência de renda na América Latina, seus respectivos nomes e os anos de criação desses programas.

Tabela 2: Programas de Transferência de Renda Condicionada em implantação na América Latina.

País	Nome do Programa	Ano de criação
------	------------------	----------------

Honduras	Programa de Asignación Familiar(PRAF), “Bono 10.000” Programa Presidencial Salud, Educación y Nutrición criado em 2010	1990
Equador	Bono de Desarrollo Humano	1998
Colômbia	Programa Famílias en Acción	2000
Jamaica	Programme of Advance through Health and Education (PATH)	2001
México	Oportunidades	2002
Chile	Chile Solidário	2003
Brasil	Bolsa Família	2003
Peru	Red Juntos (Programa Nacional de Apoyo Directo a los más pobres)	2005
Paraguai	Programa Abrazo, Programa Tekoporã e Programa Ñopytyvô	2005
República Dominicana	Programa Solidariedad	2005
Panamá	Red de Oportunidades	2006
Costa Rica	Avancemos	2006
Trinidad e Tobago	Target Condicional Cash Transfer (TCCTP)	2007
Uruguai	Programa Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares – AFAM-PE	2008
Bolívia	Programa Bono Madre – Niño Juana Azurduy	2009
El Salvador	Red Solidaridad, Programa Comunidades Solidarias Rurales, Programa Comunidades Solidarias Urbanas	2009
Argentina	Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUF)	2009
Guatemala	Mi Bono Seguro	2012

Fonte: Avaliando o Bolsa Família – Maria Ozanira da Silva e Silva (Silva, 2014, p. 27-28).

O quadro acima mostra a existência de programas de transferência de renda em

quase todos os países da América Latina até 2012. Atualmente, muitos desses programas passaram por mudanças e reformulações, buscando ampliar a cobertura do bem-estar social da população desses países.

Observamos que o final da década de 1990 marca o surgimento dos primeiros programas de transferência de renda, e as suas expansões acontecem no começo dos anos 2000. No cenário internacional, os programas citados são importantes maneiras de combate à pobreza e na redução das desigualdades.

Trazendo para a realidade brasileira, quando pensamos na transferência de renda para a população mais pobre, logo vem à mente o Programa Bolsa Família (PBF). No entanto, é importante definir e compreender melhor esse programa. Segundo o livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, do historiador José Murilo de Carvalho (2024), o Bolsa Família foi criado em 2004, por meio da unificação dos programas Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, e teve sua administração centralizada no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O PBF tem como enfoque principal a população pobre (com renda domiciliar entre 70 e 140 reais)⁴ e a população extremamente pobre (com renda inferior a 70 reais per capita). O valor das transferências passou a depender de vários fatores, como a renda familiar e o número de filhos. Outro ponto destacado por José Murilo de Carvalho, é que foram mantidas as condicionalidades anteriores, como a obrigatoriedade de manter os filhos na escola, a realização de vacinação e a participação em controles pré-natais.

O PBF busca garantir uma renda básica para as famílias em situação de pobreza através da transferência monetária direcionada para as mais pobres e extremamente pobres, buscando fazer um articulação entre as transferências monetárias com as políticas públicas e programas estruturantes de educação, saúde e trabalho, além da existência de condicionalidades, como contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar (as obrigatoriedades das vacinas na primeira infância e a frequência em uma unidade de ensino para crianças e adolescentes em idade escolar são alguns exemplos dessas contrapartidas sociais).

Em um dos primeiros levantamentos sobre o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, realizado em 2006, constatou-se que o programa atendia 11 milhões de famílias, contemplando mais de 45 milhões de pessoas (Carvalho, 2024, p. 244). Já no último

⁴ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e a medida provisória nº 1164 de 2 de março de 2023 o novo Bolsa Família garante o valor mínimo de R\$ 600 por família, o acréscimo de R\$ 150 por criança de até seis anos e o adicional de R\$ 50 por criança ou adolescente (de sete a 18 anos) e por gestante, além de uma renda mínima per capita (BRASIL. 2024) .

levantamento realizado pelo MDS, em setembro de 2024, o número de famílias beneficiadas pelo programa ultrapassava 20 milhões, alcançando mais de 54 milhões de pessoas (BRASIL, 2024b).

Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani lançaram, em 2014, o livro *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*. A obra resulta de uma extensa pesquisa sobre mulheres participantes do programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro, e evidencia a relação entre o dinheiro e o desenvolvimento da autonomia individual. Como afirmam os autores, “a presença de uma renda monetária regular permite o desencadeamento de processos de autonomização individual em múltiplos níveis” (REGO e PINZANI, 2014, p. 46); logo, isso pode levar os grupos mais vulneráveis a buscar uma alternativa para minimizar as condições de pobreza. Políticas públicas de transferência de renda podem ser a possibilidade desses indivíduos garantirem o mínimo de dignidade e autonomia.

Os autores afirmam que “O pobre é, em suma, considerado mero objeto de políticas públicas, não sujeito da política, sujeito político propriamente dito - e isso representa uma forma de perda de autonomia” (REGO e PINZANI, p.35, 2014). Tomando como base essa afirmação, podemos entender que a perda da autonomia leva os grupos sociais mais vulneráveis às condições cada vez mais precárias e degradantes, principalmente as crianças e os jovens, que sofrem bastante com essa vivência na pobreza. Há, com uma renda, “A percepção de si como um sujeito capaz de fazer escolhas livres, sem ter que se dobrar à bruta necessidade representada pela falta de recursos materiais básicos” (REGO e PINZANI, 2014, p. 47). Assim, a transferência de renda para as famílias mais pobres, especialmente por meio do Bolsa Família no Brasil, contribui para o aumento da autonomia desses indivíduos, que passam a se reconhecer como sujeitos de direitos e a buscarem uma maior participação nas decisões que afetam suas vidas.

Atualmente, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2025b) e a medida provisória nº 1164 de 2 de março de 2023, o novo Bolsa Família garante o valor mínimo de R\$ 600 por família, o acréscimo de R\$ 150 por criança de até seis anos e o adicional de R\$ 50 por criança ou adolescente (de 7 a 18 anos) e por gestante, além de uma renda mínima per capita. Para ter direito ao recebimento do BF, ainda segundo o MDS, é preciso que a renda de cada pessoa da família seja de, no máximo, R\$ 218 por mês. Por exemplo, se apenas um integrante da família tem renda e recebe um salário-mínimo (R\$ 1.412,00), e nessa família há sete pessoas, a renda de cada um é de R\$ 201,71. Como está abaixo do limite de R\$ 218,00 por pessoa, essa família terá o direito de receber o benefício.

Segundo o MDS (BRASIL, 2025b), o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil com reconhecimento internacional, e responsável por já ter tirado milhões de famílias da fome e garantir uma renda básica para as famílias em situação de pobreza.

Durante os mais de 20 anos de existência do BF, ele passou por diversas mudanças e transformações. Chegou até a deixar de existir no governo de Jair Bolsonaro, que criou um programa com as mesmas atribuições, o chamado Auxílio Brasil, atrelado, inclusive, ao auxílio emergencial do período da pandemia de COVID-19. Atualmente, com o retorno do presidente Lula, o programa ressurgiu com um novo fôlego, atendendo milhões de brasileiros. Contudo, é muito comum o BF sofrer ataques de pessoas que são contrárias aos benefícios sociais para as populações mais vulneráveis, que simplesmente não entendem que esses avanços sociais são importantes para o crescimento e desenvolvimento do país como uma nação soberana e autônoma dos interesses de outras nações.

3.4 O Programa Pé-de-meia

O Programa Pé-de-Meia é uma política pública recente na tentativa de erradicação da pobreza e na redução das desigualdades sociais também na educação. O programa do governo federal que tem como objetivo incentivar a permanência dos estudantes na escola pública na etapa do ensino médio.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o Pé-de-Meia é um programa de incentivo financeiro educacional voltado para os estudantes matriculados e assíduos no ensino médio de escolas públicas, e foi criado em 2024. Ele funciona como uma poupança destinada a promover a permanência e a conclusão escolar nessa etapa de ensino. O programa busca democratizar o acesso à educação, reduzir a desigualdade social entre os jovens, promover a inclusão educacional e estimular a mobilidade social. Ainda de acordo com o MEC, ao comprovar matrícula e frequência, o estudante recebe um pagamento de incentivo mensal de R\$ 200,00, que pode ser sacado a qualquer momento. No caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o estudante, ao comprovar matrícula, recebe o incentivo de R\$ 200,00, acrescido de R\$ 225,00 mensais por assiduidade, ambos disponíveis para saque. Além disso, o beneficiário do Pé-de-Meia recebe R\$ 1.000,00 ao final de cada ano concluído, valor que só pode ser retirado da poupança após a formatura no ensino médio. Considerando as parcelas mensais, os depósitos anuais e o adicional de R\$ 200,00 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores totais podem alcançar até R\$ 9.200,00 por aluno (BRASIL, 2024b).

3.5 Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil

Cabe aqui fazer uma observação importante sobre essas duas políticas públicas do governo Bolsonaro. O Auxílio Emergencial foi uma das mais importantes políticas públicas no Brasil nos últimos anos. Conforme o autor Pedro Henrique Nery, “Principalmente nos três meses de pagamento em que foram gastos quase 200 bilhões de reais” (NERY. 2024, p-231), esse montante foi o responsável, nos primeiros meses da pandemia de COVID-19, pela redução das desigualdades: “em vez de cair, a renda dos mais pobres subiu. O país registrou a menor taxa de extrema pobreza desde quando ela começou a ser medida, beneficiando principalmente a população negra”. (NERY. 2024, p-231). O Auxílio Emergencial veio como um alívio para a pobreza em um momento de extrema vulnerabilidade da população mais pobre. Segundo Nery, “Do total de domicílios brasileiros, mais da metade recebeu o auxílio emergencial – isto é, pelo menos um membro da família foi beneficiado” (Nery. 2024, p-232). Essa afirmação mostra um pouco do tamanho do auxílio no combate à pobreza e na redução das desigualdades. Devido a sua grande abrangência, a discussão sobre a necessidade de uma renda básica ganhou um grande destaque nesse momento no Brasil. Segundo Nery, “O pagamento dos seiscentos reais é considerado parte da explicação da queda acentuada dos índices de violência durante o início da crise e até a criação da nova cédula do real, a de duzentos reais estampada com o lobo-guará” (Nery. 2024, p-232). Esse valor foi responsável por melhoria nas condições de vida da população mais pobre e responsável pela queda das desigualdades no Brasil no momento da maior crise sanitária do mundo.

Já o Auxílio Brasil foi uma política pública do governo Bolsonaro que substituiu o Bolsa Família, antes alvo de constantes críticas pelo então presidente, que atacava os beneficiários chamando-os de “vagabundos e preguiçosos”. Como mostra a notícia do UOL, de Leonardo Sakamoto, “Bolsonaro atacava Bolsa Família por achar que o pobre não gosta de trabalhar”. Sakamoto confirma que “Bolsonaro quer enterrar algo que nunca entendeu e, portanto, sempre foi alvo de seu ódio. Ódio que ficou claro pelos constantes ataques” (SAKAMOTO, UOL, 2021); ao longo da notícia, observamos que o Bolsa Família e outras políticas públicas que beneficiavam os mais pobres sempre foram alvos de críticas do parlamentar que virou presidente em 2018. No entanto, o que aconteceu com Bolsonaro para essa mudança de opinião acerca de uma política pública que beneficiou milhões de brasileiros? O primeiro ponto é que a ideia de “Bolsa Família” estava vinculada a uma política social dos governos petistas anteriores, principalmente ao ex-presidente Lula, logo, ao substituir o nome

do programa social, Bolsonaro e os seus assessores acreditavam que estavam colocando uma nova roupagem no programa e que seria uma criação do governo Bolsonaro. Um segundo ponto que podemos destacar é o aumento de 200 reais do auxílio em 2022, em contexto pré-eleitoral. Bolsonaro utilizou esse aumento como uma divulgação de grande iniciativa do seu governo junto às populações mais pobres do Brasil.

CAPÍTULO 4: ELABORAÇÃO E ESTRUTURA DA CARTILHA E SEUS POSSÍVEIS USOS EM SALA DE AULA

Como vimos anteriormente, a elaboração da cartilha se deu por causa de três grandes motivos: primeiramente, a necessidade de criação de um material de apoio para os professores de Ciências Humanas e, principalmente, para os professores da disciplina de Sociologia. O segundo motivo vem da possibilidade de utilização de uma linguagem mais simples e coloquial; por fim, o terceiro motivo vem da cartilha ser uma forma de produção que possibilita ao autor ter uma maior liberdade e autonomia na confecção de tópicos e textos pedagógicos. Outra questão já discutida neste trabalho foram os principais autores e conteúdos trabalhados em cada seção da cartilha, além de já conhecermos os principais dados e informações que estão presentes nela. Para não ficar muito repetitivo, iremos observar neste capítulo toda a estrutura da cartilha, levando em consideração agora os aspectos de edição e de formatação, ressaltando mais uma vez que todo o material da cartilha foi elaborado no site Canvas, sendo de grande ajuda no processo de construção e criação do material didático. Abaixo, veremos a estrutura e a aplicação da cartilha em sala de aula, juntamente com os depoimentos de alguns estudantes sobre o material.

4.1 Estrutura do trabalho

O tipo de fonte utilizada em toda a cartilha foi a Arial, apenas com mudanças nos tamanhos, dependendo do tipo de informação que estou mostrando para o meu leitor. Nos títulos da cartilha (apresentação, seção 1, seção 2, seção 3, seção 4, considerações finais e referências), utilizei o tamanho da fonte de 36 e em negrito para colocar mais destaque nessas informações. Já nos subtítulos das seções, utilizei o tamanho da fonte 18 e em negrito, com mesmo objetivo de destacar as informações. Nos principais textos, utilizei o tamanho da fonte 14, já nos pequenos boxes com as informações adicionais utilizei o tamanho da fonte 12 e, nas fontes das imagens e textos, utilizei o tamanho da fonte 8 (a cartilha completa está fixada no Anexo A desta dissertação). Em algumas partes do texto corrido da cartilha, coloquei algumas palavras em negrito, porque acredito que essas palavras são importantes e mereciam destaque naquele momento do texto escrito.

A capa foi elaborada com o seguinte o título e subtítulo: **“UMA CARTILHA SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL: Trabalhando a Temática com os Estudantes do Ensino Médio”**, com as letras no centro da página. Logo abaixo do título,

coloquei a frase “uma cartilha para estudantes do ensino médio das escolas públicas”, já deixando bem explícito para quem estou endereçando o material proposto. No plano de fundo da página, foram utilizados quadrados com o mesmo tamanho, mas com cores diferentes (vermelho, amarelo, azul, preto e branco), e elas serão utilizadas como a paleta de cores em toda a cartilha.

A Folha de Rosto possui apenas as informações de que a cartilha faz parte do trabalho apresentado ao Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia e o nome do professor orientador Dr. Alexandre Jerônimo Correia Lima.

O Sumário foi elaborado com uma imagem gerada por IA, em estilo cartunesco, de várias pessoas com diferentes cores e etnias bem próximas umas das outras bem acima da página. Na lateral da página, temos a palavra “sumário” bem grande, na posição horizontal, sendo o grande destaque da página. Em seguida, abaixo da imagem, vemos os números das páginas e o nome de cada seção da cartilha, em letras maiúsculas. A primeira é a Apresentação, e, logo em seguida, temos as quatro seções que dividem a cartilha:

- Seção 1: Pobreza e Desigualdade Social.
- Seção 2: Panorama das Desigualdades no Brasil.
- Seção 3: Mudanças Sociais no Brasil.
- Seção 4: Indicações e Sugestões.

No sumário abaixo dessas seções, ainda temos as considerações finais e a referências usadas no texto, concluindo, desta forma, os conteúdos e as informações centrais que serão discutidas e debatidas no decorrer da cartilha.

Como foi dito anteriormente, a parte introdutória da cartilha será a “**Apresentação**”, em que utilizo duas páginas para trazer as informações iniciais que serão trabalhadas no material didático. Começo dizendo que o tema da pobreza e a da desigualdade social são bastante recorrentes nas pesquisas em Ciências Sociais, e que o enfoque central do trabalho será buscar entender e compreender os principais pontos da temática, além de trabalhar com alguns dos principais autores das Ciências Humanas de destaque nacional e internacional. Já nesta parte da cartilha, tento mostrar para o meu leitor ou minha leitora que o objetivo principal do material é debater e discutir os conceitos e as teorias sociológicas sobre a pobreza e a desigualdade social, intencionando desenvolver nos estudantes um olhar sociológico e humanizado para o processo de desnaturalização e de reconhecimento da pobreza e da desigualdade social no cotidiano dos estudantes. Aproveito o ensejo nesse momento para mostrar que a Escola de Ensino Médio de

Tempo Integral Estado de Alagoas, onde sou professor desde 2013, contribuiu bastante para a elaboração desse material já que, a partir dessa escola, pude entender as relações de pobreza e de desigualdades que permeiam o universo dos estudantes e do ambiente escolar como um todo.

Os próximos parágrafos da “Apresentação” são pequenos resumos sobre o que estará presente em cada parte do trabalho. Na seção 1, trouxe alguns dos principais autores sobre a temática da pobreza e das desigualdades e suas principais contribuições para o conhecimento sociológico; devido ao formato mais compacto dessa publicação, tentei explicar os conceitos e definições sobre as temáticas, sempre que possível, com exemplos nas mídias e nos meios de comunicação. Já na seção 2, busquei também fazer uma breve recapitulação da História brasileira, tentando identificar os momentos de grandes injustiças e desigualdades na formação da nossa nação, com destaque para os grupos mais vulneráveis - a população negra - e as suas dificuldades após abolição da escravatura. A promulgação da Constituição Federal de 1988 é inserida para mostrar como ela trouxe muitas mudanças políticas, econômicas e sociais para essas populações menos abastadas, carregando a possibilidade de se ver um novo Brasil. Na seção 3, refletiu-se sobre as mudanças significativas a partir de políticas públicas, com destaque ao “Fome Zero” e o “Bolsa Família”. Na seção 4, para finalizar, coloquei de forma bastante didática sugestões de filmes e livros que possuem a temática desenvolvida nesta cartilha, para auxiliar os professores e estudantes que usarem esse material em suas aulas, nas oficinas e nas suas atividades pedagógicas. Finalizo o texto trazendo uma importante mensagem do sociólogo Miguel Arroyo, sobre a necessidade de se reconhecer a pobreza e a desigualdade social para além da obviedade e que as escolas, principalmente as públicas, que possuem uma infinidade de coletivos empobrecidos, precisam trazer reflexões para esses indivíduos nas suas práticas pedagógicas. Além disso, deve-se pensar que a escola e a sociedade brasileira como um todo precisam trabalhar a necessidade de implantação de uma educação crítico-emancipatória da realidade de nossas crianças e adolescentes, tentando desenvolver políticas públicas voltadas para a articulação do aluno no meio social em que ele vive. Sempre é bom lembrar que uma educação libertadora não precisa estar vinculada a índices e amostragens, mas sim ao compromisso de não se omitir ao grande problema da escola na atualidade, que é a (re)produção das desigualdades sociais dos mais pobres e mais vulneráveis no contexto escolar. Ao final da página, coloquei o meu nome, a profissão e o curso que estou concluindo na universidade.

Seguindo sobre a estrutura da cartilha, temos a primeira seção com o título de “Pobreza e Desigualdades Sociais”, que já está em destaque dentro de um círculo vermelho; a partir dessa página até a próxima seção, utilizei nos elementos visuais como boxes e pequenos

círculos essa paleta de cores. Ainda na página inicial dessa seção, coloquei a informação dos principais tópicos que serão discutidos nessa parte do trabalho: *o Conceito e Definição de Pobreza, a Aporofobia: “medo” dos mais pobres, a Relação entre Renda e Capacidade, a Teoria dos Capitais Humanos, a Sociedade Meritocrática*. São esses os tópicos destacados nessas páginas e que são vistos no decorrer dessa seção do trabalho.

Já na segunda seção da cartilha, temos o título de “Panorama das Desigualdades no Brasil”, que vai estar em destaque dentro de um círculo amarelo (assim como na seção anterior, a mudança é apenas na cor do círculo) e, a partir dessa página até a próxima seção, utilizei os elementos visuais como boxes e pequenos círculos nessa paleta de cores. Ainda na página inicial dessa seção, coloquei a informação dos principais tópicos que serão discutidos nessa parte do trabalho: *As Raízes Históricas da Pobreza e das Desigualdades Social no Brasil, A Exclusão do Negro do Mercado de Trabalho, A Constituição Federal de 1988 e suas Principais Mudanças Sociais, Ascensão do Presidente Lula e o Milagrinho Econômico*. São esses os tópicos destacados nessas páginas e que são vistos no decorrer dessa seção do trabalho.

Já na terceira seção da cartilha, temos o título de “Mudanças Sociais no Brasil”, que vai estar em destaque dentro de um círculo azul (assim como na seção anterior, a mudança é apenas na cor do círculo) e, a partir dessa página até a próxima seção, utilizei os elementos visuais como boxes e pequenos círculos nessa paleta de cores. Ainda na página inicial dessa seção, coloquei a informação dos principais tópicos que serão discutidos nessa parte do trabalho: *O que é Renda Mínima e a Renda Básica Universal?, Fome Zero e o Mapa da Fome, Bolsa Família - Críticas e Contribuições, Políticas Públicas Recentes do Brasil*. São esses os tópicos destacados nessas páginas e que são vistos no decorrer dessa seção do trabalho.

Já na quarta e última seção da cartilha, temos o título de “Indicações e Sugestões”, que vai estar em destaque dentro de um círculo cinza (assim como na seção anterior, a mudança é apenas na cor do círculo) e, a partir dessa página até a próxima seção, utilizei os elementos visuais como boxes e pequenos círculos nessa paleta de cores. Ainda na página inicial dessa seção, coloquei a informação dos principais tópicos que serão discutidos nessa parte do trabalho: *Indicações de Filmes Nacionais e Estrangeiros, Indicações de Livros Nacionais e Estrangeiros, Sugestão de Atividade*. São esses os tópicos destacados nessas páginas e que são vistos no decorrer dessa seção do trabalho.

Na parte final da cartilha, temos as “Considerações Finais”, que são um momento de reflexão juntamente com os leitores e leitoras sobre o processo de elaboração e criação da cartilha, mostrando que, mesmo com uma proposta simples, mas feita com muito carinho, esforço e trabalho duro, busquei elaborar um material didático no formato de cartilha que

pudesse ser usado pelos professores de ciências humanas e que mostrasse para os estudantes do ensino médio a importância de entender, discutir, debater e analisar a temática da pobreza e a da desigualdade social que perpassa a vida de muitos alunos das escolas públicas do Estado do Ceará, tendo em mente a Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Estado de Alagoas, que está localizada em uma área periférica da cidade, no bairro Barra do Ceará, e onde leciono há 12 anos. Ainda nas Considerações Finais, destaco que, ao realizar este trabalho durante o mestrado profissional em Sociologia (ProfSocio), na Universidade Federal do Ceará, com financiamento da Capes, contei com apoio e o incentivo dos meus colegas professores da escola, alunos da escola e companheiros do mestrado profissional; busquei elaborar um trabalho que fosse capaz de contribuir com a escola e a educação da minha região. Nesta parte final, ainda encontramos as “Referências”, em que estão os principais referenciais para a elaboração deste trabalho, organizadas em ordem alfabética e com destaque em negrito para o título das referências.

Para finalizar a estrutura do trabalho, na Contracapa do livro utilizei o mesmo plano de fundo que a Capa, mas com as informações sobre o autor da cartilha, o professor orientador, a revisora ortográfica e as informações sobre as ilustrações que foram imagens retiradas da internet. Na parte de baixo dessas páginas podem ser encontrados o local e a data de elaboração dessa cartilha.

4.2 Possíveis usos da cartilha

A produção da cartilha foi pensada para ser um material didático que servisse de auxílio e apoio aos professores de ciências humanas e, principalmente, para os professores de Sociologia em suas aulas sobre a temática da Pobreza e a da Desigualdade Social nas escolas públicas do Estado do Ceará. Outro uso desse material pode ser nas aulas das disciplinas eletivas do componente de Ciências Humanas, e também nas aulas de Formação para Cidadania e Desenvolvimento das Competências Socioemocionais que compõe o currículo do Projeto Diretor de Turma, assim como também pode ser usado como um projeto relacionado à temática. Por fim, uma ideia que foi pensada em conjunto na escola em que leciono é a sugestão da utilização desse material em uma aula da área de Ciências Humanas.

No dia 09 de agosto de 2025, na Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Estado de Alagoas, foi realizada a segunda parte do grande aulão da área de Ciências Humanas com as disciplinas de História e Sociologia (a primeira parte ocorreu em outro momento no primeiro semestre letivo, integrada pelas outras duas disciplinas, Geografia e Filosofia), e foi um

momento muito interessante, já que tivemos a oportunidade e a liberdade de utilizar a cartilha “Uma Cartilha Sobre a Pobreza e a Desigualdade Social: Trabalhando com os Estudantes do Ensino Médio”.

Os aulões na escola acontecem aos sábados pela manhã e iniciam geralmente às oito horas, às vezes com pequenos atrasos de dez a vinte minutos. O aulão foi dividido em duas partes, com uma aula iniciando às oito horas e indo até às nove e meia da manhã e a outra aula iniciando logo em seguida, às nove horas e trinta minutos e terminando às onze horas da manhã.

Na primeira aula, o professor de Sociologia utilizou os conceitos e definições presentes na cartilha para desenvolver sua aula sobre a temática das desigualdades e da mobilidade social; ele utilizou os conteúdos e autores presentes na primeira seção do material, assim como outros materiais, com a exibição de slides e a utilização de anotações no quadro branco.

Já na segunda aula, eu, o professor de História, utilizei a cartilha para trabalhar as seções seguintes, fazendo uma discussão sobre os conteúdos presentes no material, principalmente aqueles relacionados à situação do Brasil após a independência – com uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, Estado absolutista, uma economia monocultora e latifundiária, como mostrado por José Murilo de Carvalho – e as dificuldades dos escravos de obterem meios de subsistência após a escravidão, temas que os estudantes entenderam que representam os retrocessos sociais na História do Brasil. No decorrer da aula, eles viram as políticas trabalhistas do governo Vargas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como também a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, e as suas principais conquistas; estes foram itens os quais os estudantes entenderam como os avanços sociais na História do Brasil. Um momento de grande discussão foi a posse do presidente Lula em 2003, que alguns comentaram que foi mais um dos retrocessos estudados, contudo, outros estudantes entenderam que esse momento foi um avanço social, porque o presidente Lula foi o responsável pela criação e desenvolvimento de políticas públicas de combate à fome, à pobreza e às desigualdades econômicas, o que me levou ao segundo momento da aula: mostrar aos estudantes a importância das políticas públicas na erradicação das mazelas sociais no Brasil.

Ao terminar o aulão, os estudantes foram presenteados com uma sacola contendo um pequeno “mimo” (um biscoito recheado, um suco em caixa, um pequeno chocolate e um conjunto de lápis), e também foram levados para almoçarem no refeitório da escola. Mas, antes disso, convidei alguns deles para fazerem um pequeno depoimento sobre a aula e sobre o material utilizado.

4.3 Depoimentos dos estudantes

Neste tópico vamos ler os depoimentos dos estudantes e conhecer a opinião de alguns deles sobre a aula e a cartilha, com destaque para os pontos positivos e os negativos apontados pelos estudantes sobre material didático. As opiniões foram gravadas com um celular no pátio interno da escola Estado de Alagoas, logo após o término do aulão de sábado. Cada depoimento teve em torno de um a três minutos de duração, dependendo da disponibilidade e da vontade dos estudantes. Por uma questão de privacidade, não identificarei os seus nomes, chamando apenas o primeiro de Aluno A e, assim, até o último aluno, seguindo a ordem alfabético, o Aluno H.

Aluno A: por ser o primeiro aluno a falar e ainda sem entender a dinâmica do depoimento, tive que interromper a gravação para explicar do que se tratava a atividade proposta. Seu depoimento começa com ele ainda um pouco envergonhado, mas, mesmo assim, dizendo que a aula foi muito legal, pois o professor conseguiu abordar pontos muito interessantes da temática na aula e no material.

Ponto(s) positivo(s) do material: ele ressaltou a presença dos dados e das estatísticas trabalhadas no material.

Ponto(s) negativo(s) do material: ele destacou a ausência de imagens e fotos mais recentes da desigualdade, como, por exemplo, o caso da escola com a mensalidade mais cara do Brasil que, segundo as imagens que ele viu em redes sociais, mostram que ela fica ao lado de uma grande favela.

Aluna B: esta foi outra estudante que também não entendeu bem a dinâmica dos depoimentos, e mais vez eu tive que parar a gravação e explicar o funcionamento da atividade. Ela achou o material utilizado muito interessante, até para ser abordado nas produções de redação sobre a temática, já que havia muitos referenciais teóricos, e a cartilha ainda destacava as suas principais ideias, podendo servir como repertório cultural e social a ser desenvolvido nas suas próximas redações. A aluna disse que aprendeu muitas informações novas e ainda reforçou as informações que ela tinha conhecimento.

Ponto positivo: ela salientou o método de ensino trabalhado no aulão e como material era voltado para a geração mais jovem, pois os livros didáticos usados pela escola pecam por trazer os conteúdos que parecem estar distantes das realidades dos estudantes, o que não aconteceu com o material usado, pois este conseguiu fazer com que os estudantes

estivessem mais por “dentro” do contexto do conteúdo.

Ponto negativo: a aluna enfatizou a falta de interesse dos estudantes no aulão e nas outras aulas durante o ano letivo, o que a desmotiva, assim como a alguns colegas e ao próprio professor.

Aluno C: quando chegou a vez deste estudante, ele e os outros já estava mais à vontade para desenvolverem os seus depoimentos. O aluno comentou que o material conseguiu pegar um bom panorama do conteúdo sobre o tema, além de que o conhecimento do professor sobre o assunto facilitou o desenvolvimento da aula, e ainda disse que a convivência do professor com a comunidade escolar foi um ponto importante na sua opinião para conseguir trazer para a escola um material bem estruturado e embasado.

Ponto(s) positivo(s) do material: ele destacou os marcos históricos que foram colocados no material e a questão dos retrocessos sociais, principalmente a exclusão das populações negras em alguns momentos do país, mas também a existência de pequenos avanços sociais em outros, como o desenvolvimento das leis trabalhistas durante a era Vargas.

Ponto(s) negativo(s) do material: o aluno não quis comentar nenhum ponto negativo, mas quando desliguei o gravador ele sugeriu que eu poderia trazer mais elementos históricos tanto em avanços e como retrocessos como, por exemplo, a questão do mercado de trabalho no passado e comparar com a atualidade.

Aluno D: o aluno achou que a forma com a qual o material foi estruturado facilitou o aprendizado, mas também que faltaram alguns conteúdos e tópicos sobre o tema. Mesmo assim, ele próprio indicou que, por ser um material de apoio, provavelmente era para ser nesse formato mais resumido e sem muitos detalhes.

Ponto(s) positivo(s) do material: ele indicou como o conteúdo consegue fazer um bom diálogo com os conceitos e definições do tema, e que é interessante que haja exemplos com as reportagens e os links para acessá-las, a fim de que, caso os alunos queiram se aprofundar mais no conteúdo trabalhado, possam pesquisar com facilidade.

Ponto(s) negativo(s) do material: o aluno expressou mais uma vez a falta de aprofundamento em alguns conteúdos, ficando a aula restrita apenas a comentários sobre determinados assuntos, denotando que, para ele, esse formato de cartilha não possui um grande aprofundamento dos temas trabalhados.

Aluna E: a aluna demonstrou a importância do material para trazer uma outra visão sobre a temática, saindo do que geralmente é trabalhado no livro didático, e que o material possibilitou o aprofundamento de conteúdos que geralmente não encontramos nos livros da escola. Demarcou também como o material estava estruturado de forma bem lúdica, o que

facilitou o entendimento dos estudantes, fazendo com que o conteúdo não ficasse “morgado”, segundo suas palavras.

Ponto(s) positivo(s) do material: ela salientou o uso de informações extras que vão além do que é estudado no livro didático, além da utilização de vários autores e fontes de informação diferentes, e a forma como o professor conseguiu ensinar sobre os variados pontos de vista desses autores.

Ponto(s) negativo(s) do material: ela indicou que em alguns pontos do material a linguagem ficava complicada de ser entendida, mas não chegou a atrapalhar o entendimento do tema.

Aluno F: a aluna ressaltou que a explicação sobre o tema foi muito boa, e que o material ajudou na fluidez da aula, afirmando que ele foi um “arraso”. Continuou dizendo ter gostado muito de conhecer as grandes diferenças de faixas salariais no Brasil, principalmente dos indivíduos que são considerados no 0,1% mais ricos do país, o que se caracteriza em uma forte desigualdade social.

Ponto(s) positivo(s) do material: ela refletiu como boa a existência de uma seção apenas para a indicação e sugestão de filmes e livros que aprofundem os seus conhecimentos sobre o tema.

Ponto(s) negativo(s) do material: a aluna, assim que como o aluno C, não falou de um ponto negativo do material, mas, quando desliguei o gravador, revelou que, em algumas partes do material, as cores atrapalhavam a visualização de certas informações.

Aluna G: a aluna ressaltou o bom aproveitamento da aula, pois ela foi trabalhada com muitas informações que conseguiram “puxar” a sua atenção, além de gostar bastante da didática usada pelo professor, que sempre está incluindo os alunos nas suas explicações. Já o material foi bem interessante, pois saiu um pouco da mesmice dos livros didáticos da escola.

Ponto(s) positivo(s) do material: ela demarcou que o material foi bem explicativo, com imagens e informações bem claras e diretas para a compreensão dos estudantes.

Ponto(s) negativo(s) do material: ela confessou que não gosta muito do conteúdo estudado, pois mesmo sendo uma aula legal, prefere as aulas de biologia e química, já que se considera uma aluna “da natureza” (expressão usada pelos alunos para dizer que gostam mais das disciplinas de Ciências da Natureza).

Aluno H: o nosso último aluno demonstrou ter gostado da explicação e das maneiras com as quais os gráficos e as tabelas foram utilizados, de acordo com ele, muito inteligentes, o que facilitou o processo de aprendizagem, sendo mais dinâmico.

Ponto(s) positivo(s) do material: destacou que o material trouxe muitas informações

precisas e diretas e falou as dificuldades dos livros didáticos de encontrar alguns dados e informações, também destacou como algo positivo a linguagem mais simples e mais coloquial do material.

Ponto(s) negativo(s) do material: ele destacou que em algumas partes do material o layout da cor vermelha atrapalhava a visualização das informações, além de achar que a cartilha poderia ter mais imagens sobre o tema.

Podemos destacar que os estudantes, de maneira geral, gostaram e aprovavam o formato do material didático e muitos consideraram como uma alternativa a mais de estudos, além dos livros didáticos. Outro ponto importante que os estudantes trouxeram foi a necessidade de o material entender a linguagem deles, e que conseguisse trazer uma forma de se expressar que seja compatível com os seus anseios. Abaixo coloquei algumas imagens do aulão realizado no dia 09 de agosto de 2025, no qual foi utilizada a cartilha pelos professores de Sociologia e de História.

4.4 Imagens da Aplicação da Cartilha na Escola

Figura 1 – Professores utilizando o material didático em sala de aula



Fonte: Acervo pessoal, 2025

Figura 2: Professor e alunos no auditório da escola - Primeira parte



Fonte: Acervo pessoal, 2025

Figura 3: Professor e alunos no auditório da escola – Segunda parte



Fonte: Acervo pessoal, 2025

Figura 4: Professor usando material didático



Fonte: Acervo pessoal, 2025

Figura 5: Alunos acompanham a aula



Fonte: Acervo pessoal, 2025

CONCLUSÃO

O presente trabalho intentou, em conjunto com meus colegas professores da escola, alunos e companheiros do mestrado profissional, elaborar um material didático que pudesse contribuir com a escola e a educação da minha região, a partir do desenvolvimento de conteúdos que mostrassem um pouco a realidade social do Brasil e do mundo para os estudantes do ensino médio das escolas do estado do Ceará e, principalmente, para os estudantes da Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Estado de Alagoas.

Ao realizar este trabalho durante o mestrado profissional em Sociologia (ProfSocio), na Universidade Federal do Ceará, com financiamento da Capes, tentei, com uma proposta simples, mas feita com muito carinho, esforço e trabalho duro, elaborar um material didático no formato de cartilha. Tal recurso pedagógico tem como objetivo auxiliar os estudantes do ensino médio no desenvolvimento de um olhar sociológico sobre a temática da pobreza e da desigualdade social.

Durante o processo de criação da cartilha, trouxe para a discussão e debate em sala de aula alguns dos principais autores acerca da temática da pobreza e das desigualdades e suas principais contribuições para o conhecimento sociológico; sempre que possível, tentei explicar os conceitos e as definições sobre os temas abordados, com exemplos nas mídias e nos meios de comunicação.

Realizei uma breve recapitulação da História brasileira, tentando identificar os momentos de grandes injustiças e desigualdades na formação da nossa nação, com destaque para os grupos mais vulneráveis - a população negra - e as suas dificuldades após abolição da escravidão, mas também trouxe para o trabalho alguns dos principais avanços sociais ao longo dos últimos anos da nossa história, sendo um ponto crucial de discussão da cartilha o Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, a qual trouxe em seu bojo muitas mudanças políticas, econômicas e sociais para as populações menos abastadas, possibilitando o vislumbre de um novo Brasil. Vimos também que a eleição do primeiro presidente ex-operário, de origem pobre, acarretou mudanças significativas a partir de suas políticas públicas, com destaque ao “Fome Zero” e o “Bolsa Família”.

Expus de forma bem didática sugestões de filmes e livros que trazem a temática desenvolvida nessa cartilha para auxiliar os professores e estudantes que usarem este material em suas aulas, nas oficinas e nas suas atividades pedagógicas. A leitura dos conceitos e definições sociológicas compartilhadas nesse material didático poderá proporcionar uma nova

interpretação dos temas sociológicos, assim como poderá ser um instrumento para mudança de percepções e fomento a transformações significativas na realidade dos estudantes, ao trabalhar o processo de desnaturalização e de reconhecimento da pobreza e desigualdade social no cotidiano desses atores sociais.

Vimos na introdução que Miguel Arroyo destaca em suas obras *Imagens Quebradas: Trajetórias e Tempos de Alunos e Mestres* (2004) e *Ofício de Mestre: Imagens e Autoimagens* (2013), a existência de um mal-estar nas escolas, que representa um obstáculo significativo para o desenvolvimento das relações de ensino-aprendizagem e para as interações entre discentes e docentes. Contudo, o trabalho de construção da cartilha ao longo desses mais de dois anos de mestrado profissional, possibilitou o entendimento de que essas relações podem deixar de serem um obstáculo a partir do momento em que docentes e discentes entendam que a educação e a escola são espaços sociais de construção de saberes e conhecimentos em conjunto e que, com a ajuda dos atores sociais da escola, consegui ser capaz de criar um instrumento pedagógico que mostrasse um pouco da realidade brasileira das populações mais vulneráveis. Ainda citando Arroyo (2004), as desigualdades nas escolas existem e precisam ser modificadas pelos próprios atores educacionais, como gestores, professores, funcionários e alunos. Sua escrita traz um debate pedagógico, histórico, político e social sobre as realidades existentes nas escolas públicas das grandes cidades e, na sua visão, faz-se necessário um maior protagonismo dos discentes dessas escolas, para além das condições mercadológicas e economicistas. Ele defende que é fundamental conhecer, assumir e acompanhar de perto toda a trajetória da infância, adolescência e juventude em seus percursos reais, desmistificando a escola como um mero depositário de saberes e conhecimentos científicos ou como um local de reprodução da pobreza e das desigualdades sociais. Em vez disso, a escola deve ser vista como um espaço de socialização e bem-estar para os seus atores, principalmente os estudantes, que são os mais empobrecidos.

Além disso, Arroyo (2013) salienta a existência de um duplo aprendizado no ofício do aluno: o primeiro refere-se a aprender a agir dentro da instituição escolar, enquanto o segundo diz respeito a aprender a agir dentro das organizações complexas e burocráticas do mundo moderno. O autor entende que, na escola, o estudante aprende a viver dentro de uma organização e a desenvolver hábitos adaptados à vida nas sociedades contemporâneas. A escola, assim, educa tanto para o mundo do trabalho quanto para a vida pública, preparando os jovens para ocuparem seus lugares como profissionais e cidadãos.

O advento do Novo Ensino Médio precisa ser um momento de grande suporte na transição dos jovens para a vida adulta. A escola deve ser um espaço de sociabilidade e encontro,

de construção de identidades e de autoimagem, um ambiente onde os estudantes aprendam a lidar com normas, a contestá-las e a criar um espaço de autonomia e autoconstrução.

Por isso, para Arroyo, a construção do ofício de aluno é fundamental. Esse conceito é entendido como a subjetivação de conhecimentos e disposições culturais; os alunos constroem sentidos a partir de sua situação de classe, raça, gênero, orientação sexual, religião e contexto familiar. Para os indivíduos das camadas mais empobrecidas, a escola precisa se tornar um espaço de acolhimento e respeito, capaz de transformar suas trajetórias de vida.

Por isso, precisamos começar a discutir sobre a implantação de uma educação crítico-emancipatória da realidade de extrema desigualdade, em que vivem os nossos jovens, e desenvolver políticas públicas voltadas para a articulação do aluno no meio social em que ele vive. Acredito que a cartilha sozinha não seja capaz de mudar as condições de pobreza e as desigualdades sociais em que muitos dos nossos jovens estão inseridos, mas fiz o meu máximo na construção dela para que seja mais um instrumento que possibilite o despertar da consciência social dos estudantes, assim como uma ferramenta para a sua mudança social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- _____. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – versão final. Ensino médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acessado em: 03 jul. 2024.
- _____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Ações e Programas: Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acessado em: 09 nov. 2024.
- _____. Ministério da Educação. **Programa Pé de Meia**. Brasília: MEC, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acessado em 09 nov. 2024.
- _____. Senado Federal. **Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe 'arquitetura hostil', é promulgada**. Brasília: Sítio eletrônico, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada>. Acessado em 22 jun. 2025.
- BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- _____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.
- CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. São Paulo Contracorrente, 2023.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.
- GEMAQUE, A. **A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil**. Ecodebate, 2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/21/a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil/>. Acessado em 10 jun. 2025.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Trad: Ronaldo Cataldo Costa; 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
 IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapas com favelas e comunidades urbanas**. Censo demográfico de 2022. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-favelas-e-comunidades-urbanas.html>. Acessado em 08 jun 2025.

INSTITUTO DOMESTICA LEGAL. **11 anos da Lei das Domésticas: os avanços, desafios e perspectivas da PEC que mudou a história das domésticas no Brasil**. Blog Doméstica Legal, 2024. Disponível em: <https://domesticalegal.com.br/11-anos-da-lei-das-domesticas-os-avancos-desafios-e-perspectivas-da-pec-que-mudou-a-historia-das-domesticas-no-brasil/>. Acessado em 18 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O que é? Índice de Gini**. Brasília: Ipea, 2004. Ano 1. Edição 4. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acessado em 22 dez. 2024.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos Meios Populares: As razões do Improvável**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

LOPES, Francisco Willams R. (Des)continuidades na política de um currículo nacional: a Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n.1, mar./jun., 2021, p.245-282.

MEDEIROS, Marcelo. **Os ricos e os pobres: O Brasil e a Desigualdade**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. São Leopoldo: **Ciências Sociais Unisinos**. Vol. 51, N.3, p. 251-260, 2015.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, jun. 2017.

NERY, Pedro Fernando. **Extremos: Um mapa para entender as desigualdades no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2014.

SAKAMOTO, Leonardo. **Bolsonaro atacava Bolsa Família por achar que pobre não gosta de trabalhar**. São Paulo: UOL, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/10/30/bolsonaro-sente-odio-do-bolsa-familia-porque-culpa-os-pobres-pela-pobreza.htm>. Acessado em 10 jun 2024.

SANDEL, Michael. **A Tirania do Mérito: O que aconteceu com o bem comum?**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2024.

SCHWARCZ, Lília M. e STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo:

Companhia das Letras, 2015.

SCHNEIDER, G.; ABREU, D. ; BRUEL, A. L. ; LIMA, A. J. C. ; LUNELLI, P. ; LIMA FILHO, I. P. ; BONFIM, S. R. F. . Educação, Pobreza e Desigualdade Social: Discussões e proposições metodológicas para pesquisa. **Revista de Ciências Sociais** (UFC), v. 52, p. 349-390, 2021.

SEN, Amartian. **Desenvolvimento como liberdade**. 6. reimp. São Paulo: Schwarcz, 2018.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **O Brasil está fora do mapa da fome, mais uma vez**. Brasília, 28 de jul. 2025. Twitter: @LulaOficial. Disponível em: <https://x.com/LulaOficial/status/1949858053194453191>. Acessado em: 01 de ago. 2025.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, Jesse. **Brasil dos Humilhados**: uma denúncia da ideologia elitista. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania**: a saída é pela porta. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2013

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Fome diminui no mundo, mas sobe na África e na Ásia Ocidental BR**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/07/1850571>. Acessado em: 31 jul. 2025.

OXFAM BRASIL. **Um retrato das desigualdades brasileiras: 10 anos de desafios e perspectivas**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/>. Acessado em: 20 dez. 2024.

THEODORO, Mario. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

APÊNDICE A – UMA CARTILHA SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL: TRABALHANDO A TEMÁTICA COM OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO



**UMA CARTILHA SOBRE A
POBREZA E A
DESIGUALDADE SOCIAL:
Trabalhando a Temática
com os Estudantes do
Ensino Médio**

**FORTALEZA
2025**

Esta cartilha faz parte do trabalho **Uma Cartilha Sobre a Pobreza e a Desigualdade Social: Trabalhando a Temática com os Estudantes do Ensino Médio**” apresentado ao Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Jerônimo Correia Lima

SUMÁRIO



Imagem gerada por IA

4 APRESENTAÇÃO

6 SEÇÃO 1 - POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS

21 SEÇÃO 2 - PANORAMA DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

44 SEÇÃO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À POBREZA E AS DESIGUALDADES

61 SEÇÃO 4 - INDICAÇÕES E SUGESTÕES

71 CONSIDERAÇÕES FINAIS

72 REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

A pobreza e a desigualdade social são temas bastante recorrentes nas pesquisas em Ciências Sociais, e o enfoque desta cartilha será compreender importantes conceitos e definições relacionados a esses fenômenos. Nela, conheceremos grandes autores, nacionais e internacionais, que trouxeram para as Ciências Sociais valiosas contribuições científicas e intelectuais acerca da temática.

O objetivo desta cartilha é debater e discutir os conceitos sociológicos de pobreza e desigualdade social. Para isso, busco desenvolver, junto aos estudantes do ensino médio, um olhar sociológico para o processo de desnaturalização e de reconhecimento da pobreza e da desigualdade social no cotidiano desses atores sociais.

A Escola de Tempo Integral do Estado de Alagoas, na qual sou professor desde 2013, contribuiu bastante para a elaboração deste documento, pois, a partir dessa experiência, pude compreender melhor as relações de pobreza e desigualdade que permeiam o universo dos estudantes e o ambiente escolar como um todo.

Procurei apresentar alguns dos principais autores que abordam a temática da pobreza e das desigualdades, destacando suas contribuições para o conhecimento sociológico. Devido ao formato mais compacto desta publicação, procurei explicar os conceitos e definições sempre que possível com exemplos retirados das mídias e dos meios de comunicação.

Também realizei uma breve recapitulação da história brasileira, buscando identificar momentos de grandes injustiças e desigualdades na formação da nossa nação, com destaque para os grupos mais vulneráveis — especialmente a população negra — e as dificuldades enfrentadas após a abolição da escravatura.

Um ponto chave de discussão neste texto será o Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe muitas mudanças políticas, econômicas e sociais para as populações menos abastadas, além da possibilidade de vislumbrar um novo país. Destaca-se, nesse contexto, a eleição de Lula, o primeiro presidente de origem humilde, que implementou mudanças significativas por meio de políticas públicas como o Fome Zero e o Bolsa Família.

Para finalizar, incluí, de forma didática, sugestões de filmes e livros que abordam a temática desenvolvida nesta cartilha, com o objetivo de auxiliar professores e estudantes na utilização deste material em aulas, oficinas e demais atividades pedagógicas.

Portanto, reconhecer que a pobreza e a desigualdade existem pode parecer, num primeiro momento, a tentativa de explicar o óbvio. Porém, como pontua Miguel Arroyo em seus textos sobre a educação de crianças, adolescentes e jovens, a existência e a persistência dos pobres nas escolas brasileiras geram reflexões importantes para as práticas pedagógicas.

Precisamos iniciar um debate sobre a implantação de uma educação crítico-emancipatória, capaz de enfrentar a realidade de extrema desigualdade vivida por nossos jovens, além de desenvolver políticas públicas voltadas para a articulação do aluno com o meio social em que está inserido. A construção deste produto didático busca ser um material de estudo para os estudantes entenderem a importância de trabalhar uma temática vivenciada diariamente por eles.

Antonio Werley Cordeiro Soares
Professor da Rede Pública Estadual
Mestrando em Sociologia - Profsocio

Seção 1: Pobreza e Desigualdades Sociais

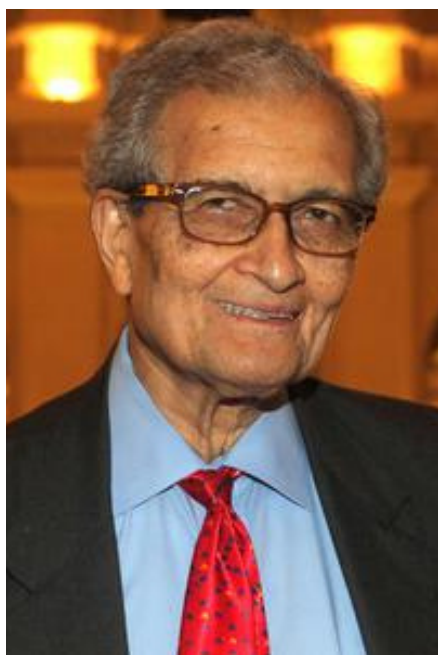
O que veremos neste Seção?

O Conceito e Definição de Pobreza
A Aporofobia: “medo” dos mais pobres
A Relação entre Renda e Capacidade
A Teoria dos Capitais Humanos
A Sociedade Meritocrática

O QUE É A POBREZA?

A **pobreza** é um **conceito multidimensional** que, no senso comum, acaba sendo definida apenas como a ausência de renda básica para os indivíduos ou suas famílias, ou seja, a falta de dinheiro.

A partir dessa concepção, parece que a simples transferência de renda para os mais pobres seria suficiente para reduzir ou erradicar a pobreza.



Fonte da imagem:
<https://www.thefamouspeople.com/profiles/amartya-sen-3602.php>

O economista e filósofo **Amartya Sen**, indiano vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1998, é autor de diversas obras sobre o desenvolvimento e as liberdades individuais diante da pobreza e das desigualdades sociais no mundo.

“O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2018, p. 15).

A pobreza é um dos maiores entraves para o desenvolvimento do indivíduo, sendo sinônimo de aprisionamento em uma realidade caracterizada pela ausência dos meios básicos para a sua subsistência.

Mas antes de seguimos em frente precisamos entender a noção de **pobreza absoluta**. Muitos autores destacam que ela está relacionada a privação de acesso aos meios para a sobrevivência do indivíduo, ou seja “as condições básicas que devem ser cumpridas para sustentar uma existência física saudável” (GIDDENS, 2012, p. 344). Uma pessoa em situação de pobreza absoluta é aquele indivíduo que não encontra meios reais para a sua sobrevivência e dos seus dependentes (filhos, sobrinhos e netos).

Importante ponto de destaque relacionado a noção de pobreza absoluta é a sua variação no tempo e no espaço. Segundo **Gabriela Schneider** em seu artigo “*Educação, Pobreza e Desigualdade Social: Discussões, proposições metodológicas para a pesquisa* (2021)” observamos que “a questão a se saber é se é possível definir com precisão quais seriam as condições básicas necessárias para a subsistência de humanos em qualquer contexto temporal e espacial” (SCHNEIDER et al, 2018, p. 355). Percebemos nas palavras da autora a dificuldade de determinar com precisão o conceito de pobreza absoluta.

Ainda segundo a autora “as instituições sociais operam recortes que são capazes de dizer onde começa e onde acaba a pobreza.” (Schneider et al, 2018, p. 355). A partir desses recortes que são elaboradas as políticas públicas de combate a pobreza sempre levando em conta que “uma definição de pobreza, qualquer que seja, está fundada em valores subjetivos, sejam eles morais, éticos, políticos, religiosos ou outros.” (Schneider et al, 2018, p. 355).

Podemos afirmar que a insuficiência de renda é apenas uma das múltiplas dimensões da pobreza e estabelecimento de uma **linha da pobreza ou da extrema pobreza** tem apenas um efeito de comprovação da ausência dos meios necessários para a subsistência das pessoas mais vulneráveis. Mesmo que muitas vezes os valores estejam distantes das necessidades dos indivíduos.



Fonte da imagem: <https://contrapoder.net/colunas/27-milhoes-vivendo-abaixo-da-linha-da-pobreza/>

Linha da Pobreza:

Segundo o Banco Mundial (2024) a linha da extrema pobreza **US\$3.00** por pessoa, por dia (WORLD BANK).

Valor atualizado em maio de 2024.

A pobreza real enfrentada pelos grupos mais vulneráveis pode ser mais profunda do que aparenta, devido às dificuldades que esses indivíduos têm em participar da vida comunitária colocando esses grupos em situação de **exclusão social**.

Aporofobia



Fonte da imagem: <https://www.fepet.info/texto-diario/mostrar/1463141/adela-cortina-palabras-tienen-importancia-nunca-revolucion-digital>

Aporofobia é um termo criado pela autora **Adela Cortina**, em sua obra *Aporofobia, a Aversão ao Pobre: Um Desafio para a Democracia* (2020), que significa rejeição, aversão, temor ou desprezo pelos pobres. Na obra, a autora discute a necessidade de criar esse termo para reconhecer e investigar as causas das fobias e preconceitos contra indivíduos e grupos mais vulneráveis da sociedade.

Para Cortina (2020), ao nomear a rejeição aos pobres, podemos torná-la mais visível e, assim, investigar as causas e problemáticas dessas práticas.

Outro ponto que podemos destacar está relacionado ao fato de que as **práticas aporofóbicas** recaem, com mais frequência, sobre grupos de imigrantes e refugiados, que nem sempre são bem-vindos em todos os países. Além disso, observa-se que grupos conservadores e políticos de extrema-direita vêm ganhando cada vez mais espaço na mídia e na sociedade.

O combate a essas práticas exige a construção de instituições baseadas na igualdade de valor entre as pessoas e na criação de uma educação fundamentada no respeito e na dignidade de todos os indivíduos.

No Brasil, uma das principais figuras no combate às práticas aporofóbicas é o padre católico **Júlio Lancellotti**, que atua por meio de ações em defesa dos mais pobres e na promoção de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pobreza, posicionando-se contra práticas de discriminação e preconceito dirigidas aos grupos sociais mais vulneráveis.



Fonte da Imagem: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-intervencao-para-espantar-morador-de-rua-avanca-na-camara.shtml>

Segundo a Agência Senado (2022), foi promulgada a Lei nº 14.489, de 2022, que proíbe a chamada **“Arquitetura Hostil”**, caracterizada pelo uso de estruturas, equipamentos e materiais com o objetivo de afastar pessoas — como moradores de rua, jovens ou idosos — de praças, viadutos, calçadas e jardins.

A chamada Lei Júlio Lancellotti, nome dado em homenagem ao padre contrário às práticas aporofóbicas, representou um importante passo na defesa de espaços públicos que prezem pelo bem-estar dos indivíduos e evitem a criação de ambientes físicos e sociais hostis.

Em uma das suas principais obras: “*Desenvolvimento como liberdade*” de 2018, **Amartya Sen** enfatiza que a relação entre renda e capacidade pode ser afetada por diversos fatores:

Idade

Pessoas mais velhas necessitam de mais cuidados médicos do que os mais jovens, o que gera maiores gastos com saúde. Já os jovens em idade escolar exigem investimentos em educação, o que também impacta a renda familiar.

Sexo

As mulheres possuem uma carga de trabalho mais intensa do que os homens, pois muitas delas acumulam uma dupla jornada, dividindo-se entre a carreira profissional e os cuidados com filhos, marido e a casa.

Localização

As pessoas mais pobres vivem, muitas vezes, em condições de moradia precárias, frequentemente em áreas de risco de inundações ou dominadas pelo crime organizado, ao contrário das classes mais abastadas.

**Condições
epidemiológicas**

Indivíduos em situação de pobreza enfrentam maiores dificuldades na prevenção e no tratamento de doenças.

O acesso a bens públicos essenciais, como saúde, segurança e educação, pode ser um caminho para que os indivíduos mais empobrecidos transformem sua baixa renda em novas oportunidades.

Exemplos nas mídias das dificuldades encontradas pelas pessoas mais vulneráveis:

Idade

Falta de geriatras no Brasil: um colapso iminente na saúde pública



Reportagem da CBN que mostra a ausência de médicos para o atendimento da população mais velha e que essa especialidade está cada vez mais escassa.

Fonte: <https://cbn.globo.com/programas/revista-cbn/entrevista/2025/03/30/falta-de-geriatras-no-brasil-um-colapso-iminente-na-saude-publica.ghtml>

Desigualdade no mercado de trabalho persiste: negros, jovens e mulheres são os mais afetados



Reportagem do jornal o Globo mostrando a existência de uma grande desigualdade no mercado de trabalho para os grupos mais vulneráveis.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2025/05/desigualdade-no-mercado-de-trabalho-persiste-negros-jovens-e-mulheres-sao-os-mais-afetados.ghtml>

Sexo

Localização

Moradores de bairros mais pobres de Fortaleza vivem até 20 anos menos que de mais ricos.



Reportagem do jornal Diário do Nordeste mostrando moradores de bairros mais pobres da cidade de Fortaleza vivem menos que moradores de bairros mais ricos.

Fonte: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/moradores-de-bairros-mais-pobres-de-fortaleza-vivem-ate-20-anos-menos-que-de-mais-ricos-veja-mapa-1.3494261>

Mais de 60 mil pessoas entraram em situação de pobreza ou pobreza extrema no Ceará durante pandemia de Covid-19



Reportagem do site o Globo mostrando que a pandemia de Covid-19 foi responsável pelo aumento da pobreza e da extrema pobreza no Estado do Ceará

Fonte: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/06/28/mais-de-60-mil-pessoas-entraram-em-situacao-de-pobreza-ou-pobreza-extrema-no-ceara-depois-da-pandemia-de-covid-19.ghtml>

Condições epidemiológicas

E AS DESIGUALDADES SOCIAIS?

De forma bem resumida os livros didáticos trazem a definição de **desigualdade social** a partir da distribuição desigual de recursos, oportunidades e benefícios entre pessoas ou grupos dentro de uma sociedade resultando em disparidades significativas de renda e de acessos a serviços básicos de saúde, educação, segurança e dentre outros, podendo afetar o bem estar e o desenvolvimento humano. Mas antes de entrarmos nessa discussão vamos observar as imagens abaixo:



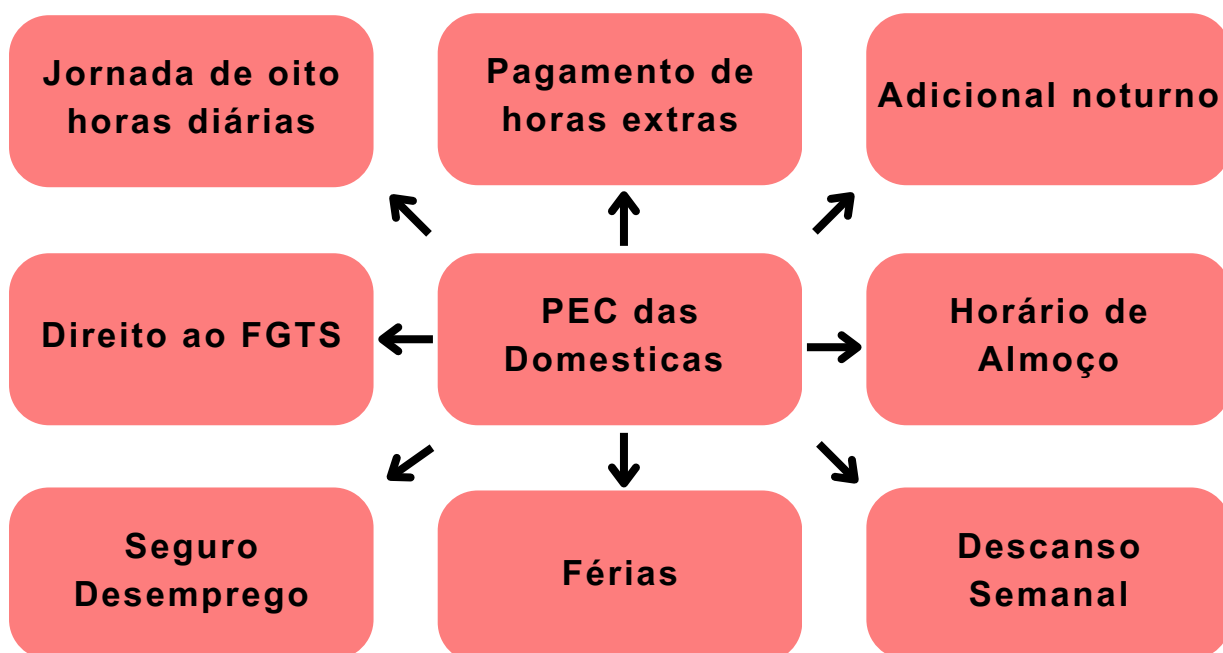
As imagens são do filme *Que Horas Ela Volta?*, dirigido por Anna Muylaert, que retrata a vivência da pernambucana Val (Regina Casé), obrigada a se mudar para São Paulo para trabalhar como empregada doméstica na casa dos pais de Fabiano (Michel Joelsas). A história se desenrola a partir do momento em que a filha de Val, Jéssica (Camila Márdila), precisa prestar vestibular em São Paulo e passa a morar com a mãe na casa de seus patrões.

Mas qual relação do filme “Que Horas ela volta” com temática da Desigualdade Social?

O filme traz uma série de reflexões acerca das condições de trabalho de muitas empregadas domésticas no Brasil que “**são quase da família**”. Muitas delas, inclusive, passam a morar nas casas dos patrões, cuidando do lar e dos filhos destes. Essa realidade é muito comum no país, mas o filme mostra que Val, a protagonista, teve de deixar seu lar e sua família para buscar um mínimo de sobrevivência em outro lugar, distante de seus amigos e parentes. Além disso, a obra evidencia que, para os patrões, Val é apenas uma serviçal, não podendo usufruir das mesmas condições que “a família”.

A realidade de muitos trabalhadores domésticos foi retratada de forma brilhante na obra de Muylaert, que mostra a grande desigualdade vivida por esses profissionais. Mesmo convivendo intimamente com seus patrões e possuindo fortes laços de afetividade e cumplicidade, continuam sendo vistos pelos chefes de família apenas como serviçais, recebendo baixos salários e muitas vezes sem acesso a direitos trabalhistas.

Falando em direitos trabalhistas, foi apenas com a **Proposta de Emenda Constitucional nº 72** (PEC), de 2 de abril de 2013, que se estabeleceu a igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.



A chamada **PEC das Domésticas** foi um marco na defesa dos direitos dessas trabalhadoras, que passaram a tê-los garantidos por lei.

O processo de votação da proposta foi quase unânime entre os parlamentares, com exceção de alguns, como o então deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que mais tarde se tornaria presidente da República. Na época, Bolsonaro acreditava que muitas trabalhadoras acabariam migrando para a informalidade, já que muitos patrões não teriam condições de pagar seus salários e os encargos trabalhistas.

Segundo o Instituto Doméstica Legal (2024), a PEC desempenhou um papel importante na defesa dos direitos e na promoção da dignidade dos trabalhadores domésticos, além de sensibilizar a sociedade e as autoridades sobre a importância de valorizar o trabalho doméstico.

Voltando à definição de desigualdade social, podemos citar o sociólogo **Jessé Souza** que, em sua obra *“Brasil dos Humilhados: Uma Denúncia da Ideologia Elitista”* (2022), apresenta uma definição mais ampla ao mostrar que a luta social por recursos, em uma realidade de escassez, é determinada pelas diferentes possibilidades de acesso ao **capital econômico e cultural** (SOUZA, 2022).

Para Jessé Souza, compreender as dinâmicas sociais modernas que permeiam a nossa sociedade exige, antes de tudo, entender o significado da teoria dos capitais de **Pierre Bourdieu**.

Mas por que esses capitais, principalmente o capital cultural, estão intimamente relacionados com a temática da desigualdade social?

Bourdieu nos oferece a resposta ao afirmar que “o nível cultural global do grupo familiar mantém uma relação mais estreita com o êxito escolar da criança” (BOURDIEU, 2015, p. 46). Dessa forma, identificam-se **mecanismos de diferenciação e oportunidades entre os indivíduos** provenientes das famílias mais ricas e abastadas, que conseguem adquirir os diferentes capitais, enquanto, para os grupos mais vulneráveis, a possibilidade de ascensão ou melhoria de vida torna-se cada vez mais difícil.

VAMOS ENTENDER UM POUCO SOBRE A TEORIA DOS CAPITAIS DE PIERRE BOURDIEU:

A teoria dos capitais de Bourdieu traz importantes contribuições para o entendimento da nossa sociedade atual já que os capitais associados aos indivíduos advém de um processo de acumulação por meio de operações de investimentos e são transmitidos pela herança familiar permitindo que os indivíduos consigam aferir grandes vantagens pessoais.

Capital Cultural

O conjunto de qualidades intelectuais que geralmente é transmitida pela família de forma direta ou indireta e também é desenvolvida nas escolas e faculdades. (Veremos mais adiante com detalhe o seu significado).

Capital Econômico

O conjunto de bens econômicos tais como: bens materiais, renda, patrimônio. A riqueza monetária está medida nas relações entre os diferentes indivíduos e grupos sociais.

Capital Social

O conjunto de relações sociais que envolve um indivíduo ou um grupo criando uma rede de relações interpessoais e de reconhecimento social.

Capital Simbólico

Este último está relacionado ao poder, a legitimidade e a autoridade dos indivíduos e grupos sociais perante a relação com os outros capitais.

Referências de : O Espaço como Capital: contribuições à teoria da ação prática de Bourdieu de Anderson de Souza Sant'Anna

O Capital Cultural, segundo Bourdieu (2015), é passado de geração em geração, mesmo sem intenção dos pais. Isso explica por que alunos de famílias ricas têm mais acesso a escolas e universidades de qualidade, enquanto estudantes de famílias pobres ficam limitados a instituições de ensino inferiores e de baixa qualidade.

Dessa forma, se uma família tem uma origem mais empobrecida, o indivíduo parte em desvantagem no universo cultural, diferentemente daquele de origem mais abastada, que já possui o privilégio de nascer em um "berço de ouro" e possuir os meios necessários para ingressar nos melhores meios escolares e acadêmicos.

A ideia de redução das desigualdades a partir da “**democratização**” das escolas e universidades é apenas aparente, sendo restrita a poucos indivíduos. Criando na sociedade capitalista um fosso de desigualdade para as populações mais vulneráveis.

A distinção social em nossa sociedade é segundo Jesse Souza é permeada por uma “**violência simbólica** (ver definição no box ao lado) que encobre, distorce e permite a legitimação da dominação social no capitalismo se dá do mesmo modo nas sociedades avançadas e periféricas” (SOUZA, 2022, p.164). A partir dessa ideia podemos entender que as crescentes diferenças entre os grupos sociais distintos é uma das principais pautas o desenvolvimento do capitalismo e da globalização fazendo com que a exclusão social seja um processo eminente da nossa sociedade.

O que é Violência Simbólica?

Segundo Bourdieu (2003), a violência simbólica é “violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (Bourdieu, 2003, p. 7-8). O autor mostra que essa forma de violência advém de um vínculo de subjugação-submissão e resulta em uma dominação de grupos ou indivíduos que, inclusive, tornam-se cúmplices devido ao estado naturalizado de sua vivência em uma sociedade desigual. Em outras palavras, a violência simbólica cria, na sociedade, grupos sociais que são induzidos a se posicionar de acordo com as normas, tradições e padrões discursivos das classes dominantes, produzindo e reproduzindo-os.



Fonte da Imagem:
<https://bibliotecasociologia.blogspot.com/2008/04/pensamiento-y-accin-pierre-bourdieu.html>

Pierre Bourdieu é um dos autores mais lidos em Ciências Sociais considerados por muitos um dos maiores intelectuais contemporâneos nos campos da Sociologia e da Antropologia. Autor de diversas obras que são referências em estudos no mundo todo. Entre elas temos: “Poder Simbólico”, “A Distinção” e “A Reprodução”.

Jesse Souza, ainda citando Bourdieu, nos mostra que a **ideologia da meritocracia** “esconde sistematicamente a ‘produção social’ dos desempenhos diferenciais entre os indivíduos, tornando possível que o desempenho diferencial ‘apareça’ como diferença de talentos individuais e inaptos” (SOUZA, 2022, p. 165). Observa-se, no capitalismo excludente, que o fracasso e a falta de oportunidades são inerentes ao modelo de sociedade que vivenciamos.

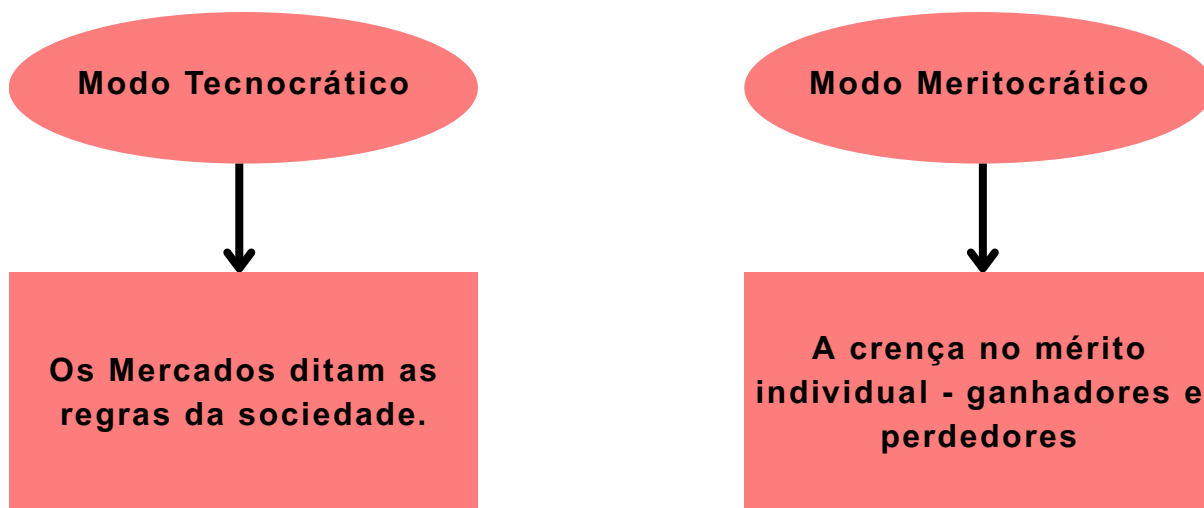
Outro autor muito importante nessa discussão sobre a ideologia da meritocracia é o sociólogo **Michael J. Sandel**. No livro *A Tirania do Mérito: O Que Aconteceu com o Bem Comum?* (2024), o autor promove uma intensa reflexão sobre a sociedade contemporânea, apresentando o conceito de sociedade meritocrática e diferenciando-o das sociedades desiguais. Nas palavras de Sandel: “Em uma sociedade desigual, aqueles que alcançam o topo querem acreditar que seu sucesso tem justificativa moral” (SANDEL, 2024, p. 22). Já em “uma sociedade da meritocracia, isso significa que os vencedores devem acreditar que conquistaram o sucesso através do próprio talento e esforços” (SANDEL, 2024, p. 22).

Ainda citando Sandel (2024) podemos entender que a **globalização** fortaleceu dois aspectos centrais no discurso populista dos governos mundo a fora: o modo tecnocrático de conceber o bem público e o modo meritocrático de definir ganhadores e perdedores.

No modo **tecnocrático**: a política é guiada pela fé no mercado, na crença de que os mecanismos de mercado são os principais instrumentos para alcançar o bem público. Essa visão da globalização, favorável aos mercados, gerou um aumento da desigualdade e desvalorizou identidades nacionais e individuais. Como consequência, fortaleceu-se uma tendência à criação de identidades cosmopolitas, ao livre fluxo de capitais e ao comércio irrestrito, acentuando ainda mais as desigualdades sociais.

Já no modo **meritocrático**: fundamenta-se na ideia de que, independentemente do ponto de partida, qualquer indivíduo pode ascender socialmente, desde que se esforce o suficiente. Esse conceito reforça a chamada igualdade de oportunidades, resumida na retórica de que “pessoas que trabalham duro e que seguem as regras são capazes de ascender até onde seu talento levar” (SANDEL, 2024, p. 30).

O discurso meritocrático legitima desigualdades ao estabelecer uma separação entre aqueles que, supostamente, ascendem socialmente por mérito próprio (os vencedores) e aqueles que não conseguem ascender (os perdedores). A ênfase excessiva no discurso meritocrático gera um efeito corrosivo e destrutivo na forma como interpretamos tanto o sucesso quanto o fracasso.



Hoje vivemos em uma sociedade que cada vez mais venera o **mérito individual**. As mudanças estruturais da sociedade contemporânea, especialmente nos Estados Unidos e no mundo, apontam para uma nova ordem econômica baseada na inovação, na flexibilidade, no empreendedorismo e na constante necessidade de aprender novas habilidades.

Nesse contexto, a classe trabalhadora vem perdendo espaço para as inovações tecnológicas, resultando na redução de seu capital social e simbólico nas últimas décadas. Ou seja, o fracasso político na inserção da classe trabalhadora no novo modelo de sociedade gerada pela meritocracia está criando um sentimento crescente de frustração e ressentimento, o que está alimentando cada vez mais os discursos populistas das extremas-direitas nos Estados Unidos, no Brasil e em diversas partes do mundo.

François Dubet, em sua obra *O tempo das paixões tristes* (2019), argumenta que vivemos em sociedades multiculturais, com múltiplas identidades, o que dá lugar a profundos sentimentos de crise e a conflitos que já não são mais conflitos de classe. “Neste novo sistema, as ‘pequenas’ desigualdades parecem bem mais pertinentes do que as ‘grandes’” (DUBET, 2022, p. 13). Ou seja, em nossa sociedade estamos cada vez mais fechados em nossas próprias lutas e problemas individuais. Dubet nos mostra que as múltiplas desigualdades acentuam a heterogeneidade das situações (DUBET, 2022, p. 37). Somos mais ou menos iguais ou desiguais de acordo com o nosso trabalho, claro, mas também de acordo com nosso sexo, sexualidade, saúde, idade, local de residência, origens etc.

O grande desafio da sociedade contemporânea é compreender as angústias, aflições e indignações, e também resistir às suas vertigens. Com isso, precisamos, ao mesmo tempo, lutar contra as discriminações e resistir à ascensão de discursos populistas que levam ao extremismo e ao ressentimento.

Seção 2: Panorama das Desigualdades no Brasil

O que veremos neste Seção?

As Raízes Históricas da Pobreza e das Desigualdades Social no Brasil
A Exclusão do Negro do Mercado de Trabalho
A Constituição Federal de 1988 e suas Principais Mudanças Sociais
Ascensão do Presidente Lula e o Milagrinho Econômico

PANORAMA DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

Um grande marco histórico-social no Brasil foi a promulgação da **Constituição Federal de 1988**. Houve uma ampliação de direitos e a construção de movimentos de participação popular, o que fez com que essa Constituição fosse comumente conhecida como “**Constituição Cidadã**”. A partir dela, grupos anteriormente marginalizados da sociedade brasileira passaram, aos poucos, a ter vozes mais ativas na elaboração de políticas públicas.



Imagem da posse do presidente Lula em 2003
Fonte da imagem: https://www.em.com.br/app/galeria-de-fotos/2022/12/31/interna_galeriafotos,7723/fotos-posse-de-lula-2003.shtml

Contudo, somente no início do século XXI, com a ascensão do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (2003-2010), observou-se uma ampliação da participação política de diferentes atores sociais, que passaram a defender suas próprias bandeiras de luta e a promover manifestações diversas em prol da democracia. Houve uma redefinição do papel do Estado brasileiro, com a expansão de políticas públicas voltadas para a integração política, social, racial e de gênero em contextos variados e nunca antes observados na história do país.

Antes de analisar as principais contribuições políticas e sociais no Brasil para as populações mais vulneráveis, é necessário entender que as desigualdades sociais no país vêm de seu **legado colonial**. Devemos levar em conta a triste herança da escravidão, período que perdurou por mais de 300 anos e que, ao chegar formalmente ao fim, não foi seguido de qualquer tipo de política de reparação ou inclusão dos negros libertos (tema que veremos mais adiante). Além disso, características coloniais como as grandes posses latifundiárias, a alta tributação de impostos e o desequilíbrio da estrutura social também estão na raiz do aumento das desigualdades brasileiras.

Segundo **José Murilo de Carvalho**, em sua obra *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho* (2024), a formação do Estado brasileiro após a Independência (1822) é caracterizada por “uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista” (CARVALHO, 2024, p. 26). O legado deixado pelos portugueses nesse momento da história brasileira é marcado por grandes desigualdades.

Segundo Carvalho, “a Independência não introduziu mudança radical no panorama” (CARVALHO, 2024, p. 33). Ou seja, mesmo após a mudança de governo, a situação da população brasileira não sofreu alterações significativas.



Avançando mais um pouco na história brasileira, vamos tentar entender a situação de trabalho da população mais vulnerável — **a população negra escravizada** — próximo à abolição da escravatura, em 1888, pela assinatura da Lei Áurea.

Segundo **Mario Theodoro** (2015), a formação do mercado de trabalho brasileiro foi extremamente excludente para a população negra escravizada, em decorrência de “mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, [que] forjaram um cenário no qual a mão de obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência” (THEODORO, 2015, p. 15). Com esses mecanismos de exclusão, uma grande massa de trabalhadores negros se viu à margem da formação econômica brasileira, o que “findou por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem no país até os dias atuais” (THEODORO, 2015, p. 15). Podemos observar que os grandes problemas relacionados à pobreza e às desigualdades no Brasil têm uma raiz histórica muito forte.

Theodoro ainda nos mostra que “no final do século XIX [houve] o início de um processo de aglomeração da pobreza e da exclusão nas cidades, resultante da chegada em profusão de contingentes de ex-escravos” (THEODORO, 2015, p. 29). Dessa forma, o fim da escravidão para a população negra não representou o término das opressões e humilhações sofridas ao longo de mais de 300 anos, mas sim o início de um longo processo de exclusão e marginalização. Esse fenômeno é o que o autor chama de “**não-lugar do trabalho negro**”, gradualmente ocupado por imigrantes de origem europeia.

“Não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas esse passaria a vivê-lo como um estigma na cor da sua pele” - Alfredo Bosi. (BOSI, 1992, p. 272).

Observe os quadros abaixo:

As possibilidades de enfrentamento da questão do trabalho com o fim da abolição:

1 - a perspectiva de que os antigos escravos pudessem, eles mesmos, continuar a trabalhar nas fazendas adotando um novo status de homens livres.

2 - a da utilização, total ou parcial, do contingente dos homens livres e libertos no lugar dos antigos escravos.

3 - havia alternativa da imigração europeia.

Mesmo com um grande contingente de trabalhadores livres e libertos após a abolição, o Estado brasileiro, juntamente com os grandes proprietários de terra, optou pela utilização do **trabalho de imigrantes europeus**.

Essa decisão representou uma tentativa das elites políticas e econômicas brasileiras da época de transformar o Brasil a partir do **embranquecimento da população**, apoiando-se em teorias raciais de desenvolvimento nacional que defendiam a exclusão do negro e a implantação do branco europeu. Segundo Theodoro, “a imigração era entendida como etapa imprescindível do processo de afirmação da nação e dos nacionais” (THEODORO, 2015, p. 39). A elite política e econômica brasileira foi uma das maiores responsáveis pelo aumento da pobreza e das desigualdades no país.

Como vimos anteriormente, a inserção dos negros no mercado de trabalho após a abolição foi permeada por uma política de exclusão social que tinha (e ainda tem) o racismo como elemento central de segregação. Racismo este que faz parte do cotidiano das populações mais vulneráveis e que se tornou estrutural na nossa sociedade contemporânea.

Silvio de Almeida, autor da obra *Racismo Estrutural* (2019), nos mostra que “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional” (ALMEIDA, 2019, p. 33). Em outras palavras, o racismo vai além de atitudes e comportamentos individuais preconceituosos, tratando-se de um conjunto de práticas sociais e políticas que excluem a população negra.



Fonte da Imagem: <https://vermelho.org.br/2021/06/11/meninos-negros-sao-maioria-no-trabalho-infantil-afirma-secretario/>

Meninos negros são maioria no trabalho infantil, afirma secretário

Reportagem do site Vermelho salienta, segundo o secretário dos Direitos da Criança, Maurício Cunha, a partir de dados do IBGE, que os meninos negros são maioria no trabalho infantil. Essa realidade evidencia a situação de vulnerabilidade da população negra no Brasil desde a infância

Outro autor que podemos citar, e que traz importantes contribuições para a temática, é **Florestan Fernandes**, que em sua obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1971) destaca que a abolição da escravidão, em 1888, no Brasil, foi incompleta, pois o Estado brasileiro e seus agentes públicos não quiseram assumir a responsabilidade de integrar o negro à sociedade em condições de igualdade com os outros grupos sociais, contribuindo, dessa forma, para a sua marginalização e exclusão social.

Abaixo a letra da música de Elza Soares com a composição de Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisses Cappellette que retrata a realidade das populações negras no Brasil.

A Carne

A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que fez e faz história
Segurando esse país no braço
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é lento
Mas muito bem intencionado
E esse país
Vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra

Fonte: <https://www.lettras.mus.br/elza-soares/281242/>



Fonte da Imagem: <https://br.pinterest.com/pin/elza-soares-a-carne-2002--34128909668319885/>



Fonte da Imagem: <https://www.lettras.mus.br/elza-soares/281242/>

Avançando um pouco na história do Brasil, chegamos a um momento que, segundo José Murilo de Carvalho (2024), representa um grande divisor de águas para as mudanças sociais no país: a ascensão de **Getúlio Vargas** ao poder com a Revolução de 1930. Há uma grande discussão sobre o uso dessa expressão para descrever os eventos que levaram Vargas ao comando do país, já que muitos historiadores consideram esse momento como um golpe de Estado. Mas o que iremos destacar nessa parte são as suas **principais contribuições sociais** para as camadas mais populares.



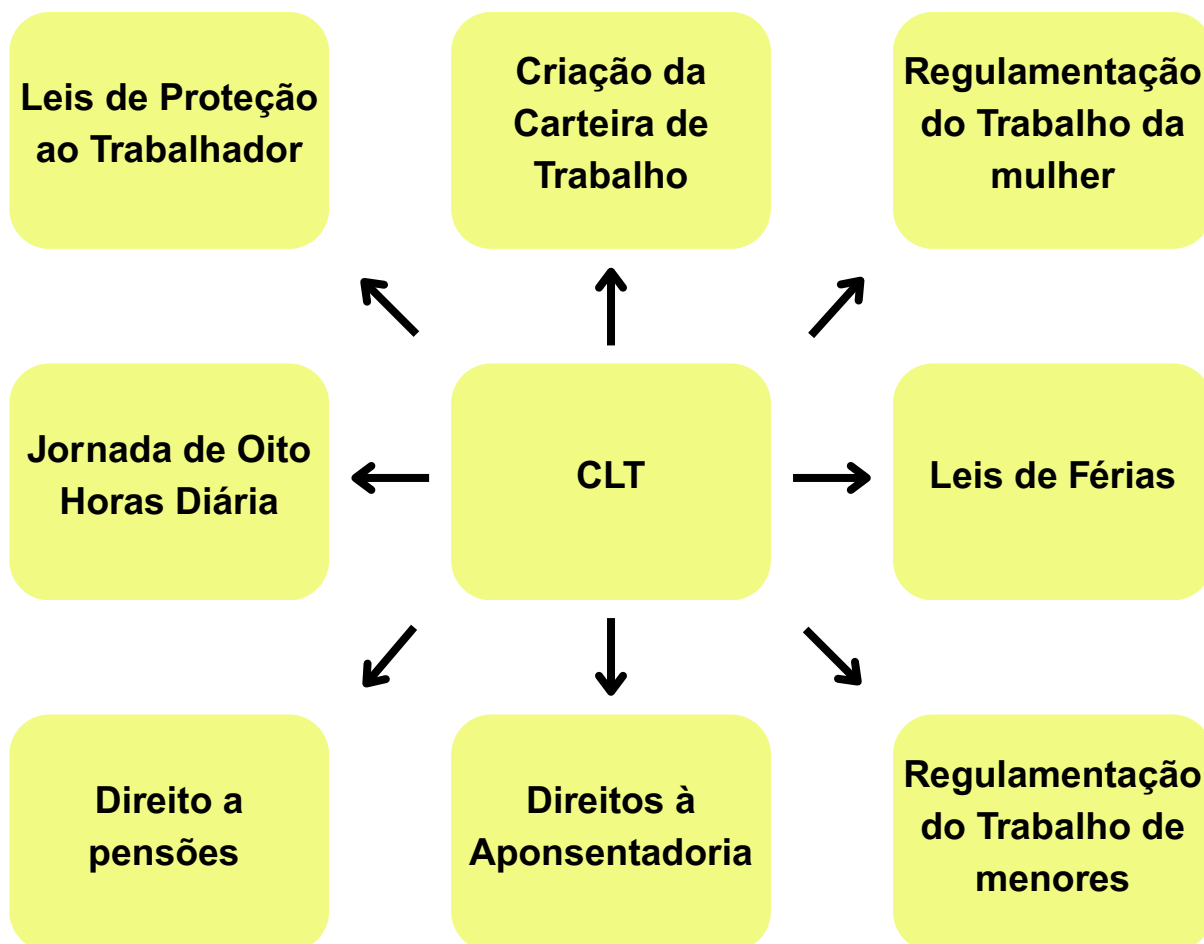
Imagem de trabalhadores no dia 1º de maio de 1943, ano que entra em vigor a Consolidação das leis trabalhistas.
Fonte da Imagem: <https://memorialdademocracia.com.br/card/anunciada-a-consolidacao-das-leis-do-trabalho#card-127>

Desde os primeiros momentos no poder, Vargas criou mecanismos sociais que foram importantíssimos no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais no Brasil. Alguns exemplos de medidas colocadas em prática por seu governo incluem:

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, logo nos primeiros anos de sua gestão. Com o avançar do governo, foi elaborada uma vasta legislação trabalhista e previdenciária, que seria fortalecida com a **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, em 1943, instrumento de defesa da classe trabalhadora até os dias de hoje.

Nesse momento da história do Brasil, observa-se a tentativa de Vargas de elaborar **uma política nacional** que tinha como principal pauta a defesa das classes trabalhadoras.

Mas por que a Consolidação das Leis do Trabalho foi tão importante na defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros? A seguir, veremos as principais contribuições da CLT para a classe trabalhadora, a partir da obra Brasil: uma biografia (2015), das autoras Heloisa Starling e Lilia Schwarcz.



Contudo, mesmo com os avanços que marcam a Consolidação das Leis do Trabalho, não podemos esquecer a repressão a qualquer tentativa de organização dos trabalhadores durante o Estado Novo.

Vale ainda destacar que, no Estado Novo, como período autoritário e ditatorial, o governo passou a controlar cada vez mais as massas de trabalhadores, principalmente por meio da massiva propaganda favorável às ações de Vargas nos meios de comunicação da época — como o cinema e o rádio —, que se tornaram as principais formas de controle social das classes trabalhadoras.

A Educação na Era Vargas e o Manifesto da Escola Nova.



Fonte da Imagem: <https://www.timetoast.com/timelines/as-reformas-curriculares-e-o-ensino-de-ciencias-no-brasil>

Já no campo da educação Vargas buscou elaborar reformas que garantissem a educação básica como um direito de todos e como parte essencial de uma sociedade industrial e igualitária, especialmente em um país com grande maioria de analfabetos

Entre as principais reformas promovidas por Vargas durante seu governo, podemos destacar duas: a **Reforma Francisco Campos**, de 1931, e a **Reforma Capanema**, de 1942.

A primeira delas, a Reforma Francisco Campos, recebeu esse nome por causa do ministro responsável por sua implantação. Segundo Simone Meucci (2015), as principais mudanças foram a reformulação do ensino secundário e superior no Brasil e uma maior regulação do Estado na esfera educativa. Outro ponto importante, segundo a autora, foi a normatização da cultura escolar do ensino secundário brasileiro, estabelecendo procedimentos administrativos e didático-pedagógicos homogêneos para todos os ginásios do território nacional.

Já a Reforma Capanema, também segundo Meucci (2015), foi responsável pela instituição do ensino secundário em duas etapas — clássico e científico — e foi marcada pela articulação com os ideários nacionalistas de Vargas durante a ditadura do Estado Novo.

Ambas as reformas promovidas por Vargas buscaram uma maior integração nacional e a centralização das decisões na esfera federal, o que marcou seu caráter autoritário e antidemocrático.



Fonte da Imagem: <https://www.timetoast.com/timelines/as-reformas-curriculares-e-o-ensino-de-ciencias-no-brasil>

Durante a Era Vargas, em março de 1933, surge o **Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova**, que teve como principais nomes Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

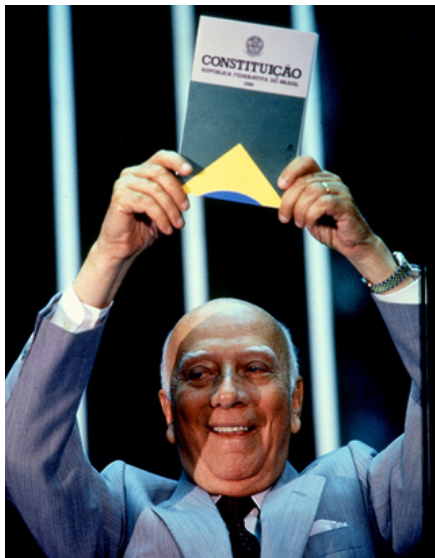
Segundo **Boris Fausto** (2006), o grupo buscou realizar profundas transformações na educação do país. O manifesto defendia a adoção de uma **escola única, pública, gratuita, aberta** a meninos e meninas, na qual todos teriam uma educação igual e comum.

Fausto (2006) ainda destaca que “os pioneiros defendiam a ampla autonomia técnica, administrativa e econômica do sistema escolar para livrá-lo das pressões de interesses transitórios” (FAUSTO, 2006, p. 340). Para o grupo, havia a necessidade de uma **educação** que fosse além de **uma política de governo** e se transformasse em uma política de Estado no Brasil.

Outro ponto importante defendido pelos pioneiros era “a necessidade de adaptação das escolas às características regionais, o que impunha a realização de um plano educativo que não fosse uniforme para todo o país, embora a partir de um currículo mínimo comum” (FAUSTO, 2006, p. 340). Esse ponto seria amplamente retomado anos mais tarde nas discussões sobre a implementação da atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Por fim, entre os pioneiros da Escola Nova, segundo Fausto (2006), apenas Lourenço Filho manteve-se ao lado de Vargas nos anos posteriores, enquanto os demais foram marginalizados e até mesmo perseguidos, especialmente Anísio Teixeira.

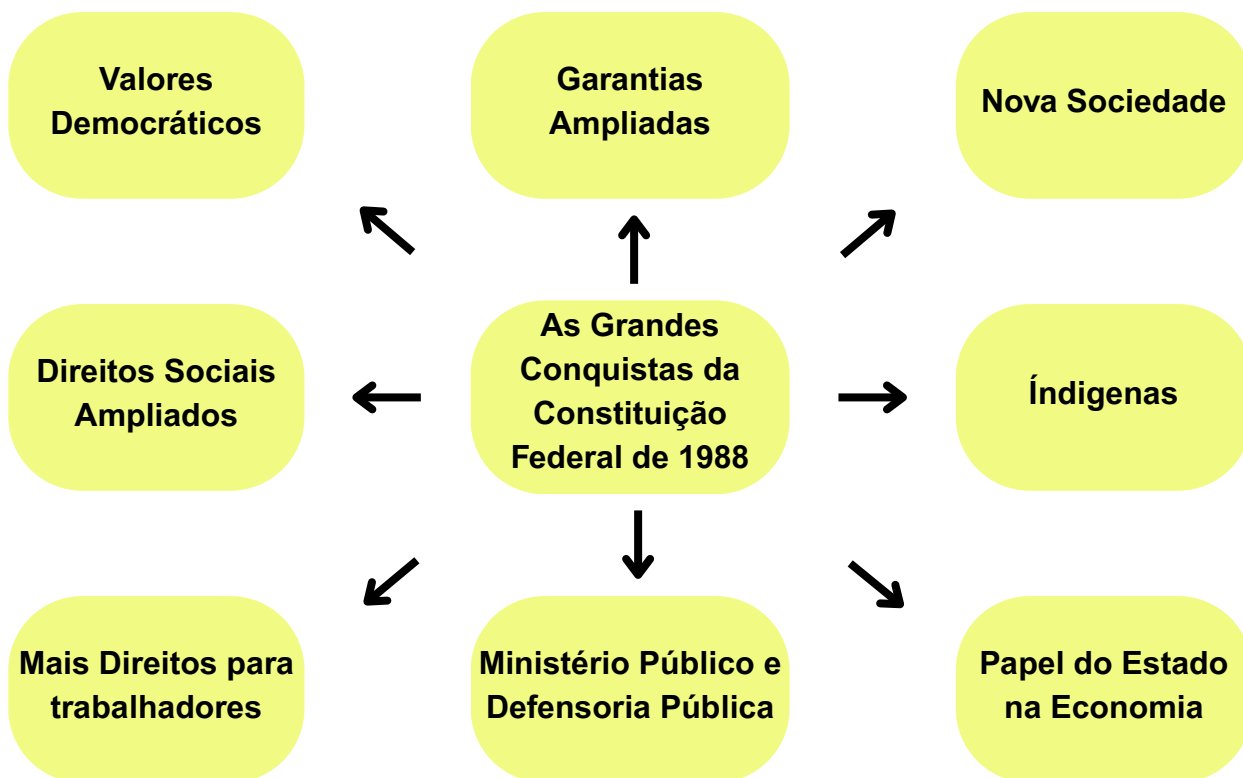
Chegando agora à história mais recente do Brasil, após a promulgação da **Constituição Federal de 1988** que, segundo Carvalho, foi “a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de **Constituição Cidadã**” (CARVALHO, 2024, p. 203). Vale destacar que sua elaboração foi um marco histórico gigantesco, pois serviu como um guia para as futuras transformações da nação após um nefasto período de 21 anos sob um regime ditatorial.



Fonte da imagem
: <https://memorialdademocracia.com.br/constituinte>

Ulysses Guimarães exhibe aos constituintes a nova Constituição da República na sessão de promulgação.

A constituição de 1988 foi responsável pela construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa, trazendo para a população brasileira novos direitos e novas obrigações para o poder público. Será a partir dela que poderemos ver uma novo horizonte de mudanças políticas, econômicas e social.



Fonte: Memorial da Democracia
Site: - <https://memorialdademocracia.com.br/constituinte>

Mesmo com a promulgação de um texto constitucional altamente inclusivo e agregador para as populações mais vulneráveis, a grande mudança política, econômica e social do Brasil recente aconteceu com a vitória eleitoral do presidente **Luís Inácio Lula da Silva**.



Fonte da imagem: <https://memorialdademocracia.com.br/constituinte>

Nordestino do interior de Pernambuco, começou a trabalhar desde cedo para sustentar a família. Trabalhou muitos anos como operário em uma indústria metalúrgica até se tornar um grande líder sindical. No início dos anos 1980, ainda sob o regime militar, mas já em processo de abertura política lenta e gradual, fundou o **Partido dos Trabalhadores (PT)**, um dos maiores partidos políticos da atualidade, após muito batalhar para chegar à presidência do país e perder três eleições consecutivas. Finalmente, venceu a eleição de 2002, tornando-se o primeiro presidente brasileiro de origem pobre.

ELEIÇÃO 1989

~~LULA~~
X
FERNANDO
COLLOR

ELEIÇÃO 1994

~~LULA~~
X
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

ELEIÇÃO 1998

~~LULA~~
X
FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO

ELEIÇÃO 2002

LULA
X
~~JOSÉ SERRA~~

O MILAGRINHO ECONÔMICO BRASILEIRO

O Milagrinho Econômico Brasileiro foi um período de rápido crescimento da economia nacional, impulsionado pelo aumento das **exportações de commodities** para o mercado chinês. Essa expressão foi criada pelo economista Edmar Bacha, citado por Laura Carvalho em seu livro *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico* (2018). O termo faz referência direta ao chamado Milagre Econômico da década de 1970, ocorrido durante o regime militar brasileiro.



Fonte da imagem: <https://revistacontinente.com.br/secoes/entrevista/-o-bolsonarismo-e-um-projeto-que-nao-sera-facilmente-derrotado->

Laura Carvalho é economista e livre-docente pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Autora da obra *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*, em que analisa o crescimento econômico brasileiro no início do século XX e também todo o processo de crise econômica que ocasionou no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.



Fonte da imagem: <https://memorialdademocracia.com.br/constituente>

Slogan da campanha ufanista de exaltação do Regime Militar durante os anos de crescimento econômico e da vitória da seleção brasileira de futebol no Tricampeonato mundial.

O Milagre econômico brasileiro foi um período da história brasileira de rápido crescimento econômico do produto interno bruto (PIB), chegando a patamar superiores a 10% do PIB entre os anos de 1968 e 1973. Contudo segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2024), o rápido crescimento da economia não beneficiou a população de maneira geral, causando ao final do período um aumento na desigualdade social.

Mas o que são **commodities**? As commodities são mercadorias de origem primária, geralmente produzidas em larga escala, que servem para abastecer diferentes setores da sociedade. Muitas dessas mercadorias são usadas na fabricação de produtos industrializados. Exemplos de commodities produzidas no Brasil para abastecer o mercado chinês nesse período incluem petróleo, produtos agrícolas e minério de ferro.

O milagrinho ocorreu no início do século XXI, entre o final do governo de Fernando Henrique Cardoso e o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, aproximadamente de 1999 a 2005. Assim como o Milagre Econômico da década de 1970, ele também representou um ciclo de forte crescimento; no entanto, diferentemente do anterior, vieram acompanhadas importantes **melhorias nas questões sociais**.

A melhoria nas questões sociais sempre foi uma bandeira de luta do presidente Lula, que buscou transformar esse momento de crescimento econômico no Brasil em uma tentativa de redistribuição de renda para as populações mais vulneráveis.



Fonte da imagem :<https://www.brasildefato.com.br/colunista/economia-e-democracia/2022/03/21/inflacao-e-ma-distribuicao-de-renda-viloes-do-poder-de-compra-da-classe-trabalhadora/>

Nas palavras de Laura Carvalho: “As políticas redistributivas e os investimentos públicos em infraestrutura física e social também foram fundamentais nesse processo” (CARVALHO, 2018, p. 10). O crescimento econômico desse período veio acompanhado de um maior cuidado com as políticas públicas de redistribuição para as parcelas mais empobrecidas da população, algo que não ocorreu no Milagre Econômico da década de 1970.

Um ponto destacado pela autora é a influência do cenário internacional no crescimento da economia nacional. Carvalho pontua que “o cenário externo favorável fez toda a diferença nesse desempenho, assim como o cenário externo desfavorável faria toda a diferença no que aconteceu depois. Mas a sorte não basta para explicar o tipo e a qualidade do crescimento que tivemos” (CARVALHO, 2018, p. 10).

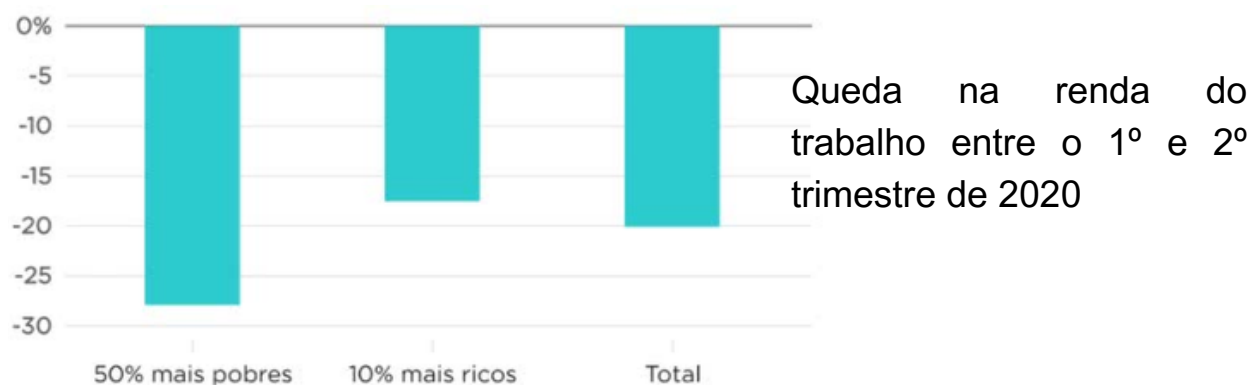
O crescimento brasileiro foi pautado em uma reorientação da política econômica, que passou a se preocupar com a população mais vulnerável e, gradualmente, também com as camadas médias da sociedade. A autora destaca que a aliança entre crescimento econômico e gestão da questão social foi um grande avanço para a estabilidade econômica do período, possibilitando ao Brasil **criar políticas de redistribuição de renda, reduzir a inflação e valorizar o salário mínimo.**



Depois de fazermos uma breve excursão pela história do Brasil, agora vamos analisar a situação política, econômica e social atual do país no que diz respeito ao combate à pobreza e à redução das desigualdades sociais.

No início de 2020, o Brasil e o mundo vivenciaram uma grave crise sanitária: a **pandemia de Covid-19**, que obrigou as pessoas a mudarem seus estilos de vida e a praticarem o distanciamento social na tentativa de evitar o contágio pelo vírus. E como ficou a situação das populações mais vulneráveis?

A FGV Social (GEMAQUE, 2021) investigou a renda média dos brasileiros durante a pandemia, e os números mostram que ocorreu uma queda significativa na renda do trabalho. Houve uma redução de 20,1% na renda média da população brasileira no segundo trimestre de 2020, em comparação com os três primeiros meses do ano. Observa-se que os mais pobres sofreram de forma mais intensa os impactos da diminuição da renda durante a pandemia.

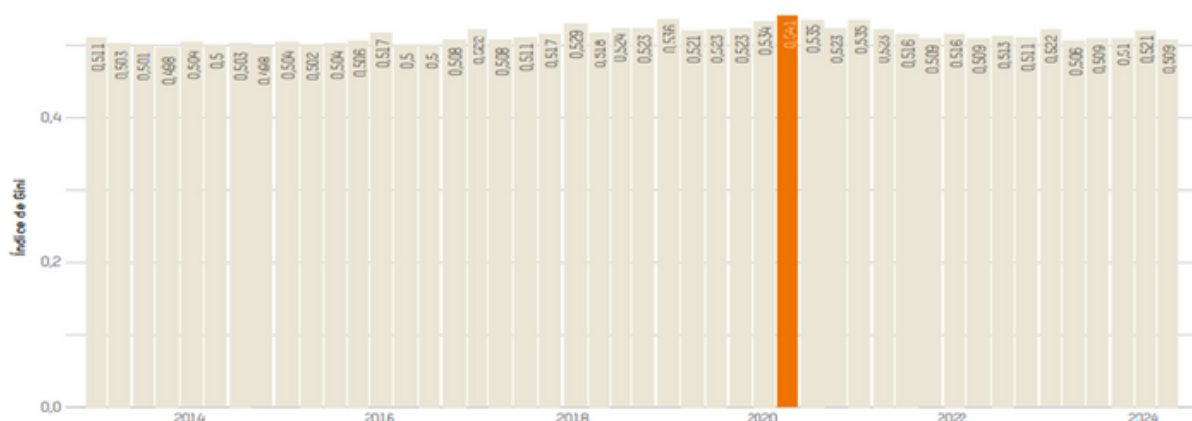


Fonte do Gráfico: FGV/Social

De acordo com projeções feitas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada em março de 2021. Existiam no Brasil, entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, cerca de 17,7 milhões de pessoas que voltaram à pobreza, passando de 9,5 milhões (4,5% da população) para 27,2 milhões em fevereiro (12,8% da população).

Nos últimos anos, o país ocupa uma posição crítica em relação às desigualdades. De acordo com a OXFAM Brasil, “em 2023, o Brasil foi classificado como o **oitavo país com maior desigualdade no mundo**, com um **índice de Gini de 0,52**. Na América do Sul, a desigualdade brasileira foi superada apenas pela Colômbia” (OXFAM BRASIL, 2024, p. 29). Mesmo com essa posição desfavorável em relação às outras nações, o Brasil avançou muito no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais

Evolução do Índice de Gini por trimestre, 2013-2024



Fonte da gráfico: Relatório “Um retrato das desigualdades brasileiras: 10 anos de desafios e perspectivas (OXFAM BRASIL. 2024. p-30)

Ainda citando o relatório da OXFAM Brasil, podemos observar que “antes do **impeachment da presidenta Dilma Rousseff**, a média do índice era de 0,504. No período subsequente ao impeachment, essa média subiu para 0,52, indicando um aumento de 3% na desigualdade” (OXFAM BRASIL, 2024, p. 29). Ou seja, analisando o processo de impeachment (golpe) da então presidenta Dilma Rousseff sob a ótica do índice de Gini, percebemos que ele foi prejudicial para a redução das desigualdades.



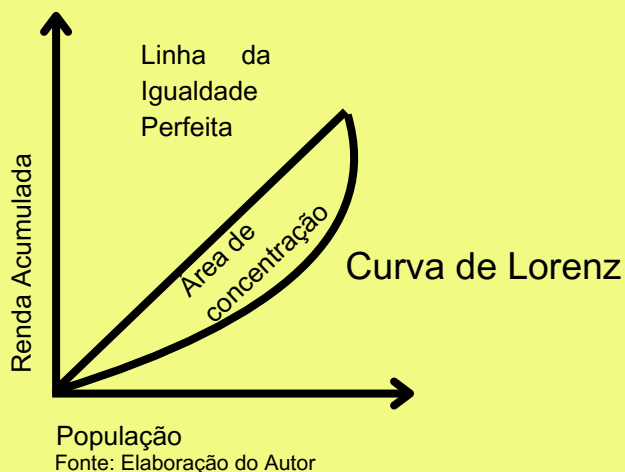
Fonte da imagem:
<https://www.newsweek.com/dilma-rousseff-impeachment-trial-senate-brazil-494194>

Mas o que é o Índice de GINI?

O **índice de Gini**, é um indicador econômico que analisa a distribuição de renda em uma região. Com este indicador é possível determinar a desigualdade social e a concentração de renda em diferentes níveis, além de estabelecer comparativos entre eles.

Segundo o IPEA (2004) o índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

E como calcular esses valores? O cálculo do índice de Gini é realizado com base na área de concentração formada a partir do gráfico da curva de Lorenz, que expressa a relação entre a renda e a população analisada. A área é formada a partir da linha de igualdade perfeita, um linha de 45°, e a linha que constitui a curva de Lorenz. Os eixos x e y do gráfico representam, respectivamente, a proporção acumulada de população e a proporção de renda acumulada.



Calcula-se o índice de Gini por meio da razão entre a área de concentração e a área do triângulo, composto pela linha de igualdade perfeita e os eixos do gráfico.

ALGUNS NÚMEROS DA RIQUEZA NO BRASIL

Um ponto importante na Sociologia é tentar entender e também desenvolver com os estudantes a percepção de onde eles e suas famílias estão na **distribuição de renda do país**. Veremos agora alguns dados sobre a riqueza Brasil.

Os dados abaixo muitas vezes complexos ajudam a entender um pouco como está a situação atual do Brasil em relação a **desigualdade monetária**.



A porção recebida por 0,1% [dos mais ricos] foi equivalente à dos 50% mais pobres

A regra no nosso país tem sido que 200 mil pessoas mais ricas fiquem com a mesma renda que os 100 milhões mais pobres

Fonte dos dados: Marcelo Medeiros - Os ricos e Pobres: O Brasil e a Desigualdade (2023)

Vista aérea da Rocinha - a maior favela do Brasil



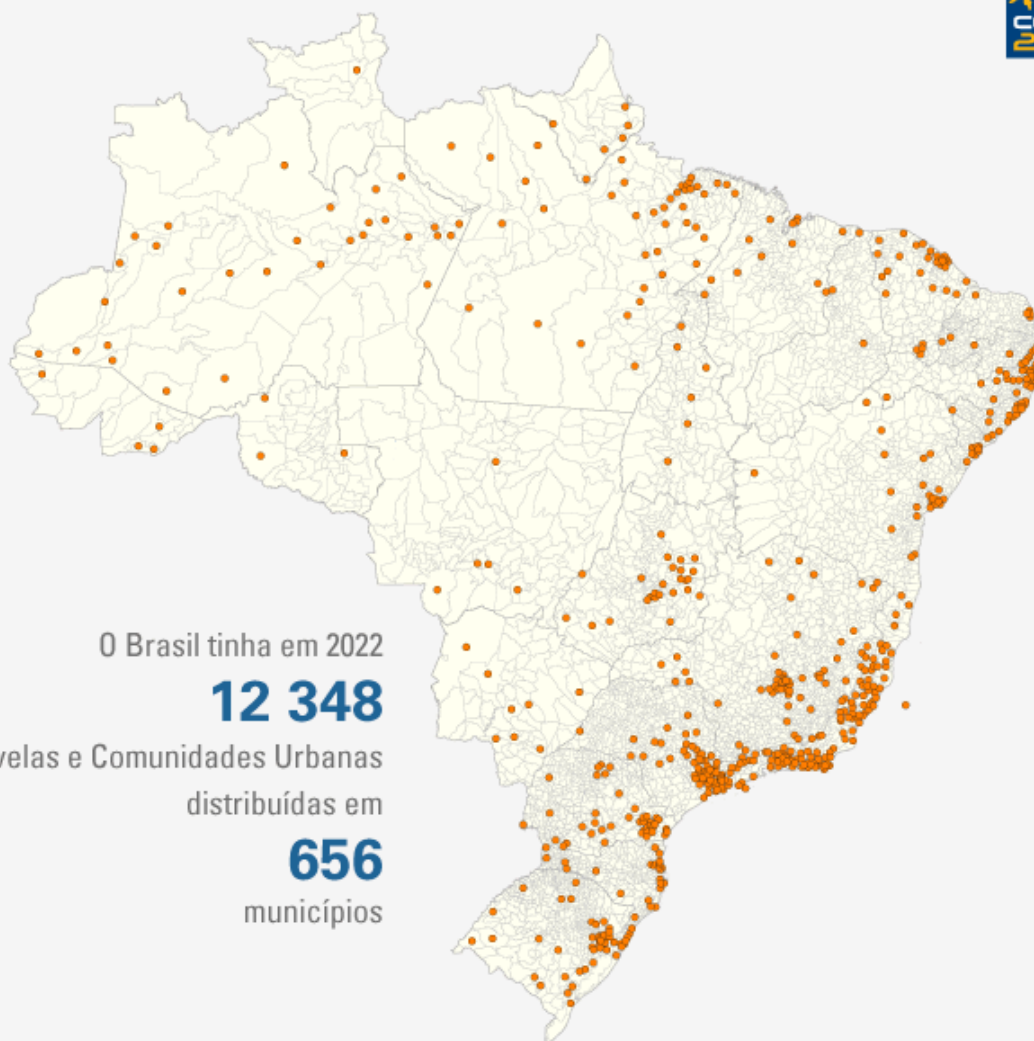
Fonte da imagem: <https://oglobo.globo.com/rio/rocinha-maior-favela-do-pais-21834104>

O Censo Demográfico 2022 registrou 12.348 Favelas e Comunidades Urbanas no Brasil, onde residiam 16.390.815 pessoas, o que representa cerca de 8,1% da população do país. Comparando com os dados do Censo anterior (2010), que foram identificadas 6.329 Favelas e Comunidades Urbanas, onde residiam 11.425.644 pessoas, ou 6,0% da população do país naquele ano. Observamos um aumento significativo de pessoas vivendo em favelas e um aumento de 2,1 % da população do país morando em condições precárias.

Muitos dessas residências não tem o básico para a subsistência dos indivíduos vivendo muitas vezes longe dos grandes centros urbanos e a margem das cidades. Muitas residências não possuem água encanada, o esgoto a céu aberto e sem saneamento básico.

Os postos de saúde sem condições de atender as necessidades básicas de assistência médica da população tendo que esperar horas e horas em fila de espera. Outra grande problemática das favelas é falta de segurança pública muitas deles são dominadas pelos tráfico de drogas ou pelas milícias. Também não podemos esquecer que muitas dessas comunidades possuem uma quantidade insuficiente de escolas para atender as necessidades educacionais das populações mais vulneráveis.

Municípios com favelas e comunidades urbanas



O Brasil tinha em 2022

12 348

Favelas e Comunidades Urbanas
distribuídas em

656

municípios

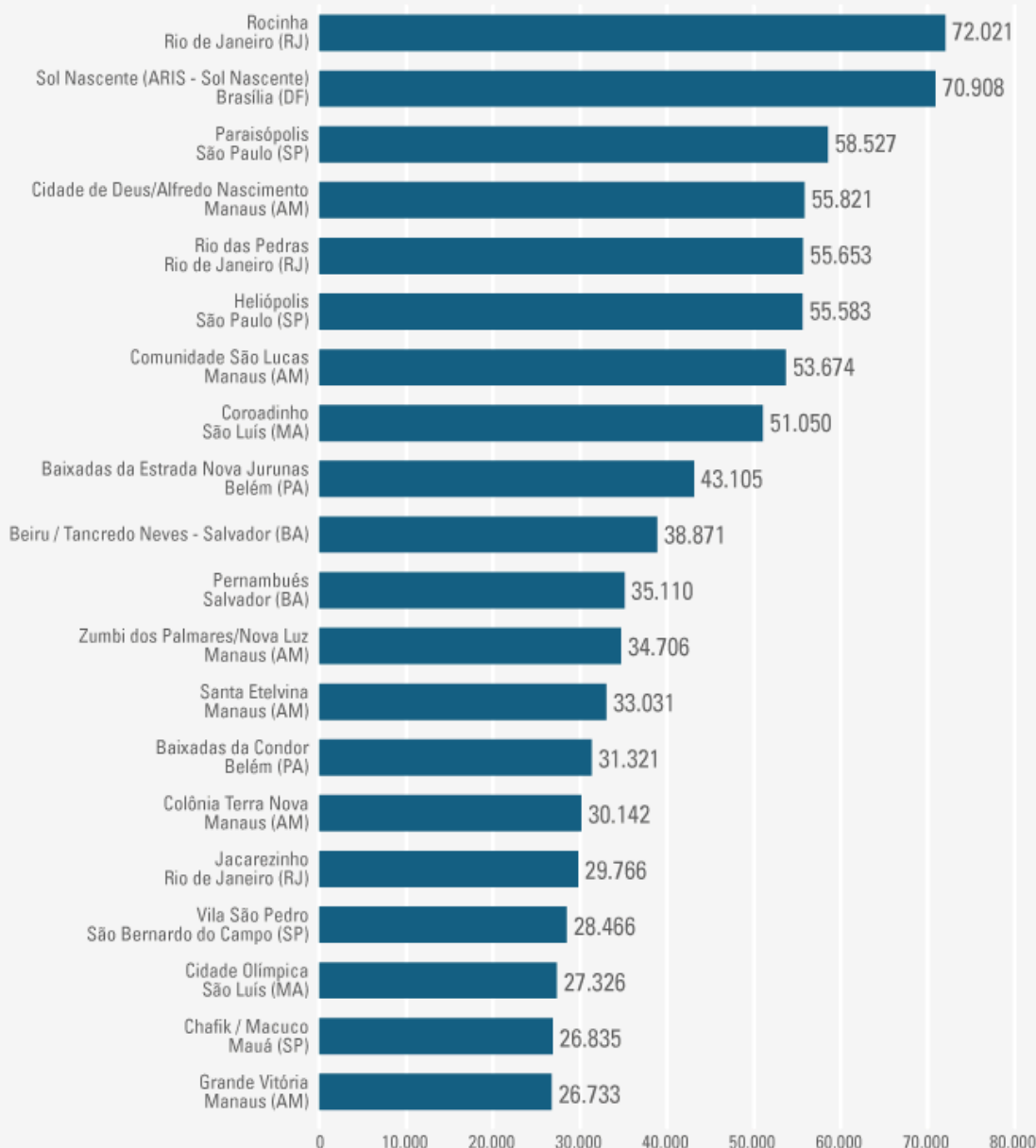
Fonte: Censo Demográfico 2022



Fonte da imagem: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-favelas-e-comunidades-urbanas.html>

Segundo dados do Censo de 2022 realizados pelo IBGE, O mapa do Brasil com Municípios com favelas e comunidades urbanas. Esse mapa mostra a ocorrência de favelas nas principais cidades do Brasil e a maioria delas estão localizadas na regiões litorânea do país. Na página seguinte veremos as 20 maiores favelas do país em número de moradores.

Ranking das vinte maiores favelas do país em número de moradores



Fonte: Censo Demográfico 2022



Fonte da imagem: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-favelas-e-comunidades-urbanas.html>

Observamos, a partir dos dados acima, a existência de um número considerável de indivíduos vivendo nas favelas no país. As três maiores favelas em números de moradores são **Rocinha** na cidade do Rio de Janeiro com 72.021 habitantes. **Sol Nascente** em Brasília com 70.908 e **Paraisópolis** na cidade de São Paulo com 58.527 habitantes.

Seção 3: Políticas Públicas no Combate à Pobreza e as Desigualdades

O que veremos neste Seção?

O que é Renda Mínima e a Renda Básica Universal?

Fome Zero e o Mapa da Fome

Bolsa Família - Críticas e Contribuições

Políticas Públicas Recentes do Brasil

AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Podemos entender o conceito de **políticas públicas** como um conjunto de ações planejadas e implementadas pelo Estado com o objetivo de atender às necessidades da sociedade, garantir direitos e promover o bem-estar coletivo. Essas ações podem envolver diferentes áreas, como saúde, educação, segurança, habitação e meio ambiente. Neste trabalho, iremos compreender o aspecto econômico das políticas públicas.

Do ponto de vista **econômico**, as políticas públicas representam escolhas do governo sobre como administrar e investir o dinheiro público. Isso envolve a definição de prioridades. Assim, cada política pública reflete uma decisão política que tem impactos diretos na economia e, conseqüentemente, na vida da população.

No decorrer deste capítulo, veremos exemplos de programas sociais que buscam a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades, tais como Fome Zero, Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil e Pé-de-Meia. Esses programas são alguns dos exemplos apresentados nesta cartilha de políticas públicas com forte impacto na questão econômica.

Entender as políticas públicas, com destaque para a questão econômica, significa compreender que elas não são apenas decisões administrativas, mas escolhas estratégicas que envolvem a distribuição de recursos, a definição de prioridades e impactos diretos na economia. Quando bem planejadas e executadas, as políticas públicas contribuem para o crescimento econômico, a redução das desigualdades sociais e a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, como veremos nas próximas páginas desta cartilha.

RENDA MÍNIMA E RENDA BÁSICA UNIVERSAL

O Papa Francisco, falecido recentemente em 21 de abril de 2025, como o principal líder da Igreja Católica e um grande líder progressista, sempre defendeu em seus sermões e discursos os indivíduos mais vulneráveis; uma das principais propostas por ele defendida era o estabelecimento de uma renda básica universal para todos os indivíduos.



Fonte da imagem: <https://www.descubraonline.com/eicoes/2022/sp/pre-candidatos/senador/eduardo-suplicy/>

A proposta de criação dessa renda básica universal não é uma novidade para os grupos mais progressistas da sociedade.

No Brasil essa ideia vem desde o estabelecimento da Constituição Federal de 1988, tendo como um dos seus principais defensores aqui o então senador **Eduardo Suplicy**, que foi o responsável pela criação do projeto de lei 2561/1992, o qual instituiu o **Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)**.

Segundo a lei, o programa iria beneficiar com o imposto de renda negativo todas as pessoas residentes no Brasil maiores de 25 anos com rendimentos brutos mensais de 45 mil cruzeiros (moeda corrente da época da criação da lei).

Um dos principais objetivos da renda mínima para população mais pobres seria a possibilidade dos trabalhadores lutarem por condições dignas de trabalho. A proposta de criação da lei enfrentou resistências e contraposições dentro do próprio partido de Suplicy, que sempre defendeu os objetivos da legenda de redução das desigualdades e combate à pobreza.

A importância do PGRM estava diretamente relacionada com a criação e o desenvolvimento de diversos outros programas de transferência de renda no país que poderiam contribuir para trazer melhores condições de vida para uma parcela significativa dos brasileiro. Já que naquele momento, a redução das desigualdades e o combate à pobreza, era uma das mais importantes pautas de defesa do campo progressista defendida por Suplicy.

Um ponto muito defendido na elaboração da lei da PGRM por Suplicy é que “O pagamento em dinheiro propicia muito maior eficiência, grau de liberdade, menor possibilidade de desvios e economia de tempo para as pessoas. Daí não haver dúvida de que confere às pessoas muito maior grau de cidadania”. (SUPLICY, p.191, 2013).

Ainda buscando a criação de lei mais abrangente no sentido de atender as necessidades mais básicas dos indivíduos. Suplicy lança um projeto de lei em 2001 para a criação de **Renda Básica Universal** que será transformada na **Lei 10835/2004** que institui a renda básica de cidadania, que será mais abrangente que a lei anterior (lei que criou a PGRM), que dá o direito de todos os brasileiros residente no país (sem mais nenhuma exceção), além de estrangeiros residente a mais de 5 anos de receberem anualmente um benefício monetário.

Para Suplicy essa lei é um grande avanço no sentido de que “abre o caminho para uma integração mais forte do sistema assistencial existente, e em direção a uma integração mais forte com o sistema de previdência social e com o sistema tributário” (SUPLICY, p.447, 2013).

Contudo após sancionada a lei, os valores do benefício, as etapas de implantação e as origens dos recursos não foram discutidos e a lei acabou virando letra morta.

PROGRAMA DE GRANDE IMPACTO NO COMBATE A POBREZA - FOME ZERO E O MAPA DA FOME



Uma das primeiras medidas do governo Lula quando assume a presidência da república é o lançamento do programa **Fome Zero** que tem como principal objetivo tirar o Brasil do mapa da fome.

Mas antes de falarmos do Fome Zero precisamos entender o que é o **Mapa da Fome**, como é definido as regiões ou países incluídos neste mapa?

Segundo as Organizações das Nações Unidas (ONU, 2025) o Mapa da Fome é um indicador global para alimentação e agricultura (FAO) que identifica regiões ou países onde mais de 2,5% da sua população sofre com algum subalimentação grave, em outras palavras as nações que estão presente neste mapa significa que uma parcela significativa da população não possuem acesso recorrente a alimentos saudáveis e seguros para ter um boa qualidade de vida.

A ONU ainda utiliza o indicador Prevalência de Subnutrição (Prevalence of undernourishment – PoU em inglês) para a construção do mapa da fome. Esse indicador busca identificar o percentual da população em risco de subnutrição. Se o percentual estiver acima dos 2,5 da população do país, o país entrará no mapa da fome.

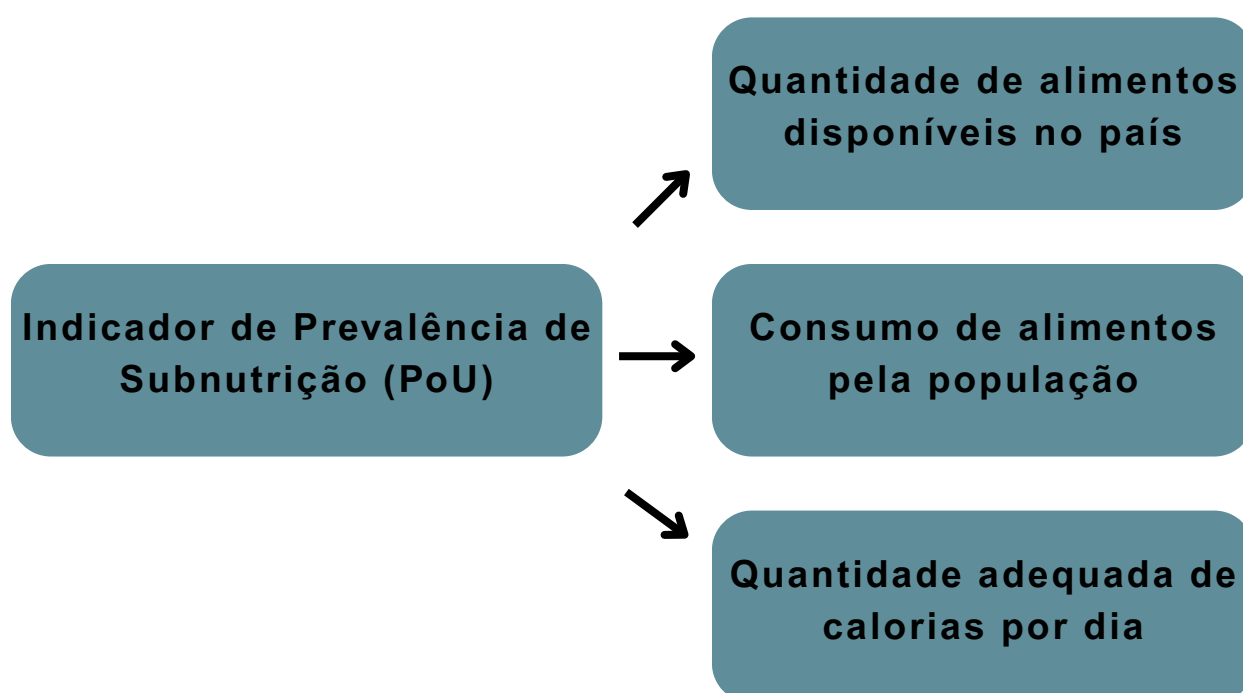
Outro questionamento importante sobre o Mapa da Fome é como a ONU calcula os países que estão abaixo ou acima desse índices de 2,5% de insegurança alimentar?

O indicador de Prevalência de Subnutrição (PoU) é calculado segundo a ONU (2025) a partir de três variáveis: **a quantidade de alimentos disponíveis no país**, observando o que é produzido no país, mais a importação e a exportação dos alimentos; **o consumo de alimentos pela população**, observando a capacidade de obtenção a partir da renda dos indivíduos e **a quantidade adequada de calorias por dia**, levando em consideração para um “indivíduo médio” da população do país.



Fonte da imagem: <https://news.un.org/pt/story/2024/07/1835056>

Segundo a ONU(2025) cerca de 2,3 bilhões de pessoas, o que corresponde a 28,9% da população mundial, enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave, um número que não mudou desde 2020.



Segundo a ONU (2025) Faz-se uma estimativa da quantidade total de alimentos no país, a partir desse número calcula como os alimentos são distribuídos entre a população, precisamos levando em consideração que essa distribuição não uniforme. Já que a população mais pobres tem menos condições financeiras que as classes mais abastadas. Por fim calcula a porcentagem de indivíduos que não têm acesso a alimentos em calorias por dia para ter uma vida saudável Se esse percentual ficar acima de 2,5%, o país está no Mapa da Fome.

No Brasil com o início do mandato do presidente Lula tínhamos segundo o IBGE cerca de 32,6% das cidades brasileiras tinham mais de 50% da população na pobreza em 2003. No Nordeste, contudo, a porcentagem atingia o índice de 77,1%, enquanto a taxa do Sul se limitava a 0,9%. (Brasil, 2024a). Por isso a lançamento do Fome Zero foi uma importante medida para saída do Brasil do Mapa da Fome no início dos anos 2000 e também no combate a pobreza e a diminuição das desigualdades sociais. Além disso o programa Fome Zero serviu de base para a implantação do programa Bolsa Família nos anos seguintes.

Infelizmente o país voltou a figurar no Mapa da Fome no triênio de 2019 a 2021, após ter saído pela primeira vez dessa estatística em 2014. Contudo mais um vez com as políticas públicas em defesa dos mais vulneráveis o Brasil saiu do Mapa da Fome.



Fonte da imagem: <https://x.com/LulaOficial>

Mensagem do presidente Lula no X (antigo twitter) recentemente em comemoração a saída mais uma vez do Brasil do Mapa da Fome: *“Minhas amigas e meus amigos. É com grande orgulho e imensa alegria que informo: O Brasil está fora do mapa da fome, mais uma vez. O anúncio foi feito hoje (28) pela FAO/ONU. Isso significa que reduzimos a insegurança alimentar grave e a subnutrição para menos de 2,5% da população. Uma conquista histórica que mostra que com políticas públicas sérias e compromisso com o povo, é possível combater a fome e construir um país mais justo e solidário.”*

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - MAIOR DA AMÉRICA LATINA

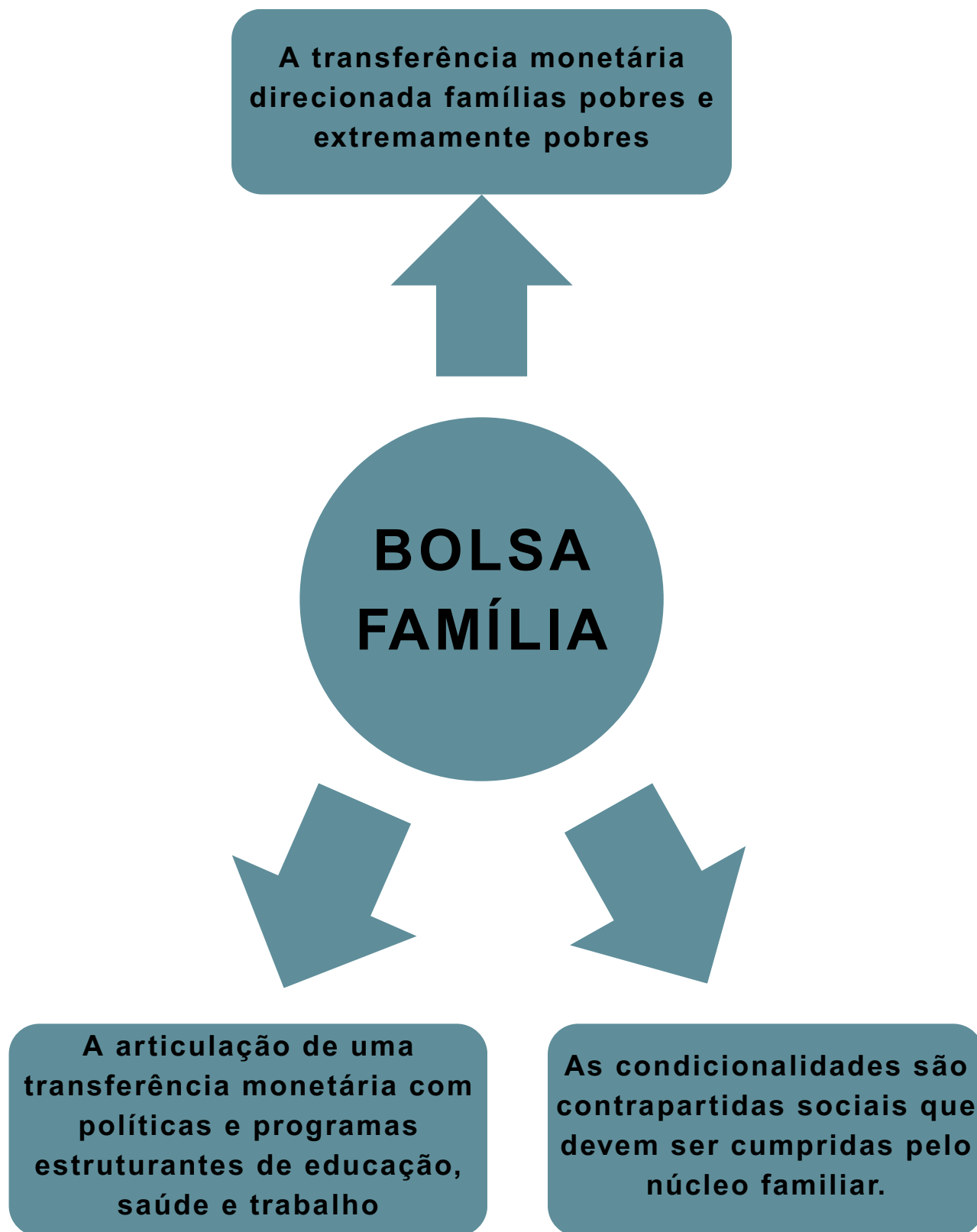


Fonte da imagem: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>

O **Bolsa Família** foi criado em 2004 com unificação dos programas Bolsa Escola, Auxílio Gás e o Cartão Alimentação e centralizou a administração deles no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O BF tem como enfoque principal a população pobre e a população extremamente pobre de todos municípios do Brasil. Inicialmente o valor da transferência variava entre 70 a 140 reais dependendo de varios fatores entre eles: a renda, o número de filhos e a situação de precariedade da família.

Atualmente segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a medida provisória nº 1164 de 2 de março de 2023, o novo Bolsa Família garante o valor mínimo de R\$ 600 por família, o acréscimo de R\$ 150 por criança de até seis anos e o adicional de R\$ 50 por criança ou adolescente (de 7 a 18 anos) e por gestante, além de uma renda mínima per capita. Para ter direito ao recebimento do BF ainda segundo o MDS é a renda de cada pessoa da família seja de, no máximo, R\$ 218 por mês. Por exemplo, se apenas um integrante da família tem renda e recebe um salário mínimo (R\$ 1.412), e nessa família há sete pessoas, a renda de cada um é de R\$ 201,71. Como está abaixo do limite de R\$ 218 por pessoa, essa família tem o direito de receber o benefício (BRASIL, 2024a).

Segundo o MDS o **Bolsa Família** é o maior programa de transferência de renda do Brasil com reconhecimento internacional responsável por já ter tirado milhões de famílias da fome e garantir uma renda básica para as famílias em situação de pobreza .(BRASIL, 2024a).



Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani, que lançaram, em 2014, o livro *“Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania”*. A obra resulta de uma extensa pesquisa sobre mulheres participantes do programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. A obra evidencia a relação entre o dinheiro e o desenvolvimento da autonomia individual. Como afirmam os autores, “a presença de uma renda monetária regular permite o desencadeamento de processos de autonomização individual em múltiplos níveis” (REGO e PINZANI, 2014, p. 46). O que pode levar os grupos mais vulneráveis a busca uma alternativa para minimizar as condições de pobreza. Políticas públicas de transferência de renda podem ser a possibilidade desses indivíduos garantirem o mínimo de dignidade e autonomia.

Os autores afirmam que “O pobre é, em suma, considerado mero objeto de políticas públicas, não sujeito da política, sujeito político propriamente dito - e isso representa uma forma de perda de autonomia” (REGO e PINZANI, p,35, 2014). A partir dessa afirmação podemos entender que a perda da autonomia leva os grupos sociais mais vulneráveis as condições cada vez mais precárias e degradantes, principalmente as crianças e os jovens sofrem bastante com essa vivencia na pobreza.



Fonte da imagens:

Cima: <https://observatorio3setor.org.br/pobreza-aumenta-e-atinge-548-milhoes-de-pessoas-no-brasil/>

Baixo: <https://observatorio3setor.org.br/brasil-tem-5-milhoes-de-criancas-e-jovens-na-extrema-pobreza-e-18-milhoes-na-pobreza/>

“A percepção de si como um sujeito capaz de fazer escolhas livres, sem ter que se dobrar à bruta necessidade representada pela falta de recursos materiais básicos” (REGO e PINZANI, 2014, p. 47). Assim, a transferência de renda para as famílias mais pobres, especialmente por meio do Bolsa Família no Brasil, contribui para o aumento da autonomia desses indivíduos, que passam a se reconhecer como sujeitos de direitos e a buscar uma maior participação nas decisões que afetam suas vidas.

Durante os seus mais de 20 anos de existência do BF que passou por diversas mudanças e transformações chegando a deixar de existir no governo de Jair Bolsonaro que criou um programa com as mesmas atribuições, o chamado de auxílio Brasil, atrelado inclusive com o auxílio emergencial do período da pandemia de COVID-19. Atualmente com o retorno do presidente Lula o programa ressurgiu com um novo fôlego chegando a atender milhões de brasileiros. Contudo é muito comum o BF sofrer ataques de pessoas que são contrárias a redução da pobreza e das desigualdades como é o caso das notícias abaixo:



A artista em questão “Jojo Todynho” é uma cantora de Funk muito popular no Brasil lançou um hit de sucesso “Que tiro foi esse”, além de ser vencedora do reality show “a fazenda” exibido e produzido pela rede de televisão Record. Nascida e criada na favela a artista é muito conhecida nos meios populares com suas músicas sobre a população LGBTQAPN+, mas as suas últimas declarações adotou um discurso mais conservador e de direita, além de fazer críticas ao Bolsa Família como mostra na imagem ao lado.

Fonte: <https://www.terra.com.br/diversao/gente/jojo-todynho-critica-bolsa-familia-e-faz-plano-para-deixar-o-brasil-sai-do-meu-bolso>,

Da mesma forma que encontramos artistas que fazem duras críticas ao Bolsa Família também encontramos no meio artístico os que reconhecem a importância do programa como um meio de combate a pobreza e as desigualdades sociais como é o caso da notícia ao lado que o artista em questão “Gil do Vigor” apresentador e empresário que também participou de uma reality show “Big Brother Brasil” exibido e produzido pela rede de televisão Globo. Nascido e criado no interior de Pernambuco o artista conhece a realidade de muitas famílias que necessitam do programa Bolsa Família e sempre está elogiando o impacto positivo do BF na vida das famílias mais pobres.

Fonte: <https://www.terra.com.br/diversao/gente/gil-do-vigor-rebate-criticas-de-jojo-todynho-contr-o-bolsa-familia-passamos-fome>,



Contribuições do Bolsa Família para as populações mais vulneráveis:



Fonte: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/05/bolsa-familia-evitou-mais-de-700-mil-mortes-e-oito-milhoes-de-internacoes>

Bolsa Família evitou mais de 700 mil mortes e oito milhões de internações.

Reportagem da secretaria de Comunicação Social (Secom) mostra que um estudo feito pela revista The Lancet Public Health observou que o Programa Bolsa Família foi responsável por evitar, entre anos de 2004 e 2019, mais de 700 mil mortes e oito milhões de internações hospitalares, principalmente entre crianças menores de cinco anos e idosos com mais de 70 anos.



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59099166>

8 dados que mostram impacto do Bolsa Família, que chega ao fim após 18 anos

Reportagem da BBC News Brasil que mostra os impactos positivos do Bolsa Família no combate a pobreza e redução das desigualdades sociais destacando 8 importantes dados que comprovam a melhoria das condições de vida de muitos brasileiros.

Os principais dados destacados pela reportagem:

3,4 milhões de pessoas fora da pobreza extrema

Redução de 16% da mortalidade infantil

Aumento da participação escolar feminina

Redução da desigualdade regional

Melhora dos indicadores de insegurança alimentar

Efeito multiplicador no PIB

Queda da fecundidade feminina

69% acharam a "porta de saída"

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA – NA AMÉRICA LATINA

Os programas de transferência de Renda tem sido desenvolvidos em diversos países do mundo e são importantes mecanismos de combate a pobreza extrema e redução das desigualdade sociais. Neste tópico vamos conhecer **os principais programas de transferência de renda na América Latina** seus respectivos nomes e os anos de criação desses programas.

País	Nome do Programa	Ano de criação
Honduras	Programa de Asignación Familiar(PRAF), “Bono 10.000” Programa Presidencial Salud, Educación y Nutrición criado em 2010	1990
Equador	Bono de Desarrollo Humano	1998
Colômbia	Programa Familias en Acción	2000
Jamaica	Programme of Advance through Health and Education (PATH)	2001
México	Oportunidades	2002
Chile	Chile Solidário	2003
Brasil	Bolsa Família	2003
Peru	Red Juntos (Programa Nacional de Apoyo Directo a los más pobres)	2005
Paraguai	Programa Abrazo, Programa Tekoporã e Programa Ñopytyvô	2005

República Dominicana	Programa Solidariedad	2005
Panamá	Red de Oportunidades	2006
Costa Rica	Avancemos	2006
Trinidad e Tobago	Target Conditional Cash Transfer (TCCTP)	2007
Uruguai	Programa Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares – AFAM-PE	2008
Bolívia	Programa Bono Madre – Niño Juana Azurduy	2009
El Salvador	Red Solidaridad, Programa Comunidades Solidarias Rurales, Programa Comunidades Solidarias Urbanas	2009
Argentina	Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUF)	2009
Guatemala	Mi Bono Seguro	2012

Fonte: Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos – Maria Ozanira da Silva e Silva e Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. (Silva, 2014, p, 27-28).

O quadro acima mostra a existência de programa de transferência de renda em quase todos os países da América Latina até 2012. Nos dias atuais muitos desses programas passaram por reformulações buscando ampliar a cobertura do bem estar social da população desses países.

O final da década de 90 marca o surgimento dos primeiros programas de transferência de renda e as suas expansões acontecem no começo dos anos 2000. No cenário internacional os programas de transferência de renda são importantes maneiras de combate a pobreza e redução das desigualdades.

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA - RECENTES NO BRASIL

O Pé-de-Meia



Fonte da imagem: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>

O Programa Pé-de-Meia é uma política pública recente na tentativa de erradicação da pobreza e na redução das desigualdades sociais. O programa do governo federal que tem como objetivo incentivar a permanência dos estudantes na escola pública na etapa do ensino médio.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o Pé-de-Meia é um programa de incentivo financeiro educacional voltado para os estudantes matriculados e assíduos no ensino médio de escolas públicas, e foi criado em 2024. Ele funciona como uma poupança destinada a promover a permanência e a conclusão escolar nessa etapa de ensino. O programa busca democratizar o acesso à educação, reduzir a desigualdade social entre os jovens, promover a inclusão educacional e estimular a mobilidade social. Ainda de acordo com o MEC, ao comprovar matrícula e frequência, o estudante recebe um pagamento de incentivo mensal de R\$ 200,00, que pode ser sacado a qualquer momento.

No caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o estudante, ao comprovar matrícula, recebe o incentivo de R\$ 200,00, acrescido de R\$ 225,00 mensais por assiduidade, ambos disponíveis para saque. Além disso, o beneficiário do Pé-de-Meia recebe R\$ 1.000,00 ao final de cada ano concluído, valor que só pode ser retirado da poupança após a formatura no ensino médio. Considerando as parcelas mensais, os depósitos anuais e o adicional de R\$ 200,00 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores totais podem alcançar até R\$ 9.200,00 por aluno. (BRASIL, 2024b).

Auxílio Brasil



Fonte da imagem: <https://pautapb.com.br>

O Auxílio Brasil foi uma das poucas política públicas do governo Bolsonaro (2019-2022) que trouxe benefícios para a população mais carente do Brasil. O objetivo inicial do programa era substituir o Bolsa Família que foi alvo de constantes reclamações e críticas pelo então presidente Bolsonaro que atacava os beneficiários de vagabundos e preguiçosos.

Mas o que aconteceu com Bolsonaro para essa mudança de opinião acerca de uma política pública que beneficiou milhões de brasileiros?

Primeiro ponto é que o programa Bolsa Família estava vinculado a uma política social dos governos petistas anteriores, principalmente ao ex-presidente Lula, logo ao substituir o nome do programa social, Bolsonaro e os seus assessores acreditavam que estavam colocando uma nova roupagem no programa e que seria uma criação do governo Bolsonaro.

Um segundo ponto que podemos destacar é o aumento de 200 reais do auxílio em 2022 em contexto pré-eleitoral. Bolsonaro utilizou deste aumento como uma grande iniciativa do seu governo com as populações mais pobres do Brasil.

Auxílio Emergencial



Fonte da imagem: <https://capitalist.com.br/auxilio-emergencial-calendario-valores-e-tudo-o-que-voce-precisa-saber/>

O Auxílio emergencial foi uma das mais importantes políticas públicas no Brasil nos últimos anos. Ela foi responsável segundo o autor Pedro Henrique Nery “Principalmente nos três meses de pagamento em que foram gastos quase 200 bilhões de reais” (NERY. 2024, p-231).

Esse montante foi responsável nos primeiros meses da pandemia de COVID-19 pela redução das desigualdades que “em vez de cair, a renda dos mais pobres subiu. O Auxilio emergencial veio como um alívio da pobreza em um momento de extrema vulnerabilidade da população mais pobres.

Devido a sua grande abrangência a discussão sobre a necessidade de uma renda básica ganhou um grande destaque nesse momento no Brasil. Segundo Nery “ O pagamento dos seiscentos reais é considerado parte da explicação da queda acentuada dos índices de violência durante o início da crise e até a criação da nova cédula do real, a de duzentos reais estampada com o lobo-guará” (Nery. 2024, p-232). Esse valor foi responsável por melhora nas condições de vida da população mais pobres e responsável pela queda das desigualdades no Brasil no momento da maior crise sanitário do mundo.

Seção 4: Indicações e Sugestões

O que veremos neste Seção?

Indicações de Filmes Nacionais e Estrangeiros

Indicações de Livros Nacionais e Estrangeiros

Sugestão de Atividade

INDICAÇÃO DE FILMES



Ficha Técnica

Título: **Central do Brasil**

Origem: Brasil

Estreia: 3 de abril de 1998

Gênero: Drama

Direção: Walter Salles

Duração: 1h e 53 min

Onde assistir: Netflix e Globoplay

Sinopse: O filme retrata a história de Dora (Fernanda Montenegro), que trabalha escrevendo cartas para analfabetos na estação Central do Brasil, no centro da cidade do Rio de Janeiro. No decorrer do filme, Dora conhece um menino, Josué (Vinícius de Oliveira), e decide ajudá-lo após sua mãe morrer atropelada. O enredo do filme se desenrola enquanto a protagonista e o menino viajam pelas regiões mais pobres e humildes do interior do Nordeste em busca do pai dele.



Ficha Técnica

Título: **Rânia**

Origem: Brasil

Estreia: 22 de março de 2003

Gênero: Drama

Direção: Roberta Marques

Duração: 1h e 25 min

Onde assistir: Prime Vídeo

Sinopse: Rânia (Graziela Felix) é uma adolescente que divide seus dias entre a escola pública municipal, as tarefas domésticas e o trabalho em uma barraca de praia. Ela sonha em se tornar uma grande dançarina. Ao conhecer o Sereia do Norte — local de festa e diversão — passa a ganhar a vida na noite. Lá, faz amizade com a coreógrafa Estela (Mariana Lima) e tem sua chance de se tornar uma dançarina profissional, mas enfrenta a resistência dos pais.



Ficha Técnica

Título: **Cidade de Deus**

Origem: Brasil

Estreia: 30 de agosto de 2002

Gênero: Drama e Policial

Direção: Fernando Meireles

Duração: 2h e 15 min

Onde assistir: Netflix e Paramount+

Sinopse: O filme retrata as vidas de Dadinho (Douglas Silva) e de Buscapé (Luiz Otavio), que nasceram e viveram na Cidade de Deus, favela carioca que cresceu mergulhada na violência e no tráfico de drogas. Os caminhos dos dois foram para lugares distintos; enquanto o segundo se esforça para se tornar um fotógrafo, e primeiro vira o chefe do tráfico. O filme retrata o cotidiano de vida desses dois personagens através da câmera do agora adulto Buscapé (Alexandre Rodrigues), analisando a vida na favela e o processo de Dadinho, agora Zé Pequeno (Leandro Firmino), enquanto se tornava o chefe do tráfico da região, continuando um legado de extrema violência e desigualdades.



Ficha Técnica

Título: **Que Horas Ela Volta?**

Origem: Brasil

Estreia: 27 de agosto de 2015

Gênero: Drama

Direção: Anna Muylaert

Duração: 1h e 52 min

Onde assistir: Netflix e Globoplay

Sinopse: O filme retrata a vivência da pernambucana Val (Regina Casé), que se mudou para São Paulo para trabalhar como empregada doméstica na casa dos pais de Fabiano (Michel Joelsas). A história do filme se desenrola a partir do momento em que a filha de Val, Jéssica (Camilla Mardila), precisa prestar vestibular em São Paulo e passa a morar junto com a mãe na casa dos seus patrões. O filme mostra que Val, a protagonista da história, teve que deixar o seu lar e a sua família para tentar um mínimo de sobrevivência em outro lugar, distante de seus amigos e parentes. Além disso, a obra mostra que, para os patrões, Val é apenas uma serviçal da casa, não podendo usufruir das mesmas condições que "a família".



Ficha Técnica

Título: **O Caminho das Nuvens**

Origem: Brasil

Estreia: 12 de setembro de 2003

Gênero: Drama

Direção: Vicente Amorim

Duração: 1h e 15 min

Onde assistir: PlutoTv e Youtube

Sinopse: O filme narra a história da família de Romão (Wagner Moura), caminhoneiro desempregado, e de sua esposa Rose (Cláudia Abreu), dona de casa. Juntos de seus cinco filhos, eles partem em uma longa viagem de mais de 3.200 km, saindo de Santa Rita, na Paraíba, até o Rio de Janeiro, de bicicleta, em busca do sonho de morar na cidade grande e conseguir um emprego que lhes proporcione uma melhor condição de vida. Contudo no percurso pela tão sonhada cidade grande, terra das maiores e melhores oportunidade, a família convive com a fome, miséria e sofrimento ao longo de um sertão nordestino pobre e desigual.



Ficha Técnica

Título: **Um Lugar ao Sol**

Origem: Brasil

Estreia: 3 de junho de 2011

Gênero: Documentário

Direção: Gabriel Mascaro

Duração: 1h e 05 min

Onde assistir: Youtube

Sinopse: O documentário retrata o universo dos moradores de coberturas de grandes prédios nas cidades de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. A obra apresenta uma série de depoimentos preconceituosos desses moradores ricos acerca das imagens que constroem sobre as favelas próximas a seus luxuosos condomínios fechados, revelando uma elite social permeada por discursos de ódio e hostilidade contra os moradores das periferias das grandes cidades.



Ficha Técnica

Título: **Expresso do Amanhã**

Origem: Estados Unidos

Estreia: 27 de agosto de 2015

Gênero: Drama e Ficção Científica

Direção: Bong Joon Ho

Duração: 2h e 06 min

Onde assistir: Mercado Play e Prime Vídeo

Sinopse: O filme detalha a vida de sobreviventes do planeta Terra durante uma nova era glacial, onde esses indivíduos vivem a bordo de uma grande locomotiva chamada Snowpiercer. Dentro desse trem, forma-se uma rígida divisão entre as classes sociais: os mais pobres, que vivem em condições precárias e sustentam as classes mais ricas, e os mais ricos, que desfrutam das melhores condições de vida, mantendo seus status e privilégios. Contudo, surge uma consciência de classe entre os menos abastados, que decidem mudar a estrutura social vigente.



Ficha Técnica

Título: **Elysium**

Origem: Estados Unidos

Estreia: 20 de setembro de 2013

Gênero: Ação e Ficção Científica

Direção: Neill Blomkamp

Duração: 1h e 50 min

Onde assistir: Mercado Play e HBO Max

Sinopse: No ano de 2159, mesmo com grandes avanços tecnológicos, a sociedade está dividida em duas classes sociais: os muito ricos, que habitam a estação espacial Elysium, na órbita do planeta, e desfrutam das melhores condições de vida; e os muito pobres, que vivem em um mundo devastado por guerras e fome. Tudo muda quando Max (Matt Damon) sofre um acidente de trabalho que lhe deixa graves sequelas. Com a ajuda de Spider (Wagner Moura) e Frey (Alice Braga), ele elabora um plano para chegar a Elysium e pôr fim ao luxo e à ostentação das classes ricas.



Ficha Técnica

Título: **Parasita**

Origem: Coreia do Sul

Estreia: 7 de novembro de 2019

Gênero: Drama e Suspense

Direção: Bong Joon Ho

Duração: 2h e 12 min

Onde assistir: Prime Vídeo e Globoplay

Sinopse: O filme conta a história da família de Ki-taek (Song Kang-ho), que vive em condições precárias no porão sujo e apertado de uma pequena casa na periferia da Coreia do Sul. Em determinado momento, o filho de Ki-taek se torna professor de inglês de uma garota de família rica, o que faz com que sua família passe a ter contato com uma vida de ostentação e luxo. A partir daí, eles criam um plano para se infiltrar na família burguesa, buscando a todo custo a tão sonhada ascensão social.

INDICAÇÃO DE LIVROS



Ficha Técnica

Título: **O Quinze**

Editora: José Olympio

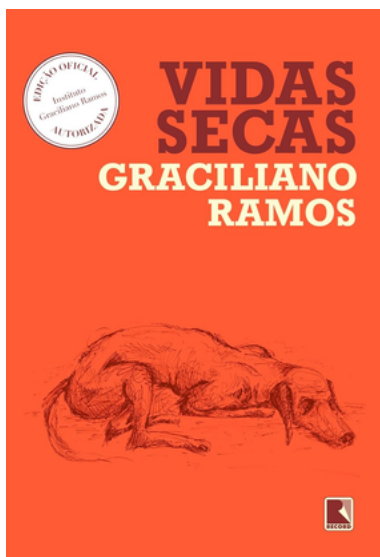
Ano: 2016

Gênero: Literatura Brasileira

Autor(a): Rachel de Queiroz

Nº de páginas: 208

Resumo: O livro marca a estreia da escritora cearense Rachel de Queiroz na literatura brasileira, ainda muito jovem, com apenas 20 anos. A autora consegue apresentar em sua obra uma narrativa impactante sobre a grande seca de 1915, que assolou fortemente o Nordeste brasileiro e, em especial, o estado do Ceará. A narrativa conta a história de personagens do sertão cearense — Conceição, Vicente, Chico Bento e Cordulina — que vivem em um território marcado pela fome, miséria e pobreza, mas que, mesmo diante de tantas adversidades, encontram maneiras de superar as dificuldades.



Ficha Técnica

Título: **Vidas Secas**

Editora: Record

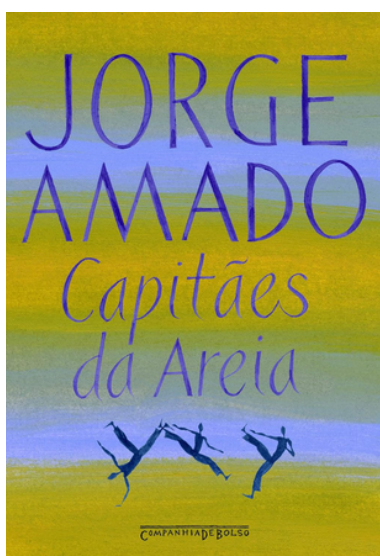
Ano: 2019

Gênero: Literatura Brasileira

Autor(a): Graciliano Ramos

Nº de páginas: 176

Resumo: O livro retrata a história da família de Fabiano, chefe de família que busca meios de sobreviver em um ambiente castigado pela seca no interior do Nordeste. Mesmo acompanhado de sua esposa, Sinhá Vitória, e de seus dois filhos (o mais velho e o mais novo), ele não consegue romper o ciclo de pobreza e miséria. Graciliano Ramos, em sua obra, expõe toda a dor e desesperança de uma família que não consegue escapar desse cenário de sofrimento e desumanização, onde a esperança se manifesta de forma singela na figura de Baleia — uma cachorra amorosa e dedicada que está sempre amparando a família.



Ficha Técnica

Título: **Capitães de Areia**

Editora: Companhia de Bolso

Ano: 2010

Gênero: Literatura Brasileira

Autor(a): Jorge Amado

Nº de páginas: 280

Resumo: O livro retrata a triste história de meninos pobres que vivem em um trapiche abandonado na cidade de Salvador, no início do século XX. Com temáticas como abandono, miséria e criminalidade, a narrativa de Jorge Amado apresenta ao público a comovente história do líder Pedro Bala, do religioso Pirulito, do ressentido e cruel Sem-Pernas, do aprendiz de cafetão Gato, do sensato Professor e do rústico sertanejo Volta Seca. Esses garotos, ainda muito jovens, precisam viver e sobreviver em meio às grandes dificuldades das regiões mais pobres da cidade.



Ficha Técnica

Título: **A Ralé Brasileira**

Editora: Civilização Brasileira

Ano: 2010

Gênero: Ciências Sociais

Autor(a): Jesse Souza

Nº de páginas: 448

Resumo: Os diferentes colaboradores aqui presentes conferem ao estudo pontos de vista multifacetados sobre os reais problemas da população mais vulnerável. Assim, Jessé Souza dá visibilidade à “ralé brasileira” de uma maneira singular, descentralizando o poder de análise e construindo novos caminhos para se entender questões complexas do cotidiano de homens e mulheres que vivem na “subcidadania”. Jamais percebida pelas elites como “classe”, essa “ralé” é tida apenas como um conjunto de indivíduos carentes ou perigosos – justamente o tratamento maniqueísta e julgador que Jessé Souza ambiciona desarticular. (Fonte: informações retiradas da sinopse do livro).



Ficha Técnica

Título: **Extremos**

Editora: Zahar

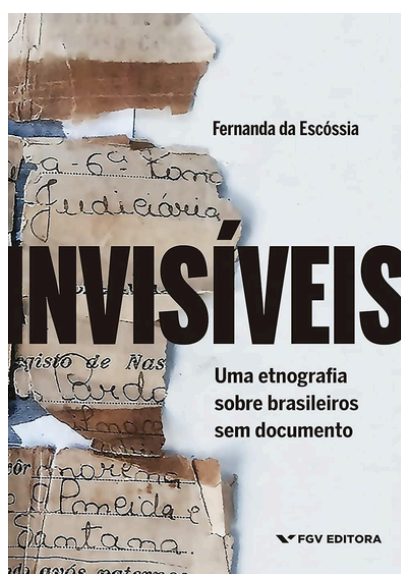
Ano: 2024

Gênero: Ciências Sociais

Autor(a): Pedro Henrique Nery

Nº de páginas: 368

Descrição do livro: O percurso passa pelo distrito paulistano de Pinheiros, o lugar com o mais alto índice de desenvolvimento, à amazonense Ipixuna, a cidade com pior colocação; passando por onde se vive menos e também por onde se vive mais; pela unidade mais rica da Federação e pelo estado mais pobre; pela cidade com mais aposentados e a que mais recebeu o auxílio emergencial durante a pandemia da covid-19. Em cada ponto desse roteiro Nery vai a campo para ampliar informações e tornar menos áridos os números de nossa distribuição de renda. (Fonte: informações retiradas da sinopse do livro).



Ficha Técnica

Título: **Invisíveis**

Editora: FGV

Ano: 2024

Gênero: Ciências Sociais

Autor(a): Fernanda da Escóssia

Nº de páginas: 156

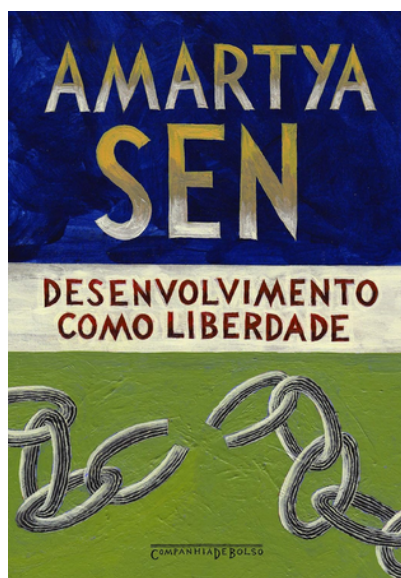
Descrição do livro: Uma mulher que precisa de cirurgia para tratar um câncer, mas foi rejeitada nos hospitais por não ter documentos. Outra que, à procura de sua certidão de nascimento, encontra a irmã de quem fora separada havia mais de vinte anos. Histórias assim emergem desta etnografia ao mesmo tempo avassaladora e delicada, que mergulha no cotidiano de exclusão de brasileiros indocumentados, ilegíveis pelo Estado, invisíveis em seu próprio país. O livro narra como a certidão de nascimento se torna um passo imprescindível no longo caminho da cidadania. (Fonte: informações retiradas da sinopse do livro).



Ficha Técnica

Título: **Vozes do Bolsa Família** Editora: UNESP
 Ano: 2014 Gênero: Ciências Sociais
 Autor(a): Walquiria Leão Rego N° de páginas: 256
 e Alessandro Pinzani

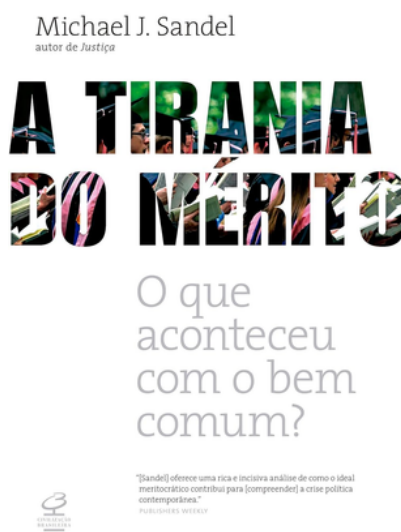
Descrição do livro: O título desta obra, Vozes do Bolsa Família, expõe seu foco e seu maior diferencial: o programa governamental suscita um número crescente de estudos, mas, em praticamente todos eles, não se dá voz aos que recebem o benefício. Sabe-se que o Bolsa Família não pretende ser uma solução para a pobreza ou a fome, e que atua como medida paliativa e emergencial. Encontra-se no livro uma infinidade de depoimentos. Análises do presente, projeções para o futuro. Durante anos de viagens e entrevistas os autores procuraram chegar aos diferentes beneficiários do programa Bolsa Família e ouvi-los. (Fonte: informações retiradas da sinopse do livro).



Ficha Técnica

Título: **Desenvolvimento como Liberdade** Ed: Companhia das Bolso
 Ano: 2010 Gênero: Ciências Sociais
 Autor(a): Amartya Sen N° de páginas: 464

Descrição do livro: Desenvolvimento como liberdade é uma síntese - escrita com bastante clareza e para leitores não especialistas - das vantagens teóricas e práticas de uma ideia radical: o desenvolvimento é essencialmente um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Trata-se de um livro fundamental para entender, sob ângulos não convencionais, a situação econômica e social de países pobres ou em desenvolvimento, como o Brasil, bastante presente nas análises de Sen, que ilustra suas ideias com um grande número de surpreendentes e esclarecedores dados comparativos entre os diversos países. (Fonte: informações retiradas da sinopse do livro).



Ficha Técnica

Título: **A Tirania do Mérito** Editora: Civilização Brasileira
 Ano: 2020 Gênero: Ciências Sociais
 Autor(a): Michael J. Sandel N° de páginas: 350

Descrição do livro: A tirania do mérito propõe que para existir uma ética diferente e dignificadora, o sucesso deve ser compreendido em prol da coletividade. Indica que uma alternativa de pensamento guiado pela humildade, pela compreensão do papel do acaso na vida humana e pela criação real da oportunidade poderá ser, então, a melhor bússola para a democracia, para o bem comum. Ao analisar conceitos em torno da ética do estudo, do trabalho, do sucesso, do fracasso, da tentativa e de quais são os meios considerados legítimos para trilhar esses caminhos, Sandel sugere um novo olhar para essas relações. O autor salienta as contradições do discurso meritocrático, seus contextos estruturais e a arrogância dos "vencedores", que julgam duramente os "perdedores". (Fonte: informações retiradas da sinopse do livro).

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

A Corrida dos privilégios



Fonte da imagem: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/19810-corridas-para-criancas>

A **Corrida dos Privilégios** é uma atividade simples que pode ser feita em grupos pequenos ou grandes grupos de estudantes. A atividade consiste em mostrar para os estudantes a distribuição desigual de vantagem e privilégios que algumas pessoas possuem em nossa sociedade.

A atividade começa com os estudantes em pé, lado a lado e, em seguida, são feitas perguntas relativas aos seus privilégios; dependendo a quais privilégios tiveram acesso, as pessoas dão passos à frente ou atrás.

O objetivo inicial da atividade é mostrar para os estudantes como a distribuição desigual e a escassez de recursos para grupos mais vulneráveis em nossa sociedade podem ocasionar um “privilégio” a mais para os grupos sociais mais abastados, fazendo com que muitos indivíduos e grupos partam na frente de outros.

Um importante conceito que pode ser trabalhado nesta atividade é a **interseccionalidade** que nos mostra que as desigualdades não podem ser compreendidas de forma isolada, mas em conjunto com outras formas de preconceitos tais como: cor/raça, gênero, classe sociais, orientação sexual e deficiente física ou intelectual.

A junção desses preconceitos produzem desafios únicos para os indivíduos ou grupos sociais que muitas passam a conviver com diferentes preconceitos. Por exemplo: uma mulher branca, pobre e heterossexual enfrenta uma série de dificuldades na vida, contudo quando comparamos com uma mulher negra, pobre e homossexual as dificuldades enfrentadas por ela são grandes maiores que a anterior.

Logo, um dos objetivos da corrida dos privilégios é mostrar para os estudantes que a interseccionalidade é uma ferramenta essencial para compreender as sociedades atuais. Mais do que identificar um único tipo de discriminação, ela mostra como diferentes formas de opressão se cruzam e se reforçam. Reconhecer isso é o primeiro passo para construir políticas públicas mais eficazes, movimentos sociais mais representativos e uma cidadania mais inclusiva. Aplicar a interseccionalidade significa assumir o compromisso de enfrentar todas as formas de exclusão que ainda estruturam nossa sociedade.

Ao final da atividade é importante fazer uma reflexão sobre como os privilégios colocam alguns indivíduos a frente de outros. Mostrando que na corrida não existem vencedores ou perdedores apenas grupos mais privilegiados e menos privilegiados.

Sugestões de Perguntas:

1. Quem nunca precisou gastar do próprio dinheiro para comprar uma das três refeições principais do dia? Dê um passo à frente.
2. Quem já teve ou ainda tem plano de saúde particular? Dê um passo à frente.
3. Quem já estudou em escola particular pelo menos uma vez? Dê um passo à frente.
4. Quem veio de um ambiente familiar em que apoiavam seus projetos e ambições nos estudos? Dê um passo à frente.
5. Quem em sua casa possui mais de 10 livros? Dê um passo à frente.
5. Quem tem pais ou algum parente que já concluiu uma faculdade particular ou pública? Dê um passo à frente.
6. Quem dispõe de local adequado para o estudo sem barulhos e interrupções constantes? Dê um passo à frente.
7. Quem acredita que conseguirá a profissão desejada? Dê um passo à frente.
8. Quem se sente à vontade para uma caminhada nas ruas de seu bairro? Dê um passo à frente.
9. Quem precisou trabalhar para ajudar nas contas de casa? Dê um passo para trás.
10. Quem tem pais que precisam trabalhar à noite, nos finais de semana ou em dois empregos para sustentar a família? Dê um passo para trás.
11. Quem mora em um bairro com alta incidência de crimes ou tráfico de drogas? Dê um passo para trás.
12. Quem já entrou em uma loja ou nos shoppings centers e os seguranças seguiram os seus passos? Dê um passo para trás.
13. Quem precisa da ajuda de outro parente (tios, tias, avós, avôs, primos e primas) para sustentar a casa? Dê um passo para trás.
14. Quem precisou faltar à escola para acompanhar um familiar ou parente em uma consulta ou ida ao hospital? Dê um passo para trás.
15. Quem já repetiu ou precisou abandonar um ano na escola? Dê um passo para trás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com uma proposta simples, mas feita com muito carinho, esforço e trabalho duro busquei elaborar um material didático no formato de cartilha. O presente trabalho buscou primeiramente mostrar para os leitores e leitoras, principalmente para os estudantes do ensino médio, a importância de entender, discutir, debater e analisar a temática da pobreza e a desigualdade social que perpassa a vida de muitos dos alunos das escolas públicas do Estado do Ceará: muitas das vezes, tive em mente a escola de Tempo Integral Estado de Alagoas que está localizada em uma área periférica da cidade, no bairro da Barra do Ceará, onde leciono há mais de 12 anos.

A Cartilha foi dividida em quatro partes. Na primeira seção busquei trazer os conceitos e as definições sobre a temática da pobreza e a desigualdade social a partir de alguns autores das Ciências Sociais e suas contribuições para a temática. Na segunda seção, desenvolvo um breve panorama das desigualdades a partir de alguns dos principais momentos históricos, com destaque para o processo de independência do Brasil, a substituição do trabalho escravo do negro africano, as principais contribuições do governo Getúlio Vargas para questão social, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a ascensão do governo Lula. Na terceira seção, realizo um breve comentário sobre as principais políticas públicas recentes, com destaque para o Bolsa Família, fome zero, auxílio emergencial, auxílio Brasil e pé-de-meia. Por fim, na quarta seção, sugiro filmes e livros sobre a temática trabalhada na cartilha e finalizo com uma proposta de atividade didática.

Ao realizar este trabalho durante o mestrado profissional em Sociologia (ProfSocio) na Universidade Federal do Ceará, com financiamento da Capes, contei com apoio e o incentivo dos meus colegas professores da escola, alunos da escola e companheiros do mestrado profissional, busquei elaborar um trabalho que fosse capaz de contribuir com escola e a educação da minha região.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019
- BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Ações e Programas: **Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acessado em: 22 mai. 2025.
- _____. Ministério da Educação. Programa **Pé de Meia**. Brasília: MEC, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acessado em 22 mai. 2025
- _____. Senado Federal. **Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe 'arquitetura hostil', é promulgada**. Brasília: Sítio eletrônico, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada>. Acessado em 22 jun. 2025.
- BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- _____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.
- CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Trad: Ronaldo Cataldo Costa; 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- GEMAQUE, A. **A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil**. Ecodebate, 2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/21/a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil/>. Acessado em 10 jun. 2025.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2022**. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-favelas-e-comunidades-urbanas.html> Acessado em 08 jun 2025.

INSTITUTO DOMESTICA LEGAL. **11 anos da Lei das Domésticas: os avanços, desafios e perspectivas da PEC que mudou a história das domésticas no Brasil.** Blog Domestica Legal, 2024. Disponível em: <https://domesticalegal.com.br/11-anos-da-lei-das-domesticas-os-avancos-desafios-e-perspectivas-da-pec-que-mudou-a-historia-das-domesticas-no-brasil/>. Acessado em 18 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O que é? Índice de Gini.** Brasília: Ipea, 2004. Ano 1. Edição 4. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 Acessado em 22 dez. 2024.

MEDEIROS, Marcelo. **Os ricos e os pobres: O Brasil e a Desigualdade.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

MEUCCI, Simone. **Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente.** São Leopoldo: Ciências Sociais Unisinos. Vol. 51, N.3, p. 251-260, 2015.

NERY, Pedro Fernando. **Extremos: Um mapa para entender as desigualdades no Brasil.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Fome diminui no mundo, mas sobe na África e na Ásia Ocidental BR.** Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/07/1850571>. Acessado em: 31 jul. 2025.

OXFAM BRASIL. **Um retrato das desigualdades brasileiras: 10 anos de desafios e perspectivas.** São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/>. Acessado em: 20 dez. 2024.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** 2 ed. São Paulo: Unesp, 2014.

SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHNEIDER, G.; ABREU, D. ; BRUEL, A. L. ; LIMA, A. J. C. ; LUNELLI, P. ; LIMA FILHO, I. P. ; BONFIM, S. R. F. . **Educação, Pobreza e Desigualdade Social: Discussões e proposições metodológicas para pesquisa.** Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 52, p. 349-390, 2021.

SANT'ANNA, Anderson de Souza. **O Espaço como Capital: contribuições à teoria da ação prática de Bourdieu.** Revista Desenvolvimento Social (Unimontes) No 21/01, p. 33-52, 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SEN, Amartian. **Desenvolvimento como liberdade.** 6. reimp. São Paulo: Schwarcz, 2018.

SOUZA, Jesse. **Brasil dos Humilhados: uma denúncia da ideologia elitista.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

THEODORO, Mario. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008.

WORLD BANK. **Poverty line.** World Bank Group, 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2025/06/05/june-2025-update-to-global-poverty-lines>. Acessado em 12 jul. 2025.

**MATERIAL PRODUZIDO DURANTE O MESTRADO
PROFISSIONAL EM SOCIOLOGIA - PROFSOCIO/UFC**

**AUTOR: ANTONIO WERLEY CORDEIRO SOARES
ORIENTADOR: DR.ALEXANDRE JERONIMO CORREIA LIMA
ILUSTRAÇÕES: IMAGENS RETIRADAS DA INTERNET**



Imagens da aula com a utilização da Cartilha

**FORTALEZA
2025**